UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Alexander André Schoeninger

EXPERIÊNCIAS VIVIDAS, COTIDIANO E CONDIÇÕES DE VIDA EM AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES ALIMENTÍCIAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA REGIÃO DE SANTA CRUZ DO SUL/RS - BRASIL

Santa Cruz do Sul
2021

Alexander André Schoeninger

EXPERIÊNCIAS VIVIDAS, COTIDIANO E CONDIÇÕES DE VIDA EM AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES ALIMENTÍCIAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA REGIÃO DE SANTA CRUZ DO SUL/RS - BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, Área de Concentração Desenvolvimento Regional e Linha de Pesquisa Organizações, Mercado e Desenvolvimento, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof.ª Drª. Erica Karnopp

Santa Cruz do Sul

2021

CIP - Catalogação na Publicação

SCHOENINGER, ALEXANDER ANDRÉ
EXPERIÊNCIAS VIVIDAS, COTIDIANO E CONDIÇÕES DE VIDA EM AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES ALIMENTÍCIAS : UMA ANÁLISE A PARTIR DA REGIÃO DE SANTA CRUZ DO SUL/RS – BRASIL / ALEXANDER ANDRÉ SCHOENINGER. — 2021.
105 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) — Universidade de Santa Cruz do Sul, 2021.
Orientação: Profa. Dra. ERICA KARNOPP.

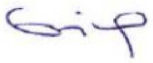
1. DESENVOLVIMENTO REGIONAL. 2. AGROINDÚSTRIA FAMILIAR. 3. EMPREENDEDORISMO. 4. LEGISLAÇÃO PARA AGROINDÚSTRIA. 5. AGRICULTURA FAMILIAR. I. KARNOPP, ERICA. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UNISC com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Alexander André Schoeninger

EXPERIÊNCIAS VIVIDAS, COTIDIANO E CONDIÇÕES DE VIDA EM AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES ALIMENTÍCIAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA REGIÃO DE SANTA CRUZ DO SUL/RS - BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, Área de Concentração: Desenvolvimento Regional. Linha de Pesquisa Organizações, Mercado e Desenvolvimento, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

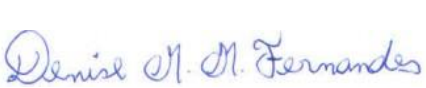


Drª. Erica Karnopp

Professora Orientadora – UNISC

Drª. Cidonea Machado Deponti

Professora Examinadora – UNISC



Drª. Denise Medianeira Mariotti Fernandes

Professora Examinadora – UFFS

Santa Cruz do Sul

2021

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a todos que de alguma forma contribuíram para que esta pesquisa tenha sido realizada. Agradeço à minha família, por apesar de não ter conseguido me dar apoio, fez, com isso, com que eu consiga buscar a persistência, paciência e compreensão ao longo desta jornada de estudos.

Agradecimento muito especial à competente orientadora professora Drª Erica Karnopp pela disposição, paciência e dedicação para a realização desta pesquisa. O meu muito obrigado por seus ensinamentos, por todo apoio e pela amizade que se consolidou!

Aos proprietários de agroindústrias familiares que dispuseram de tempo para contribuir com informações e experiências de vida para esta pesquisa. Que tenham muito sucesso em cada um de seus empreendimentos!

À coordenação do curso e a todo o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC pelos ensinamentos, disposição e dedicação permanente com os estudantes.

Aos colegas das turmas de mestrado e doutorado pela oportunidade de convivência e de socialização de experiências e conhecimentos.

Às funcionárias da secretaria do PPGDR, Carolina e Graziela, pela paciência e dedicação e em todos os momentos.

À banca pelo tempo dedicado à análise da dissertação e pelas contribuições que muito enriqueceram esta pesquisa.

Ao CNPq pelo decisivo apoio financeiro para a realização do mestrado. Sem este apoio este estudo e minha qualificação não seria possível.

Aos meus amigos companheiros de futebol, de futsal e dos momentos de descontração, que sempre contribuem para recarregar as baterias em vários momentos dessa vida.

“A melhor maneira que a gente tem de fazer possível amanhã alguma coisa que não é possível de ser feita hoje é fazendo hoje aquilo que hoje pode ser feito. Mas se eu não fizer hoje aquilo que hoje pode ser feito e tentar fazer hoje aquilo que hoje não pode ser feito, dificilmente eu faço amanhã aquilo que hoje não pude fazer”.

Paulo Freire

RESUMO

A presente dissertação teve como tema as agroindústrias familiares alimentícias (AIFAs). Estas são compreendidas como empreendimentos de micro e pequeno porte de processamento de produtos agrícolas da agricultura familiar, tendo como produto final alimentos como melado, conservas vegetais, embutidos, queijo, sucos, mel, bolachas, vegetais minimamente processados, entre muitos outros. Estes empreendimentos se tornam de suma importância, pois além de agregar renda ao produto primário, participam de uma economia local, com matérias-primas, insumos, mão-de-obra e comercialização dentro da própria região. Os sujeitos, que decidem empreender e apostar na ideia de uma agroindústria familiar, carregam consigo a história familiar e da comunidade, formando produtos únicos, mas também carregam consigo muito esforço, trabalho e a busca de conhecimentos que não possuíam antes. Uma AIFA se torna a principal fonte de renda da família, entretanto necessita de investimentos em uma estrutura física e em tudo que a permeia. Nesta pesquisa buscou-se compreender e analisar a percepção de vida de proprietários de agroindústrias familiares que mesmo sob diversas dificuldades, resistem por mais de uma década e fazem com que seus empreendimentos familiares formalizados sirvam de sustentáculos às suas famílias e suas comunidades/regiões. Foram analisados, qualitativamente e fenomenologicamente, cinco famílias proprietárias de agroindústrias da região de Santa Cruz do Sul que atuam de 10 a 25 anos. Sob o olhar dos próprios proprietários de agroindústrias familiares alimentícias, conseguiu-se perceber um pouco daquilo que vivem no seu dia-a-dia, além de ampliar a visão nas oportunidades que estes tipos de empreendimentos geram nas regiões em que atuam. Foi possível captar diversas dificuldades que os empreendimentos enfrentaram e enfrentam ainda nos dias atuais, para que permaneçam sobreviventes no mercado, e com isso encontrou-se estratégias que as políticas públicas podem utilizar para que as agroindústrias familiares continuem ativas e gerando desenvolvimento local com a valorização do alimento localmente produzido, manutenção da cultura alimentar, agregação de valor ao produto primário, cadeias curtas de alimentação, empregos locais, geração de renda a família proprietária e melhoria da qualidade de vida.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Empreendedorismo. Território. Legislação para agroindústrias.

ABSTRACT

The theme of this dissertation was the family food agro-industries (AIFAs). These are understood as micro and small enterprises for processing agricultural products from family farming, having as final product foods: cane molasses, pickles, sausages, cheese, juices, honey, cookies, minimally processed vegetables, among many others. These enterprises become of paramount importance, because in addition to adding income to the primary product, they participate in a local economy, with raw materials, inputs, labor and commercialization within the region itself. The subjects, who decide to undertake and bet on the idea of a family agroindustry, carry with them the family and community history, forming unique products, but they also carry a lot of effort, work and the search for knowledge that they did not have before. An AIFA becomes the main source of income for the family, however it needs investments in a physical structure and in everything that permeates it. In this research, we sought to understand and analyze the perception of life of owners of family agro-industries who, even under various difficulties, resist for more than a decade and make their formalized family businesses serve as support for their families and their communities/regions. We analyzed, qualitatively and phenomenologically, five families that own agribusinesses in the region of Santa Cruz do Sul that work from 10 to 25 years. Under the eyes of the owners of family food agro-industries, it was possible to perceive a little of what they live in their day-to-day, in addition to expanding the vision of the opportunities that these types of enterprises generate in the regions in which they operate. It was possible to capture several difficulties that the enterprises faced and still face today, so that they remain survivors in the market, and with that it was found strategies that public policies can use so that family agro-industries remain active and generating local development with the valorization of locally produced food, maintenance of the food culture, adding value to the primary product, short food chains, local jobs, generating income for the owner family and improving the quality of life

Keywords: Family farming. Entrepreneurship. Territory. Legislation for family agribusiness.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AF – Agricultura Familiar
AIF – Agroindústria Familiar
AIFA – Agroindústria Familiar Alimentícia
AFUBRA – Associação dos Fumicultores do Brasil
APL – Arranjo Produtivo Local
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CPF – Cadastro de Pessoa Física
COREDE – Conselho Regional de Desenvolvimento
FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEI – Microempreendedor Individual
OMS – Organização Mundial da Saúde
PEAF – Programa Estadual de Agroindústrias Familiares do RS
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PNAAF – Programa Nacional de Agroindustrialização da Agricultura Familiar
RS – Estado do Rio Grande do Sul
R$ – Real Brasileiro (moeda)
SDR – Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo
UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul
UPF – Unidade Padrão Fiscal
UVPF – Unidade de Vivência e Produção Familiar
VRP – Região do Vale do Rio Pardo

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Reflexos da Globalização 24

Figura 02 - O COREDE Vale do Rio Pardo e a Região de Santa Cruz do Sul.....58

Figura 03 - As Agroindústrias Familiares da Região de Santa Cruz do Sul 61

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Esquema de análise de conteúdo 20

Quadro 02 – Formas de enquadramento das agroindústrias familiares.....40

Quadro 03 – Especificações da agroindústria familiar e não familiar.....42

Quadro 04 – Produtos das agroindústrias familiares entrevistadas 77

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 12

2 AS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL 22

2.1 Agroindústrias familiares frente ao desenvolvimento regional 22

2.2. Desenvolvimento regional e condições de vida 28

2.2.1 Condições de vida ou qualidade de vida 29

2.2.2 Noções de cotidiano e experiências vividas 31

2.3 O contexto brasileiro e a agricultura familiar 31

2.4 Caracterização da agroindústria familiar 34

2.4.1 A agroindústria familiar como processo de desenvolvimento regional 34

2.4.2 A influência das políticas públicas de agroindustrialização 37

2.4.3 O termo AIFA (Agroindústria Familiar Alimentícia) 44

2.4.4 Condições de vida em agroindústrias familiares 47

2.4.5 Penosidade do trabalho 50

3 OS ATORES DE AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES ATRAVÉS DA PESQUISA EXPLORATÓRIA 52

3.1 Recorte geográfico: o Vale do Rio Pardo 52

3.2 Aspectos da região de Santa Cruz do Sul 58

3.3 A metodologia de pesquisa 63

3.3.1 Método de abordagem 67

3.3.2 Procedimentos de coleta e sistematização de dados 68

3.3.3 Procedimentos de análise de dados 70

3.4 Atores das agroindústrias familiares em foco 70

3.4.1 O histórico das agroindústrias e experiências vividas 73
3.4.2 O cotidiano e suas implicações 78
3.4.3 Condições de vida encontradas 82
3.4.4 Relação com o território 84
3.5 Demandas e implicações das agroindústrias 85

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS 91

REFERÊNCIAS 96

APÊNDICES 104

Apêndice A 104

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional tem como tema as agroindústrias familiares alimentícias (AIFAs)[1], sob o enfoque de suas experiências vividas, do cotidiano e das condições de vida nelas existentes. A pesquisa buscou analisar a percepção de vida de proprietários de agroindústrias de micro e pequeno porte que mesmo sob dificuldades, fazem com que seus empreendimentos familiares formalizados sirvam de sustentáculos[2] às suas famílias e suas comunidades/regiões.

Para realização desta análise, entende-se que o desenvolvimento de uma região ou um território depende de inúmeros fatores: econômicos, sociais, culturais, ambientais e históricos; também da governabilidade e das políticas públicas existentes e de seus efeitos. Hoje, em um mundo globalizado, atores locais e globais atuam neste campo dinâmico de conflitos e concepções em constante mudança.

Compreende-se, ainda, a relevância da notoriedade de um olhar sobre atores locai, por estes serem capazes de modificar (ao mesmo tempo que se adaptam) às necessidades regionais. Para que políticas e programas públicos sejam mais eficientes e eficazes se torna significativo analisar principalmente de que forma políticas e condições anteriores obtiveram impactos e efeitos no cotidiano e nas condições de vida dos seus "beneficiários".

Neste contexto, apresentamos a "Agroindústria Familiar Alimentícia". De acordo com as políticas públicas existentes, como o PEAF e do PNAAF[3] (BRASIL, 2021; EMATER, 2021; APLVRP, 2018) e de autores como PREZOTTO (2016), BASTIAN *et al* (2014), BIANCHINI *et al* (2017), KARNOPP *et al* (2017), PELEGRINI E GAZOLLA

[1] O termo agroindústria familiar utilizado nesta pesquisa utilizará de critérios específicos que o definam como empreendimento, que em muitos trabalhos não está evidente. De forma simplificada, se entende como agroindústria familiar todos os empreendimentos de processamento de produtos da agricultura familiar de micro e pequeno porte e de gestão familiar ou associativa e que tenham uma estrutura de processamento; não se trata do processamento puramente caseiro de produtos agrícolas e nem da grande produção de indústrias ou cooperativas de médio e grande porte.

[2] A ideia de sustentáculo compreende não somente uma capacidade de sobrevivência, mas provém de uma base arraigada na família e na comunidade, onde se desenvolve as relações (cotidiano, vivências, manutenção das condições de vida e superação de algumas condições).

[3] O Programa Estadual de Agroindústrias Familiares do Rio Grande do Sul (PEAF) surgiu em 1999 e Programa Nacional de Agroindustrialização da Agricultura Familiar (PNAAF) em 2003. Como programas públicos surgiram após o crescimento exponencial de tais empreendimentos, principalmente para formalizar (regular) as micro e pequenas agroindústrias, advindos de áreas rurais e de agricultores familiares, mas com o destino de seus produtos a consumidores urbanos do município ou da região em que trabalham.

(2008) as agroindústrias familiares são: pequenos empreendimentos (mas que estão em grande quantidade) que mesclam características da **agricultura familiar**: produção de alimentos coloniais, muitos conhecimentos adquiridos da natureza "o saber-fazer", manipulação dos produtos, convívio em comunidades, pequenas glebas rurais, infraestruturas pouco complexas, baixa escolaridade e buscas constantes de melhorias (de infraestrutura, escolaridade, de condições de vida,..); com as características de **empreendedorismo**: do ser buscando seu próprio caminho, do início de um sonho de vida e de um negócio, da construção de uma marca, de um trabalho para si mesmo, de um investimento de vida, da valorização do seu conhecimento, de um produto diferenciado, de um alimento que as grandes empresas não produzem igual, de um empreendimento preocupado e alinhado com a comunidade que o rodeia e com seus clientes.

De acordo com MDA (2017), no Brasil, 70% dos alimentos que chegam à mesa da população são produzidos pela agricultura familiar, nisto se englobam as agroindústrias familiares. Segundo Wesz Junior (2009) a década de 1990 presenciou a modificação parcial do escopo de atuação dos mecanismos de intervenção voltados ao meio rural, onde ganhou força o apoio às atividades diferenciadas no campo, como é o caso da agroindustrialização em escala familiar.

As atividades de processamento de alimentos advinda de agricultores familiar, se entende que, foram incentivadas por programas governamentais que começaram a apoiar a implementação e legalização e a profissionalizar famílias. Com a intensão de, primeiramente, legitimar esses processos de manufatura de alimentos em pequena escala e assim contribuir ao desenvolvimento regional, através da própria agregação de valor à produção rural, aumento da renda para os agricultores, associativismo e melhoria das condições de vida dos agricultores. Segundamente, impor regras de higiene e boas práticas de fabricação, afim de garantir um alimento mais seguro e padronizado aos consumidores. Mas isto impôs grandes empecilhos e elevados custos para muitas agroindústrias. E em terceiro, produzir alimentos processados por agricultores com procedência e valor legal, que rode na economia como um produto legalmente fabricado e tributado, mas evidentemente, com algumas tributações isentas ou reduzidas, para incentivar e manter estas produções em pequena escala (SILVA E PREZOTTO, 2008).

Conforme Prezotto (2002), as agroindústrias familiares se tornaram um modelo de agroindustrialização descentralizado e de pequeno porte. Descentralizado porque

foram constituídos de atores locais, sem nenhum ator hegemônico centralizado (empresas, cooperativas de grande porte ou entes públicos). Por outro lado, ao apresentar tal abordagem teórica, acrescenta-se que, um elemento relevante a ser considerado é que produzir os alimentos que as AIFAs produziam provavelmente eram processos pouco vantajosos para empresas de médio e grande porte, por exigir muita manipulação e bastante variabilidade de produtos, sabores e tamanhos, e também por serem produtos que trabalham com matéria-prima perecível e de pequena escala de produção, o que poderia não alcançar os lucros desejados.

As AIFAs estão plenamente distribuídas em todos os territórios brasileiros. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em suas pesquisas, usa um termo com uma definição um pouco diferente, que são as “agroindústrias rurais”, que engloba pequenas e grandes agroindústrias, por assim dizer, mas somente as que possuem estabelecimento em zona rural (o que são a grande maioria das agroindústrias, mas na definição de AIFAs não existe esta delimitação espacial).

Dados do Censo Agropecuário 2017 revelam que a agroindústria rural – ou seja, as atividades de transformação de produtos agropecuários em processados ou semiprocessados nos estabelecimentos rurais, na falta de um termo consensual que a defina – gerou, em todo o país, o valor da produção de R$ 14,8 bilhões. Segundo este censo existem 1.527.056 agroindústrias rurais no Brasil (IBGE, 2021a). Destaca-se que o próprio IBGE não possui um termo consensual para agroindústria rural.

Este Censo Agropecuário de 2017 revelou também quanto das agroindústrias rurais são formados apenas por agricultores familiares. No tocante à participação na produção e nas vendas das agroindústrias rurais, a agricultura familiar (em contraponto a agricultura não familiar), responde por percentuais significativos: 81,0% na região Norte; 37,6% no Nordeste; 33,8% no Sudeste; 55,6% no Sul; e 12,5% na região Centro-Oeste (IBGE, 2021a). São números expressivos e importantes, a agroindústria rural é formada por centenas de milhares de pequenas agroindústrias e não apenas pelos grandes complexos agroindustriais. A partir desses dados e buscando compreender o contexto das agroindústrias, se pressupôs que, quanto menor a participação do latifúndio em cada região do país, maior a participação percentual na produção agroindustrial das agroindústrias da agricultura familiar.

Para reforçar esses dados apresentados, se menciona, ainda que os Censos Agropecuários de 2006 e 2017 quantificaram estas agroindústrias. Segundo o Censo de 2006 existiam 629.537 estabelecimentos com agroindústrias rurais de agricultores

familiares em todo o Brasil, totalizando uma receita de R$ 2.109.526.314,00 (IBGE, 2021b). Já no Censo de 2017, foram encontrados 720.644 estabelecimentos com agroindústrias rurais de agricultores familiares, totalizando uma receita de R$ 6.351.496.000,00 (IBGE, 2021a).

Além disso, conforme IBGE (2021a) entre os anos de 2006 e 2017, as agroindústrias de agricultores familiares cresceram. Aumentaram mais de 15% em quantidade em todo o Brasil e mais de 200% em suas receitas. Evidentemente entendendo que mais famílias rurais começaram a processar produtos, ao invés de comercializar toda a produção *in natura*, e também, que mais estabelecimentos perderam o "receio" de falar que produzem e comercializam produtos agroindustriais.

Outro ponto a destacar, é o incremento da receita destas agroindústrias de agricultores, que triplicou em dez anos entre os Censos Agropecuários. Isso se deve a dois fatores pontuais, à busca individual de qualificações e modernizações em seus próprios estabelecimentos e ao incremento das políticas públicas voltadas as agroindústrias, com mais agroindústrias formalizadas, organizadas e qualificadas, através de assistência técnica, cursos e assistência na parte de legalização. Ao mesmo tempo, buscou-se evidenciar que o aumento dos números anteriormente relatados revela que existem inúmeras dificuldades para a legalização, produção e do próprio cotidiano destas agroindústrias familiares que foram enfrentadas por muitas agroindústrias e que muitas ainda estão enfrentando, pois a perspectiva atual do IBGE é de aumento da quantidade e da receita das agroindústrias ao passar do tempo.

A atividade de agroindustrialização nas propriedades rurais de agricultores familiares especialmente no estado do Rio Grande do Sul é muito intensa e merece destaque. Conforme dados do Censo Agropecuário de 2006, alcança 82.220 estabelecimentos. Deles, 30.255 declararam ter renda com a atividade, o que resultou, em um valor bruto de produção de R$ 231.391.000,00 naquele ano, somente no estado gaúcho (EMATER, 2021). Já o censo de 2017 encontrou 140.462 estabelecimentos com agroindústrias rurais (valor da produção de R$ 1.184.690.000,00), destes 121.694 declarados da agricultura familiar (valor da produção de R$ 956.726.000,00), demonstrando acréscimos similares, entre 2006 e 2017, de quantidade de estabelecimentos e de valor da produção, encontrados nos dados do território nacional (IBGE, 2021a).

O Rio Grande do Sul é um dos estados brasileiros que deu a devida importância a existência de tais empreendimentos, criando uma política própria das agroindústrias

familiares, conhecida como PEAF (Política Estadual de Agroindústria Familiar) e com o selo “Sabor Gaúcho” desde 1999 e reformulado em 2012. Tal política serviu de modelo para a política nacional em 2003, o chamado Programa Nacional de Agroindustrialização da Agricultura Familiar (PNAAF). Em 2021, mais precisamente na atualização de 15 de abril de 2021, existiam 1.523 agroindústrias familiares inclusas[4] no programa (PEAF) do Rio Grande do Sul.

Destas 1.523 agroindústrias familiares, em torno de 99% são agricultores familiares (venda pelo bloco de produtor rural, tem inscrição estadual vinculado ao CPF) e 1% são MEIs (Microempreendedores Individuais, tem CNPJ vinculado ao CPF), que começaram a entrar no programa em 2018 com as mudanças de legislação. No Rio Grande do Sul, a política de agroindústria familiar não englobou as micro e pequenas indústrias rurais, e teve seu foco apenas nos agricultores familiares com inscrição estadual (bloco de microprodutor rural) e cadastro vinculado ao CPF.

Isto se deve ao fato de a entidade executora do PEAF no estado ser a EMATER/RS-ASCAR[5], entidade filantrópica de assistência técnica e social rural, e assim todas as AIFAs cadastradas no PEAF tinham que ser de agricultores familiares. Assim as pequenas empresas rurais ficaram de fora de tal política, assim como feirantes que fazem uma pequena produção caseira também não englobam o grupo das agroindústrias familiares para a política estadual do Rio Grande do Sul, mas os últimos são incentivados a construir uma estrutura e entrar nesse grupo. A EMATER (2021) fala sobre a priorização de agricultores familiares:

> Na década de 1990, a orientação institucional determinou a priorização de atendimento aos agricultores familiares, que mais tarde ficou ratificado com a designação da Emater como entidade executora do Programa da Agroindústria Familiar (PEAF) pela Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (EMATER, 2021, *site*).

Teóricos como Prezotto (2002), Mior (2005), Pellegrini e Gazolla (2008) e Silva e Prezotto (2007; 2008), Wesz Junior (2006, 2008, 2009), em uma década marcada pela formação de políticas públicas pró-AIFAs no Rio Grande do Sul e no Brasil, identificaram em seus trabalhos benefícios econômico-sociais das agroindústrias

[4] Inclusas: são somente as agroindústrias formalizadas e em dia com a legislação sanitária vigente, além disso, existem mais de 2.000 agroindústrias familiares no estado do Rio Grande do Sul que estão cadastradas no PEAF, mas que não estão plenamente formalizadas;
[5] Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul e Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural: é uma entidade filantrópica unificada de assistência técnica rural.

familiares, como aumento de renda, da qualidade de vida, a agregação de valor, o aumento de empregos, diminuição do êxodo rural, o acesso a crédito e o associativismo, para quem os comandam (família proprietária) e para o território que atuam, os alimentos muito mais saudáveis, a produção com baixo impacto ambiental em contraponto com grandes indústrias alimentícias.

A maioria destes autores também já alertava sobre as dificuldades presentes no dia-a-dia das AIFAs, como os altos custos e investimentos necessários para manter a legalização, a grande jornada de trabalho, os problemas familiares, as dificuldades que os órgãos sanitários impõem, a legislação e tributação imprecisa, a baixa lucratividade do negócio, a falta de infraestrutura no meio rural (agua, luz, internet, sinal telefônico, asfalto,..), as baixa escolaridade dos proprietários de agroindústrias rurais, as dificuldades de produzir e/ou obter matéria-prima por causa do clima e de outras adversidades, o alto custo de obter insumos e embalagens, entre outros.

No entanto, para SEBRAE (2017), o principal problema que as agroindústrias familiares enfrentam é a falta de planejamento gerencial, produtivo e comercial, incluindo o marketing do seu produto.

> No entanto, um dos principais problemas com as agroindústrias familiares é a falta de gestão, no qual envolve o planejamento gerencial, produtivo e comercial. A principal explicação para tal fato é que o produtor ainda não se deu conta da importância de ter uma visão empreendedora do seu negócio "Gestão Profissionalizada". As agroindústrias familiares devem estar atentas aos meios de agregação de valor, produtos que valorizam a forma artesanal, características vinculadas à origem, embalagens práticas e sustentáveis e também atendendo as exigências de legislações sanitárias. O mercado consumidor quando fala em qualidade, não está falando só em segurança do alimento e sim nos aspectos de produtos com vínculos a origem, história, lembranças da infância entre outros sentidos (SEBRAE, 2017, *site*).

Em Sebrae (2017) se percebe um olhar bastante focado nas formas de administração de um empreendimento. Estes conhecimentos de gestão são fundamentais a manutenção e sucesso das agroindústrias, mas não podem ser vistas como fator principal, pois coloca a família proprietária como principal fator de insucesso de uma agroindústria, o que fundamentalmente acreditamos que seja o contrário. A família proprietária fará de tudo para ter sucesso em seu negócio, mas as pressões de mercado (oferta e procura, preço) que são manipuladas pelas grandes empresas que possuem os meios de produção, no caso das agroindústrias, citamos as embalagens e a matéria-prima (pois os insumos como sementes, adubos, defensivos agrícolas do cultivo de vegetais e a alimentação da criação de animais)

oscilam muito de preço. Nesse ponto, citamos também as questões tributárias e fiscais e as próprias políticas públicas, que podem criar empecilhos ou facilidades para determinados tipos de produção, como a manufatura de pequeno porte de produtos da agricultura familiar

Evidentemente, com o decorrer do tempo, as AIFAs com maiores dificuldades foram falindo ou deixando de existir por falta de ânimo, dinheiro ou por falta de sucessão. Já muitas outras foram se mantendo, se atualizando, buscando conhecimentos, mais infraestrutura, mais qualidade em seus processos e menos riscos, mas mesmo assim, estimasse que sob grandes dificuldades, se mantiveram existindo pelo fruto de muito suor, trabalho e dedicação, abdicando de muitas coisas para manter seu negócio, sua agroindústria familiar, funcionando (BASSO E TRENNEPOHL, 2014).

Nesta pesquisa, algumas questões norteadoras balizaram as investigações: como várias agroindústrias familiares conseguiram se manter funcionando sob tantas adversidades e dificuldades? O que os motivam? O que eles podem ensinar para outras agroindústrias no mesmo caminho e onde as políticas públicas atuais devem atuar para que as agroindústrias familiares alimentícias se mantenham? Então, verificou-se as experiências vividas de tais famílias, além de como são o cotidiano e as condições de vida atuais, e de como podem ser melhoradas.

Assim, pretendemos compreender como o cotidiano e as experiências vividas interferem nas percepções de condições de vida de famílias que apostaram na proposta da agroindustrialização de alimentos da agricultura familiar, entre as décadas de 90 e de 2000 e que ainda mantém seus empreendimentos vivos e produtivos em 2021.

Visamos questionar o desafio de manter uma AIFA funcionando, aliado a verificar como isso afeta suas condições de vida. Como a aposta na constituição de uma agroindústria familiar transformou a vivência das famílias proprietárias das agroindústrias? Será que realmente melhorou as condições de vida destes atores locais e de sua comunidade? Como se dá seu cotidiano? Quais as experiências vivenciadas em suas lutas diárias pela sobrevivência e crescimento de seus negócios e de suas comunidades?

A partir destas questões norteadoras, esta pesquisa visou perseguir um enfoque ainda pouco abordado, ela de certa maneira questiona a positividade presente no discurso das políticas públicas sobre as agroindústrias familiares, e procura apontar

para a percepção de vida dos próprios proprietários das agroindústrias. Tomando como base de pesquisa a região de Santa Cruz do Sul, a pergunta principal é a seguinte: como o cotidiano e as experiências vividas pelas famílias proprietárias de agroindústrias familiares interfere nas suas percepções de condições de vida?

A abordagem foi qualitativa e fenomenológica, pois busca-se dados específicos, peculiares e fidedignos dos principais atores envolvidos na temática em questão, que são os próprios empreendedores no ramo das agroindústrias familiares, captando sentimentos e percepções presentes. Para isso, foram entrevistadas um total de cinco unidades familiares, sendo que na região foram identificados mais de trinta AIFAs com mais de 10 anos de funcionamento. As entrevistas foram respondidas pelos proprietários e pelos filhos/as e genros/noras, de agroindústrias familiares formalizadas e instaladas há mais de 10 anos na região. O recorte geográfico da pesquisa foi a Região de Santa Cruz do Sul, no centro oriental do Rio Grande do Sul.

Os trabalhos que encontramos sobre condições de vida acabam trazendo um conjunto de indicadores para avaliar as condições de vida, e esta não é nossa perspectiva. Nossa perspectiva é microssocial. Um olhar sobre um conjunto de observações e de vivências que estão no cotidiano destas agroindústrias que vão permitir analisar as percepções de condições de vida. A perspectiva de análise das agroindústrias, neste trabalho, é microssocial, é de vivência e de observação, e a análise das condições de vida se dará a partir de tais elementos como evidencia o quadro 01.

Os conceitos apresentados no quadro encontram-se nas páginas 27, 30, 34 e 55, ao longo da dissertação, cujos conceitos-chave do estudo estão evidenciados e auxiliaram na análise do conteúdo das entrevistas.

A partir desta pesquisa, realizou-se uma interpretação dos conteúdos, para obter, além da análise da percepção das condições de vida e do cotidiano, as experiências vividas das agroindústrias familiares que contribuem para o desenvolvimento de uma região e em como as políticas públicas agiram e podem agir de maneira mais eficiente neste sentido.

Quadro 01 – Esquema de análise de conteúdo

Objetivos Específicos	Categoria de análise	Expressões analíticas	Conceitos norteadores e dimensões
Objetivo específico 1 - Investigar o cotidiano em agroindústrias familiares	Categoria 1 – cotidiano das agroindústrias e o modelo de agroindús-trialização	Quanto aos elementos: respeito ao próximo e respeito ao meio ambiente característicos do modelo de agroindustrialização	Conforme Prezotto (2002), as agroindústrias familiares se tornam um modelo de agroindustrialização descentralizado e de pequeno porte. Além de reconhecer as dinâmicas de desenvolvimento local, estas ações demonstram respeito aos valores de uma agricultura voltada à diversificação dos sistemas produtivos e do meio ambiente com seu foco na agroecologia. (SDR, 2019).
Objetivo específico 2 - compreender como experiências vividas dos proprietários de agroindústrias familiares modificaram suas condições de vida	Categoria 2 - experiências vividas	Quanto aos elementos de fatores relacionados as experiências de vida que impactam as condições de vida e geram consequências na qualidade de vida.	Esta definição de Minayo entende que qualidade de vida se aproxima ao grau de satisfação na vida familiar, amorosa, social e ambiental. Ou seja, depende de múltiplos fatores e depende de experiências e conhecimentos vividos.
Objetivo específico 3 - compreender a relação entre agroindústrias familiares e o território em que atuam	Categoria 3 - referente a relação da agroindústria com o território.	Quanto às dimensões: econômica, social, ambiental, cultural e política	Dimensões explicitadas por Prezotto (2002) nas dimensões sociais das agroindústrias e por APLVRP (2016) no conceito sobre a economia ou região sustentável, onde esta assenta-se em cinco dimensões,: I) na Econômica, me que a realização do potencial econômico se dá simultaneamente com a distribuição da riqueza e com a redução de externalidades socioambientais negativas; II) na Social, com a busca da equidade de riquezas e de oportunidades, através do combate à exclusão, à discriminação, à reprodução da pobreza e do respeito à diversidade em todas suas formas de expressão; III) na Ambiental, com a manutenção da integridade ecológica através da prevenção da poluição, da parcimônia de utilização de recursos naturais, da preservação da biodiversidade e do respeito à capacidade de carga dos ecossistemas; IV) na Cultural, com o desenvolvimento de mecanismos de acesso à educação, aos meios de comunicação e equipamentos culturais e valorização das manifestações e práticas culturais próprias da região; e V) Política, com o desenvolvimento de mecanismos que viabilizem a participação da sociedade nas tomadas de decisões, reconhecendo e respeitando os direitos de todos, superando as práticas e políticas de exclusão e permitindo o desenvolvimento da cidadania ativa.

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Esta dissertação está dividida em três capítulos principais, sendo a parte teórica: “As agroindústrias familiares e o desenvolvimento regional”, a parte de pesquisa de campo: “Os atores de agroindústrias através da pesquisa exploratória”, além das “Considerações Finais”, e finalizando com as “Referências” e “Apêndices”.

2 AS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Este capítulo aborda conceitos, caracterizações e dados que fazem parte da reflexão desta pesquisa, buscando contribuir no entendimento do contexto da produção, processamento e comercialização de alimentos realizado pelas agroindústrias familiares no Brasil e no Rio Grande do Sul. Os assuntos englobam, construção histórica, políticas públicas, as adversidades e lutas das agroindústrias e a própria construção de um conceito de Agroindústria Familiar Alimentícia, com o olhar centrado na agricultura familiar e suas atividades de processamentos formalizados de alimentos de micro e pequeno porte.

2.1 Agroindústrias familiares frente ao desenvolvimento regional

Toda a história humana, o cenário atual e as perspectivas futuras estão pautadas por uma palavra chave chamada ‘desenvolvimento’. Mas atualmente não mais apenas a um crescimento linear, mas também a um crescimento evolutivo. O próprio conceito de crescimento, na perspectiva economicista global, esteve embasado no crescimento linear econômico; por isso, a palavra ‘desenvolvimento’ entrou com força nesta discussão, onde esta se define como uma grande soma de fatores, tanto sociais, econômicos, ambientais, tecnológicos, culturais e intelectuais (ETGES; DEGRANDI, 2013).

Para uma discussão de desenvolvimento devemos pensar em como o sistema capitalista atual ergueu muitos avanços tecnocientíficos e sociais, mas deixou lastros por toda a parte. Ao criar uma cultura globalizada, se perdeu muito em questões culturais. A natureza também foi afetada brutalmente, pois buscou-se na grande maioria apenas usa-la, sem entender que ela é cíclica. Mesmo propondo um mundo mais democrático, nas últimas décadas as diferenças sociais entre pobres e ricos continuou ficando evidente; os pobres que tiverem oportunidade viraram massa de trabalho e os que não tiverem oportunidades de trabalho e de estudo não conseguem sair da miséria (CAVALCANTI, 2001).

As cidades foram se concentrando em população e crescendo cada vez mais. Grande parte da população saiu do campo (o chamado êxodo rural) em busca de oportunidades mais dignas e rentáveis na cidade, visto que no interior quase não existiam alternativas. Nas cidades, com o crescimento desordenado, criaram-se

favelas e bairros periféricos. Todas as pessoas da cidade tinham que se alimentar, porque não viviam apenas dos alimentos industrializados (produzidos na própria área urbana, mas que também necessitavam de matéria-prima da área rural). Nesse cenário a produção de alimentos se tornou ainda mais importante.

Cada região do país foi se estruturando com um mesmo propósito, o de crescimento, mas cada região teve suas peculiaridades, embasadas na sua economia local, nas delimitações naturais, na cultura do povo, no poder político, na tecnologia e educação presentes, entre outros. Assim, cada região se tornou um recorte geográfico, vale salientar que um mesmo território pode ter recortes geográficos diferentes, baseados em um centro urbano maior concentrador, e outros pontos urbanos menores, e a área rural presente. Contudo, as políticas públicas brasileiras que pretendiam melhorias sociais na população, encontravam barreiras diferentes em cada região em que se inseriam, muitas vezes não gerando os resultados esperados.

A área rural, presente na grande maioria das regiões do Brasil (exceto em regiões estritamente urbanas) continuou sendo explorada para a produção de alimentos e de outros produtos extrativistas. Com a evolução tecnológica, grandes latifúndios que já existiam e muitos outros em áreas ainda não exploradas forram surgindo, e a produção de *commodities* cresceu muito. Mas também, nas regiões em que existiam muitas famílias e comunidades em pequenas glebas de terras, muitos permaneceram no campo, os chamados agricultores familiares, produzindo seus alimentos de consumo e de pequena venda, acrescentando a uma ou mais produções comerciais de alguma *commoditie* (soja, trigo, fumo, etc) ou alimento de alto consumo (leite, gado/carne, hortaliças, frutas,..) o que fez que se mantivesse parte, mesmo bem reduzida, dessa população nas áreas rurais das regiões do Brasil. (ETGES; DEGRANDI, 2013).

De outro modo, podemos pensar que muitas pessoas ficaram no campo não pelo motivo de conseguir sobreviver economicamente, mas pelo simples fato de as pessoas mais velhas (seus pais, por exemplo) não conseguirem ou não quererem viver na área urbana, assim muitas pessoas foram obrigadas a viver e trabalhar no campo, e a aposentadoria rural ajudou muito nesse processo de sobrevivência. Com isso, a produção familiar de alimentos se manteve e novos processos como a agroindústria familiar foram surgindo.

Em um mundo globalizado, as forças econômicas maiores, como as empresas multinacionais juntam suas forças e obrigam a população trabalhadora a seguir suas

políticas de preços/custos. No meio rural, percebe-se essa dominância de poder nos sistemas integrados de produção, presente em todas as regiões do Brasil. Ao mesmo tempo em que os agricultores familiares conseguem se sustentar minimamente com esses tipos de produções agroexportadoras, eles não controlam os meios de produção, nem os custos dos insumos e da tecnologia e nem os preços de comercialização. Nesse sentido, redes de sobrevivência no âmbito rural tentam buscar outras alternativas.

A figura 1 apresenta uma síntese de como a globalização se manifesta no território e como este se adapta e se reinventa na construção de espaços de resistência socioeconômica.

Figura 01 - Reflexos da Globalização

Fonte: Elaboração Karnopp (2004).

Em relação ao desenvolvimento rural, entre a dicotomia do global e o local, e usando o território construído regional como mediador, é fundamental buscar a compreensão sobre como os atores sociais se mobilizam no território, em como constroem as suas estratégias de vida e nas distintas maneiras que enfrentam as dificuldades cotidianas, afim de manter sua reprodução cultural e coletiva (KARNOPP, 2004).

Segundo Weber (2020), a agricultura familiar, tem sido trazida em muitos estudos como elemento de análise, em função das consequências dos processos de

reestruturação capitalista e da globalização dos mercados, como também, pela forte vulnerabilidade econômica e social a que sempre foi submetida, e ainda pela necessidade de construir alternativas sustentáveis.

Para Prezotto (2010), no Brasil, historicamente, o processo de agregação de valor aos produtos agrícolas e pecuários tem sido centrado em grandes unidades agroindustriais integradoras, localizadas em centros urbanos. Mas é na agricultura familiar (caracterizada por representar produtores rurais de micro e pequeno porte), que existem atualmente 77% dos estabelecimentos agrícolas do país e advém cerca de 70% dos alimentos que vão a mesa dos brasileiros (MDA, 2017).

As políticas públicas de apoio à inserção dos agricultores familiares no processo de agroindustrialização da sua própria produção são, de maneira geral, ainda recentes, datados das décadas de 90 e 2000 (programas e leis foram criados a partir de 1999 no estado do Rio Grande do Sul e 2003 no governo federal). Debates sobre este tema indicam a necessidade de continuidade da construção de um modelo de desenvolvimento rural (mais) sustentável (PREZOTTO, 2010).

Karnopp *et al* (2016) constata que o modelo de desenvolvimento econômico construído a partir da década de 1950, através dos avanços tecnológicos e com a implementação da Modernização Conservadora da Agricultura, foi pautado em uma política homogeneizadora que ocultou por décadas a capacidade de organização dos agricultores, retirando-lhes poder de decisão e colocando-os como receptores de tecnologias e políticas. Embora este processo tenha efetivamente aumentado à produtividade agrícola, como já dito, trouxe como um dos desdobramentos sociais mais aparentes a redução da capacidade dos agricultores de organizarem sua produção, aumentando ainda mais a marginalização de suas iniciativas.

Prezotto aborda um dos problemas sociais no campo, a cadeia produtiva integrada a grande indústria:

> As famílias que comercializam regularmente sua produção estão em sua maioria submetidas às cadeias produtivas dominadas pelas grandes agroindústrias. O atual modelo capitalista de produção força a concentração. O que vemos são milhares de unidades familiares ofertando produtos agrícolas e poucas empresas compradoras dominando os mecanismos de compra e venda, sendo que as empresas transnacionais detêm cada vez mais o controle sobre os mercados, direcionando o modelo produtivo e de consumo. Por outro lado, esse domínio sobre as cadeias produtivas do mercado agropecuário está forçando o nivelamento e a padronização de hábitos e costumes alimentares (PREZOTTO, 2016, p. 3).

Como mencionado por Prezotto, grande parte dos agricultores estão submetidos a uma cadeia produtiva que os forçam à uma padronização de cultivos pois a compra é feita por algumas grandes empresas homogeneizadoras e que detém o preço de compra como uma das formas de controle.

Segundo a SDR (2019), a agroindustrialização da produção realizada por agricultores familiares tornou-se uma importante alternativa de geração de renda no meio rural. Neste tipo de empreendimento, os proprietários das agroindústrias são os protagonistas do processo, e passam a atuar em toda a cadeia produtiva. Além disso, segundo o governo do Rio Grande do Sul (2018), as AIFAs promovem a descentralização e a diversificação da produção e o desenvolvimento local e regional, fortalecendo os valores culturais, a sustentabilidade ambiental e oferta de produtos diversificados e de qualidade à população.

Com as políticas públicas de apoio à concepção de agroindústrias familiares, como o PEAF e PNAAF, agricultores foram estimulados a criar seus próprios empreendimentos, agregar valor aos produtos e criar suas próprias redes de comercialização. Alguns agricultores sempre tiveram o espírito de independência e de empreendedorismo, os programas de apoio, aliados a crises de produção (intempéries, baixa de preços), foram as chaves para os mesmos apostarem em suas ideias. Passaram a se tornar atores do próprio desenvolvimento.

Os programas de agroindustrialização da agricultura familiar surgiram também, por outro lado, da necessidade dos próprios consumidores (majoritariamente urbanos) em grande expansão populacional, de adquirir alimentos, além de seguros sanitariamente, mas produtos tradicionais, de qualidade, que possuem valores e identidades culturais e em maior quantidade e acessibilidade.

As agroindústrias familiares usam o termo “indústria” pois fazem o processamento de produtos agrícolas (quase que essencialmente alimentos) e desta maneira são obrigados a seguir normas sanitárias, assim como qualquer indústria. Programas governamentais, que fomentam estes tipos de empreendimentos, também criaram leis específicas para simplificar de certa maneira a legalização (SDR, 2019).

Ainda assim, foi necessário aos empreendedores rurais alto investimento inicial muitas vezes financiados pelo PRONAF[6] (WESZ JUNIOR, 2010). Altos custos foram

[6] Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: custeios e financiamentos com juros baixos para agricultores familiares.

gerados principalmente na construção de um prédio físico, além de máquinas e equipamentos, cursos, manuais de boas práticas de fabricação, inspeção e regularização sanitária, enquadramento fiscal, embalagens, rótulos, entre outros.

A agroindústria familiar misturou assim aspectos empresariais, aos aspectos locais e próprios da sua produção e seus produtos. Com os custos de manter e administrar um empreendimento, muitos não se sustentaram. Outras, através de força de vontade, grau de inovação e de especialização conseguiram se manter e aumentar sua produção e vendas. Para estes, muitas vezes, foi necessário se manter no processamento e abdicar muitas vezes do cultivo (PREZOTTO, 2008), o que gerou mais confusões na hora de utilizar a denominação. O termo agroindústria familiar passou a não identificar apenas os agricultores familiares com empreendimentos físicos, mas também os empreendedores de micro e pequeno porte que processam produtos da agricultura familiar e que assim mantém vínculos com o território em que atuam.

As agroindústrias familiares apresentam aspectos de fundamental importância para a sociedade: participam de uma economia de empreendimentos familiares de pequeno porte, voltada para os benefícios mútuos, baseada nas relações e na cultura local, fomentando a economia regional. As agroindústrias familiares somam-se às contra-forças territoriais horizontalizadoras e descentralizadoras, distributivas de renda e engajadas nos processos reais de desenvolvimento (SANTOS, 2006). SDR (2019) descreve quais as políticas públicas para a agricultura familiar foram criadas recentemente no Brasil:

> A importância da agricultura familiar é cada vez mais evidenciada por políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida destas famílias. A criação do Programa de Agroindústria Familiar do Estado do Rio Grande do Sul, “Sabor Gaúcho”, hoje transformado em Política Estadual de Agroindústria Familiar, criada pela Lei Estadual nº 13.921, de 17 de janeiro de 2012, e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) criado pela Lei Federal nº 10.696 de 02 de julho de 2003 e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), regulamentado pela Lei Federal nº 11.947 de 16 de junho de 2009, são exemplos de políticas públicas que priorizam a agricultura familiar. Além de reconhecer as dinâmicas de desenvolvimento local, estas ações demonstram respeito aos valores de uma agricultura voltada à diversificação dos sistemas produtivos e do meio ambiente, com seu foco na agroecologia. (SDR, 2019).

Silva e Prezotto (2008) descrevem sobre o objetivo geral do programa nacional de agroindustrialização da agricultura familiar (PNAAF), construído em 2003 e que teve como inspiração o PEAF (“Sabor Gaúcho”):

> Apoiar a inclusão dos agricultores familiares no processo de agroindustrialização e comercialização da sua produção, de modo a agregar valor, gerar renda e oportunidades de trabalho no meio rural, com consequente melhoria das condições de vida das populações beneficiadas, direta e indiretamente, pelo Programa (SILVA e PREZOTTO, 2008, p.9)

O objetivo do PNAAF inclui agregação de valor, geração de renda, oportunidades de trabalho e melhoria das condições de vida. Importante observar que a ideia principal por detrás das políticas públicas para a agricultura familiar é a melhoria da qualidade de vida destas famílias. Esta é uma mostra clara do quanto este termo importa para o governo federal e para a população.

2.2. Desenvolvimento regional e condições de vida

As concepções macrossociais e economicistas do século XX influenciaram os estudiosos do desenvolvimento ao analisarem as transformações sociais a partir de uma lógica que compara o progresso e o futuro, o retrocesso e o passado. Essa ideia de desenvolvimento tratava essencialmente do crescimento econômico com ênfase na especialização técnica e produtiva, eficiência e eficácia da produção e racionalização da organização social. (FREITAS *et al*, 2016).

Freitas *et al* (2016) descreve que a crise dos anos 1980 mostrou que tais projetos desenvolvimentistas se tornaram de certo modo limitados e evidenciaram o desenvolvimento somente através das estruturas, do crescimento econômico do livre mercado, aumento da tecnologia, industrialização, crescimento do PIB e da renda per capita. Evidentemente que são dados que interferem na melhoria das condições de vida humana, mas não são totalitários. Assim os indicadores que permitiam avaliar sobre ser mais ou menos desenvolvido também não explicavam a realidade da vida das pessoas e dos países. Perceba o que os autores falam sobre:

> (..) tornou-se cada vez mais evidente a necessidade de analisar as questões do desenvolvimento considerando não somente o crescimento econômico, mas também a perspectiva humana, entendendo como e porque estes “avanços” financeiros não se refletiram diretamente na qualidade das condições de vida dos indivíduos. Os indicadores de desempenho econômico, como o crescimento da renda e da produtividade dos fatores de produção passaram a ser acrescidos de outros elementos relacionados à qualidade de vida, às condições do meio ambiente, à liberdade de expressão e democracia. Com base nestas referências, emerge uma nova compreensão sobre desenvolvimento, com ênfase na dimensão humana. (FREITAS et al, 2016, p.249)

Como fica evidente, há uma estreita relação entre estudos sociais que envolvem o desenvolvimento a partir das regiões e os estudos humanísticos referentes a condições/qualidade de vida de sujeitos ou grupos determinados de pesquisa. Os dois conceitos se envolvem e entrelaçam, para haver desenvolvimento territorial os sujeitos necessitam perceber qualidade de vida como melhoria das condições de vida.

Segundo Sulzbacher e Neumann (2014) diferentes estudos de casos mostram que a agroindústria familiar promove uma série de impactos nas escalas da unidade de produção familiar e no entorno comunitário e que, em muitos casos, extrapolam as fronteiras regionais. Ainda assim, de modo geral, as ponderações são ora pontuais, ora genéricas, e não vislumbram uma discussão direcionada para a perspectiva de avaliar, efetivamente, o que significa “agregar valor, gerar emprego e renda” em termos de qualidade de vida da família rural. (SULZBACHER e NEUMANN, 2014).

Na análise de pesquisas, programas e/ou projetos sobre a agroindustrialização, percebe-se a ampla ênfase dada a questões como a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar social, promovidas em função da “inserção” de uma AIFA em dada realidade. Sulzbacher e Neumann (2014) apontam algumas questões que podemos verificar se acontecem ou não na população pesquisada. Em seu estudo, apontam que em quatro dos seis casos estudados, a agroindústria deixou de ser uma atividade com caráter complementar para tornar-se a principal atividade da propriedade. Também apontou que a agroindústria ocupou ainda mais suas horas de trabalho, trabalham pelo menos oito horas por dia, antes trabalhavam em média menos na agricultura. Além disso, demonstrou que as perspectivas com incremento de renda são uma das principais motivações tanto para a permanência, bem como para o retorno de jovens à propriedade familiar.

2.2.1 Condições de vida ou qualidade de vida

Em muitos aspectos os conceitos de condições de vida e qualidade de vida se interligam, e muitas vezes significam as mesmas coisas. Foi utilizado o termo condições de vida como termo base nesse campo de estudo, por esse apresentar aspectos mais abrangentes no contexto estudado, ele abrange as qualidades, mas também as não qualidades de vida por exemplo. De outra forma, qualidade de vida é um termo que muitos estudos tentam mensurar, quantificar. Azevedo (2004) aponta que a avaliação da qualidade de vida muitas vezes se relaciona a aspectos

mensuráveis, analisando dados relacionados a saúde, educação, longevidade e renda.

> No âmbito geral, para se avaliar qualidade de vida consideram-se fatores objetivos e mensuráveis de uma população, como o acesso a serviços de saúde e educação, longevidade, expectativa de vida e renda. Os fatores de caráter subjetivo, nas dimensões sociais, ambientais e culturais, mais difíceis de serem identificados, não são relacionados, de imediato, à qualidade de vida. Podem-se citar, como exemplo, aspectos como autoestima, segurança afetiva, dignidade social e ambiente alterado. (AZEVEDO, 2004, p.20).

Ressaltando principalmente este caráter subjetivo da qualidade de vida, o Grupo de Qualidade de Vida da Organização Mundial da Saúde define a mesma como "a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações" (FLECK et al, 2000).

Qualidade de vida é um conceito subjetivo por ser uma construção social, dependente da avaliação do próprio ser. Mesmo havendo questões de ordem objetiva, a sua avaliação é subjetiva. De acordo com Minayo *et al* (2000), qualidade de vida é:

> (..) é uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar. O termo abrange muitos significados, que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam em variadas épocas, espaços e histórias diferentes, sendo, portanto, uma construção social com a marca da relatividade cultural. (MINAYO *et al.*, 2000, p.10).

Esta definição de Minayo entende que qualidade de vida se aproxima ao grau de satisfação na vida familiar, amorosa, social e ambiental. Ou seja, depende de múltiplos fatores e depende de experiências e conhecimentos vividos. É uma construção social e muito dependente das relações socioculturais do território em que vive. Azevedo (2004) revela os campos em que se insere o termo qualidade de vida:

> Atualmente, a noção de qualidade de vida, eminentemente humana, transita em um campo semântico polissêmico por estar, de um lado, relacionada ao modo, condições e estilos de vida e, de outro, há ideias de desenvolvimento sustentável, de ecologia humana, de desenvolvimento, de direitos humanos e sociais. (AZEVEDO, 2004, p.27).

Para Sulzbacher e Neumann (2014) ao avaliar o nível de qualidade de vida, uma das dificuldades se refere ao "como fazê-lo", seja quanto às informações a serem selecionadas ou aos critérios a serem utilizados.

> Mensurar a qualidade de vida implica, necessariamente, considerar diferentes aspectos para além das condições econômicas, como informações sobre saúde, conhecimentos e habilidades, relações sociais, condições de trabalho, qualidade dos serviços médicos, educação, dentre outros. Apesar de se constituir um processo em construção, muitas dessas variáveis já são consideradas, pelo menos indiretamente, quando se analisa, detalhadamente, os discursos em torno da "AIF" (SULZBACHER e NEUMANN, 2014, p. 102).

Sulzbacher e Neumann (2014) citam nesta última frase as agroindústrias familiares, e revelam que as principais variáveis da percepção de qualidade de vida consideram muitos aspectos além das condições econômicas, como saúde, conhecimentos, relações sociais, trabalho e educação. Estas variáveis estão presentes, mesmo de forma indireta, nos próprios discursos em torno das agroindústrias de processamento de alimentos da agricultura familiar.

2.2.2 Noções de cotidiano e experiências vividas

Para Gouvêa e Ichikawa (2015) a vida cotidiana é composta por diversos elementos e práticas individuais ou coletivas. A partir destas, os grupos sociais trabalham, consomem e executam suas atividades a partir de formas culturais.

> Todos os estudos sobre a vida cotidiana indicam a complexidade, contraditoriedade e ambiguidade de seu conteúdo. E o que é mais importante, a vida de todos os dias não pode ser recusada ou negada como fonte de conhecimento e prática social. (NETTO e CARVALHO, 2012, p. 14)

Segundo Certeau (2000, p. 19) no estudo do cotidiano "é natural que se perceba microdiferenças onde tantos outros só veem obediência e uniformização". O mesmo autor afirma que as microresistências são possibilitadas porque indivíduos produzem e desenvolvem táticas e estratégias para a fuga do poder exercido sobre eles. É necessário mergulhar na realidade desses "fazedores" para poder visualizar tais práticas e experiências.

É no cotidiano dos atores e em sua própria percepção onde pode se analisar a qualidade de vida. Para Azevedo (2005) a qualidade de vida se torna um elemento importante para se examinar o desenvolvimento sustentável no meio rural.

2.3 O contexto brasileiro e a agricultura familiar

O que a agricultura familiar (AF) significa para você? Tudo! Essa é a resposta do agricultor familiar Gelson Zuin, morador do município de Afonso Cláudio, interior do estado do Espírito Santo, no Brasil. Para ele e a família, o “tudo” significa a chance de ter uma casa, o alimento na mesa, uma profissão, qualidade de vida, e mais do que isso, a oportunidade de ver outras pessoas felizes com os resultados do trabalho dele (MDA, 2017).

Segundo o mesmo texto, existem 4,4 milhões estabelecimentos da agricultura familiar no Brasil (segundo o último censo agropecuário de 2017 agora são 3,9 milhões de estabelecimentos, totalizando mais de 10 milhões de agricultores familiares). O número representava 84,4% do total dos estabelecimentos agropecuários do país. A expressividade da agricultura familiar não está presente só no contexto brasileiro. Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), nove em cada dez propriedades agrícolas mundiais - 570 milhões, são geridas por famílias, que produzem cerca de 80% dos alimentos no mundo (MDA, 2017).

O Censo Agropecuário de 2006 indicava que a agricultura familiar constituía a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes; responde por 35% do produto interno bruto nacional e absorve 40% da população economicamente ativa do país. O setor produz 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo do Brasil. Na pecuária, é responsável por 60% da produção de leite, além de 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos do país (MDA, 2017). Com uma ligeira queda, esses dados se mantiveram no Censo de 2017. A agricultura familiar também emprega 74% em 2006 (IBGE, 2021b) e 67% em 2017 (IBGE, 2021a) das pessoas ocupadas no campo, de 10 postos de trabalho no meio rural, em torno de sete são de agricultores familiares

A importância econômica da vincula-se ao abastecimento do mercado interno e ao controle da inflação dos alimentos consumidos pelos brasileiros, uma vez que mais de 50% dos alimentos da cesta básica são produzidos por ela, a agricultura familiar. A ‘AF’ é a responsável por garantir a segurança alimentar e a erradicação da fome. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), no Brasil, 70% dos alimentos que chegam à mesa da população são produzidos pela agricultura familiar.

A lei federal nº 11.326/2006 estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais:

> Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:
> I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
> II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
> III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
> IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.
> § 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.
> § 2º São também beneficiários desta Lei:
> I - silvicultores; II – aquicultores; III - extrativistas; IV – pescadores; V - povos indígenas; VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos.

Conforme esta lei, agricultores familiares são aqueles que praticam atividades no meio rural, possuem área de até quatro módulos fiscais, mão de obra predominante da própria da família e renda vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela família. Mas também é importante ressaltar que este mesmo conceito serve para os empreendedores familiares rurais, onde entram as agroindústrias familiares. Assim, percebe-se que o proprietário de uma agroindústria familiar pode ser agricultor e empreendedor ou apenas empreendedor rural (desde que atenda aos requisitos).

A agricultura familiar é em sua própria definição, além das questões sociais e culturais que a envolve, uma agricultura de produção familiar. Embora cada UVPF (Unidade de Vivência e Produção Familiar) tenha seu foco em uma cultura comercial principal ou em um conjunto delas, a agricultura familiar não se define pela produção de uma cultura só, mas em um espaço de vida e de experiências.

Além disso, ela se sustenta financeiramente também através da agricultura de subsistência (produz boa parte da alimentação própria) desde o início da sua história; da produção multicultural, porque sempre busca produzir ou experienciar outras culturas para comercializar como renda extra (e focar na que lhe agregar mais); e em certos casos na multifuncionalidade (agricultores com pontos comerciais, com turismo rural, com agroindústrias, com empregos urbanos, entre outros casos). A agroindústria familiar mantém este enfoque produtivo da agricultura familiar.

2.4 Caracterização da agroindústria familiar

Vamos verificar como as agroindústrias familiares foram surgindo e se modificando no decorrer do tempo. Também abordaremos sobre os diversos conceitos que englobam tais empreendimentos, afim de delimitar um conceito delineador na pesquisa.

2.4.1 A agroindústria familiar como processo de desenvolvimento regional

O surgimento das agroindústrias[7] rurais pode ser observado como uma reconfiguração do produto colonial produzido pela agricultura familiar. Essa transformação ocorreu por meio de associações de produtores com apoio do poder público. O produto colonial processado pelas agroindústrias passou a ser visto, pelos produtores, como um produto de maior valor e com possibilidade de gerar maior renda para as famílias (MIOR, 2005). Prezotto (2002) aborda sobre a concepção social das agroindústrias familiares:

> No momento em que se discute um novo papel para o meio rural, não mais apenas de atividades exclusivamente agrícolas, mas de pluriatividade, o modelo de agroindustrialização descentralizado de pequeno porte, de característica familiar, é visto como uma das alternativas capaz de impulsionar uma distribuição de renda mais equitativa. Ou seja, pode proporcionar uma importante forma de (re)inclusão social para os agricultores, através da renda obtida pelo seu trabalho (e produção), melhorando a sua qualidade de vida. Para essas pessoas pode representar o (re)início da construção de cidadania, bem como uma oportunidade de resgate de valores sociais e culturais, que vai muito além do que usualmente é confundido com cidadania, mas que não passa, muitas vezes, da obtenção de documentos de identificação pessoal. Cidadania aqui, pode ser entendida principalmente como oportunidade de trabalho e, em consequência, de obtenção de renda suficiente para viver com qualidade. (PREZOTTO, 2002, p.138).

[7]A agroindústria é o ambiente físico equipado e preparado onde um conjunto de atividades relacionadas à transformação de matérias-primas agropecuárias provenientes da agricultura, pecuária, aquicultura ou silvicultura são realizadas de forma sistemática. Têm a finalidade de transformar as matérias-primas, prolongando sua disponibilidade, aumentando seu prazo de validade, diminuindo a sua sazonalidade além de agregar valor aos alimentos in natura, procurando manter as características originais dos alimentos. Agroindústria familiar é o espaço físico empregado para o beneficiamento e/ou processamento de matérias-primas agropecuárias onde o destino final da produção é a comercialização, visando aumentar o valor agregado do produto final. A mão de obra deve ser preferencialmente da família e/ou famílias do entorno da agroindústria (RURALTINS, 2019).

Essa composição sociocultural das AIFAs os difere das agroindústrias tradicionais. Para Silva e Prezotto (2007) no Brasil, historicamente, o processo de agregação de valor aos produtos agrícolas e pecuários, além de pouco explorado em consideração às possibilidades, tem sido centrado em grandes unidades agroindustriais integradoras, localizadas nos médios e grandes centros urbanos. As políticas públicas de apoio à inserção dos agricultores familiares no processo de agroindustrialização da sua produção são, de maneira geral, ainda recentes.

> O atual modelo capitalista de produção força a concentração. O que vemos são milhares de unidades familiares ofertando produtos agrícolas e poucas empresas compradoras dominando os mecanismos de compra e venda, sendo que as empresas transnacionais detêm cada vez mais o controle sobre os mercados, direcionando o modelo produtivo e de consumo. Por outro lado, esse domínio sobre as cadeias produtivas do mercado agropecuário está forçando o nivelamento e a padronização de hábitos e costumes alimentares (PREZOTTO, 2016, p.6).

Prezotto complementa que, para se opor a este processo concentrador e excludente é necessário respeitar e dar visibilidade à diversidade dos sujeitos do campo, reconhecendo suas organizações próprias, seus saberes, experiências, potencialidades e protagonismo. Wesz Junior (2010) explica porque agricultores familiares optaram pela agroindustrialização:

> É expressivo o número de agricultores familiares que passaram a se envolver com a agroindustrialização da produção a partir da baixa rentabilidade das demais atividades exercidas até então dentro da propriedade. Isto significa que as outras fontes de renda, na maior parte dos casos ligadas estritamente à agricultura, não eram mais suficientemente rentáveis para garantir a reprodução familiar. Nesse sentido, a agroindustrialização surge, na maioria dos casos, a partir de um contexto de insatisfação econômica que está geralmente atrelada às frustrações de safra, redução dos preços das *commodities* e aumento do custo dos insumos. Obviamente, nos casos em que são esses os motivos que fazem com que as unidades passem a se interessar pela agroindustrialização, é comum que os agricultores não contem com a quantidade de recursos necessários para a construção de infraestrutura básica, compra de equipamentos e até mesmo para a obtenção de capital de giro. Nessa perspectiva, a disponibilidade de linhas de financiamento torna-se indispensável para estimular os investimentos nesse ramo. (WESZ JUNIOR, 2010, p.570)

Após o ano de 2003, o Pronaf-Agroindústria foi agregado ao Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar, voltando-se fundamentalmente para os investimentos, inclusive em infraestrutura, que visem beneficiamento, processamento e comercialização da produção. Nesse sentido, essa linha de crédito se direciona à implantação de pequenas e médias agroindústrias, isoladas ou em forma de rede; à

implantação de unidades centrais de apoio gerencial e a ampliação, recuperação e modernização de unidades já instaladas (WESZ JUNIOR, 2010)

No estudo realizado por Wesz Junior (2006), percebe-se uma série de impactos gerados a partir da consolidação de agroindústrias familiares. O autor analisa o uso da mão de obra familiar, a agregação de valor, o caráter artesanal da produção, a diversificação na linha de produção, e as relações de proximidade e de confiança entre produtor e consumidor, que conferem competitividade e legitimação dos produtos junto à sociedade.

As técnicas de processamento agroindustrial ocorrem no espaço rural brasileiro desde a colonização europeia quando os imigrantes adotaram essas práticas para conservar alimentos (PREZOTTO, 2002). Embora o Censo Agropecuário de 2017 utilize o termo agroindústria rural, analisando os agricultores familiares com processamento de produtos, este nos mostra dados relevantes.

Tabela 01 – Agroindústria familiar nos estabelecimentos agropecuários brasileiros

Número de estabelecimentos agropecuários com agroindústria rural: posição nacional por microrregiões (unidades)		
-	**Brasil**	**1.527.056**
1	Santa Rosa (RS)	43.973
2	São Miguel do Oeste (SC)	36.181
3	Sobradinho (RS)	36.107
4	Frederico Westphalen (RS)	35.992
5	**Santa Cruz do Sul (RS)**	**34.156**
6	Ijuí (RS)	32.430
7	Três Passos (RS)	30.403
8	Cerro Largo (RS)	27.076
9	Carazinho (RS)	25.929
10	Lajeado (RS)	24.462
11	Três de Maio (RS)	23.194
12	Concórdia (SC)	19.477
13	Chapadinha (MA)	19.181
14	Montes Claros (MG)	17.490
15	Santa Maria (RS)	16.903

Fonte: IBGE (2021a)

No Brasil são em torno de 1.527.056 unidades familiares com beneficiamento de produtos agropecuários, entre processamento próprio, comunitário e de terceiros (essa divisão estava presente no Censo Agropecuário de 2006, mas foi excluído no

censo de 2017, pois a grande maioria eram de beneficiamento próprio). Observe que as primeiras doze microrregiões[8] em quantidade de propriedades rurais com agroindústria rural do Brasil são do sul do Brasil (Rio Grande do Sul e Santa Catarina). A microrregião de Santa Cruz do Sul[9] (RS) ocupa a quinta posição neste ranking com 34.156 unidades segundo o IBGE, o que sinaliza a importância e a relevância deste tipo de produção e processamento neste território.

Estes números nos fazem perceber a importância econômica e social da agroindustrialização de produtos agropecuários. Além de perceber como a caracterização da agricultura familiar do Rio Grande do Sul, através de sua cultura e costumes e relevância no cenário rural foi fundamental para o surgimento em grande quantidade das agroindústrias familiares.

2.4.2 A influência das políticas públicas de agroindustrialização

Em 1998 foi criado o Programa de Agroindústria Familiar do Estado do Rio Grande do Sul que visava dar forma legal ao processo de agroindustrialização dentro de pequenos estabelecimentos rurais, e que permitiu ao agricultor industrializar seus produtos de forma legal.

Nas décadas de 1990 e de 2000 imergiram centenas de pequenas fábricas rurais. Com o passar dos anos muitas agroindústrias foram extintas e algumas também foram surgindo. Processo comum, pois como aponta IBGE, de cada dez empresas (de forma geral), seis não sobrevivem após cinco anos de atividade (IBGE, 2016). Após cinco anos, sobreviveram apenas 32,9% das empresas sem empregados. Evidentemente, questões sociais do meio rural podem ter pressionado algumas agroindústrias a fecharem as portas devido ao sistema integrado de produção ou terem pressionado a se manterem pois tornaram-se uma fuga e uma alternativa de cultivo para renda extra para agricultores circunvizinhos.

Muitas destas agroindústrias familiares foram concebidas como pequenos empreendimentos de posse de uma única família, com pouco capital acumulado para investir, mas com a visão e com a utopia de êxito e de expansão de suas capacidades

[8] Ou região geográfica imediata: definição territorial do IBGE (2021d).
[9] A microrregião de Santa Cruz do Sul na definição do IBGE (2021d) é formada pelos municípios de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Vera Cruz, Vale do Sol, Sinimbu, Herveiras, Mato Leitão, Encruzilhada do Sul, Gramado Xavier, Pantano Grande, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Candelária, Vale Verde. Nesta pesquisa, a região de análise será um território formado pelos 7 primeiros municípios mencionados aqui e pelo município de Boqueirão do Leão.

de processamento. O modelo de desenvolvimento econômico, pautado em sistemas integrados (entre agricultor e grande empresa) de produção trouxe como um dos desdobramentos sociais para os agricultores familiares à redução da percepção positiva e da necessidade do associativismo e do cooperativismo.

Uma das hipóteses de manutenção destas agroindústrias está associado a um enraizamento comunitário (principalmente quando estes outros agricultores começaram a produzir matéria-prima para ser processado na agroindústria), do reinvestimento do que sobrava do seu negócio e da busca de conhecimentos (de produção, de processamento, de comercialização e de legalização) com pessoas próximas. Desta maneira, algumas agroindústrias se legalizaram como micro ou pequena empresa (com CNPJ), principalmente para poder comercializar no mercado comum e porque realmente o processo de industrialização caracteriza uma empresa.

Alguns empreendimentos se especializaram mais no processamento, assim diminuíram o cultivo pois conseguiam a matéria prima de outras fontes, principalmente com agricultores familiares circunvizinhos, que veem a oportunidade de renda extra e rápida. Cada empreendimento é formado normalmente pela família com vários integrantes e houve as diversas tentativas de legalizar o negócio de maneira correta e que tenha as menores taxas fiscais.

Assim, estas agroindústrias de pequeno porte começaram a comercializar como empresa (CNPJ) de diversos portes, parte como empresa e um integrante da família como produtor rural (que possui menores impostos) e alguns apenas como produtor rural, o que tornou este processo complexo. É importante ressaltar que grande quantidade da comercialização das agroindústrias familiares foi e ainda é realizado sem nota fiscal, pois é destinado ao consumidor final e normalmente as vendas são locais. O processo de legalização se dá especialmente devido ao crescimento das vendas de produtos das AIF e pela modernização fiscal do país inteiro, onde as empresas que revendem os produtos das agroindústrias familiares começaram a exigir nota fiscal.

Mas é importante ressaltar que neste movimento de legalização, através do PEAF no Rio Grande do Sul, muitos processos não estavam totalmente claros, assim como órgãos de fiscalização foram modificando constantemente, muitas agroindústrias preferiram permanecer na informalidade, e apenas em algumas foram possíveis legalizar pelo Programa de Agroindústrias Familiar. Isso ocorreu pois houve interpretações diferentes do termo de agroindústria familiar entre as entidades

públicas e a Emater/RS, seguindo as leis que criaram o PEAF (Decreto nº 40.079, de 9 de maio de 2000 e a Instrução Normativa 4, de 2 de abril de 2002, e mais tarde o Decreto nº 49.341, de 05 de Julho de 2012) instrumentalizou a assistência técnica, baseado na assessoria para a legalização, apenas para agroindústrias familiares com personalidade de agricultor familiar e não aqueles que possuíam personalidade jurídica-empresarial. Esta é uma das razões de que em 2019 existirem apenas cinco agroindústrias legalizadas e cadastradas de Santa Cruz do Sul no Programa Estadual de Agroindústrias Familiares do Rio Grande do Sul

No século XXI, as agroindústrias familiares tiveram uma ruptura do seu próprio conceito, pois passaram a comercializar a maioria seus produtos não como agricultor familiar (embora esta seja ainda a forma mais comum), mas como indústria de micro, pequeno ou médio porte; pois no momento em que a agroindústria compra de outros agricultores ela passa a ser uma indústria de processamento na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e não mais como agricultor que processa seus próprios alimentos. Diversos estudos não deixam claro quem são interpretados como agroindústria familiar por ocasião desta ruptura do seu próprio conceito.

Para a política do estado do RS, agroindústria familiar, é o empreendimento de propriedade ou posse de agricultor(es) familiar(es) sob gestão individual ou coletiva, localizado em área rural ou urbana, com a finalidade de beneficiar e/ou transformar matérias-primas provenientes de explorações agrícolas, pecuárias, pesqueiras, aquícolas, extrativistas e florestais, abrangendo desde os processos simples até os mais complexos, como operações físicas, químicas e/ou biológicas (RIO GRANDE DO SUL, 2018). Nesse conceito, a posse necessita ser agricultor.

No mesmo documento, conforme Quadro 01, o governo do Rio Grande do Sul (2018) aponta que existem diversas modalidades fiscais para as agroindústrias familiares, além da de agricultor familiar (com venda de seus produtos como microprodutor rural), existe o microempreendedor individual (MEI), a empresa do Simples Nacional e a empresa geral. Ou seja, estas outras modalidades, com exceção do MEI, impedem que o proprietário da agroindústria familiar se denomine agricultor, perde inclusive a seguridade especial.

Segundo IBGE (2021c), em sua classificação nacional de atividades econômicas (CNAE) o processamento, na unidade de produção agrícola, de produtos agrícolas ou pecuários provenientes de produção própria classifica-se no mesmo código da

atividade da produção. Quando o processamento é desempenhado por terceiros, classifica-se na seção C - indústrias de transformação.

Quadro 02 – Formas de enquadramento das agroindústrias familiares

Enquadramento	**Microprodutor Rural**	**Microempreendedor Individual**	**Simples Nacional**	**Empresa Geral**
Matéria-prima	Própria	Própria ou de terceiros	Própria ou de terceiros	Própria ou de terceiros
Registro	CGC na Secretaria Municipal da Fazenda	CNPJ na Junta Comercial	CNPJ na Junta Comercial	CNPJ na Junta Comercial
Contador	Não necessita	Não necessita	Necessita	Necessita
Documento Comercialização	Nota Fiscal de Produtor e eletrônica	Nota Fiscal Eletrônica	Nota Fiscal Eletrônica	Nota Fiscal Eletrônica
Porte / Limite de Comercialização	15.000 UPFs/ano	R$ 81.000,00/ano	Até R$ 4.800.000,00/ano	Sem Limite
Imposto	ICMS Isento	Isento de impostos Federais/ ICMS simbólico	Alíquota Única (varia com o faturamento)	De acordo com o Regime Tributário
Contratação Funcionários	Somente temporário	Limitada a um funcionário	Sem limite	Sem limite
Aposentadoria	Segurado Especial	INSS e Segurado Especial	INSS	INSS
Outras contribuições obrigatórias	1,2% Seguridade Social 0,1% Seguro contra Acidentes de Trabalho 0,2% SENAR	5% do salário mínimo por mês INSS ICMS valor simbólico	Ver legislação específica	Ver legislação específica

Fonte: Rio Grande do Sul (2018)

A Política Nacional da Agricultura Familiar (lei federal nº 11.326/2006) considera com os mesmos requisitos o agricultor familiar e o empreendedor familiar rural. Mas não está explicito as diferenças legais de ambos. É preciso compreender que o empreendedor familiar rural pode ser agricultor familiar, mas não o é necessariamente.

Para o município de Santa Cruz do Sul se contabiliza 44 agroindústrias familiares, já o APLVRP (2019) contabiliza 34 no mesmo município. Existem várias diferenças entre os dados, para o município considera-se agroindústria todo produto processado e vendido por agricultores, além das outras agroindústrias legalizadas. Ou seja, todo processamento (principalmente por agricultores que vendem em feiras

rurais) é visto como agroindústria. Já na lista do Arranjo Produtivo Local, com sede no próprio município de Santa Cruz do Sul, são contabilizados como agroindústrias familiares algumas serrarias, grandes frigoríficos, agropecuárias, além de outras peculiaridades.

Assim, se explica a necessidade de utilizar uma definição do termo, pois não podemos investigar algo sem possuir uma delimitação de quem serão os atores do pesquisados. Busca-se compreender como agroindústria familiar todo processamento de alimentos advindo da agricultura familiar (visto que alguns proprietários de agroindústrias não são mais agricultores) desde que o empreendimento, empresa ou cooperativa seja de posse e gestão própria da família ou uma associação de agricultores familiares, ou seja, de micro ou pequeno porte.

O termo agroindústria familiar utilizado neste trabalho utilizará de critérios específicos que o definam como empreendimento, que em muitos trabalhos não está evidente. De forma simplificada, se entende como agroindústria familiar os empreendimentos de processamento de produtos da agricultura familiar de micro e pequeno porte, ou seja, não se trata do processamento caseiro de agricultores e nem da produção de indústrias ou cooperativas de médio e grande porte.

O quadro 03 tenta deixar mais claro esta nova conceituação de agroindústria familiar, que se baseia na soma das ideias da PNAAF e do PEAF e do entendimento de autores como PREZOTTO (2008). Segundo a lei estadual nº 10.045 de 29/12/1993 em seu Art. 1º “Às microempresas, aos microprodutores rurais e às empresas de pequeno porte é assegurado tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, nos campos tributários, creditício e de desenvolvimento empresarial, nos termos desta Lei.” Ou seja, ela considera que estes sujeitos precisam de tratamento tributário especial para que tenham maiores possibilidades de sobrevivência, é nessas condições que se enquadram as agroindústrias familiares.

Para Gonçalves e Santos (2015), as micro e pequenas empresas (como um todo, não apenas as AIF) tem tido papel importante na economia do Brasil. As micros e pequenas empresas[10] (MPE), ao lado dos microempreendedores individuais (MEI), representaram importante e indispensável elemento para movimentação da economia brasileira, que deve ao segmento 52% dos empregos formais e 40% da massa salarial em 2015. Com crescimento significativo na última década, o setor influência de forma

[10] As agroindústrias familiares mesmo apresentando aspectos diferenciados da definição de empresa, do ponto de vista econômico e jurídico são considerados micro e pequenas empresas.

direta na geração de recursos e já representa 25% do PIB nacional. Só em 2012, foram 891,7 mil empregos criados. Segundo o mesmo autor, as micro e pequenas empresas correspondem a 99% das empresas brasileiras, o que acarreta novos empregos consequentemente aumentando a distribuição de renda e o desenvolvimento da economia do Brasil.

Quadro 03 – Especificações da agroindústria familiar e não familiar

Tipo de Estrutura	Origem Matéria-Prima	Receita Bruta	Tipo de Condição Fiscal	Conceituação
Sem prédio próprio ou sem registro em órgãos de saúde	Própria	Até 293.000,00/ano*	Agricultor Familiar	PROCESSAMENTO CASEIRO
	Própria e de terceiros	Até 293.000,00/ano*	Agricultor Familiar	PROCESSAMENTO CASEIRO
	De terceiros	Qualquer	Informal	PROCESSAMENTO CASEIRO
Com prédio (empreendimento) formalizado ou em processo de formalização - com produtos rotulados	Totalmente Própria (da família)	Até 293.000,00/ano*	Agricultor Familiar	AGROINDÚSTRIA FAMILIAR
		Até 81.000/ano	Microempreendedor Individual	AGROINDÚSTRIA FAMILIAR
		Mais de 293.000,00/ano*	Agricultor ou Empresário Não Familiar	AGROINDÚSTRIA NÃO FAMILIAR
	De associados ou cooperados (predomínio de agricultores familiares)	Até 293.000,00/ano /família*	Agricultores Familiares	AGROINDÚSTRIA FAMILIAR
		Até 3.600.000,00/ano**	Cooperativa	AGROINDÚSTRIA FAMILIAR
		Maior que 3.600.000,00/ano	Cooperativa	AGROINDÚSTRIA NÃO FAMILIAR
	De terceiros (predomínio de agricultores familiares)	Até 81.000/ano	Microempreendedor Individual	AGROINDÚSTRIA FAMILIAR
		Até 3.600.000,00/ano**	Empresa privada	AGROINDÚSTRIA FAMILIAR
			Cooperativa	AGROINDÚSTRIA FAMILIAR
		Maior que 3.600.000,00/ano	Empresa privada	AGROINDÚSTRIA NÃO FAMILIAR
			Cooperativa	AGROINDÚSTRIA NÃO FAMILIAR
	Predominante de agricultores não familiares ou mercados	Qualquer	Empresa privada	AGROINDÚSTRIA NÃO FAMILIAR
			Cooperativa	AGROINDÚSTRIA NÃO FAMILIAR

***A comercialização de produtos processados poderá, pela lei, ser como agricultor apenas quando a produção é própria e com limite de 15.000 UPF **O limite de Microempresas é de R$ 360.000,00 e Empresa de Pequeno Porte de R$ 3.600.000,00**

Fonte: Elaborado pelo autor (2019) com base em SDR (2019)

É importante explicar porque e como agroindústrias familiares (de pequeno porte) se mantém por diversos anos frente ás políticas públicas (como o PEAF, aqui no Rio Grande do Sul) e a frente das legislações sanitárias, e das próprias questões de sucessão, de cotidiano e de condições de vida. Uma pesquisa de Bianchini (2017) concluiu esta mesma dificuldade em outra região gaúcha:

> A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar, pela ótica dos agricultores familiares, a efetividade da Política Estadual de Agroindústria Familiar, na Região da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS, a partir da constatação de que apesar da PEAF possuir intenções de incentivar, beneficiar e formalizar esse segmento, apenas 16% das agroindústrias de estrutura familiar aderiram à Lei na Região mencionada. Nesse sentido, buscou-se responder: Qual é a percepção dos agricultores familiares sobre a efetividade da Política Estadual de Agroindústria Familiar quanto à formalização de agroindústrias familiares de pequeno porte de processamento artesanal, na Região da Quarta Colônia de Imigração Italiana no RS? Conclui-se que os esforços da PEAF para a formalização das agroindústrias familiares de pequeno porte de processamento artesanal na Região da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS são distantes do conhecimento dessas, são de uma complexa compreensão pelos agricultores familiares e causam receios aos mesmos quanto à transformação da situação informal para a formal nos aspectos da origem da agroindústria, na percepção de qualidade dos alimentos artesanais, na desigualdade da fiscalização, na perspectiva de sucessão da agroindústria e nas instituições de apoio, porque os agricultores familiares compreendem que tal política é desarticulada, não plenamente conhecida e entendida pelos técnicos das EMATERs Municipais que deveriam promover o processo de formalização/legalização do público ao qual a PEAF se destina. (BIANCHINI, 2017, p.2).

Revelou-se nesse estudo de Bianchini (2017) que muitos conhecimentos sobre legalização das agroindústrias não estão claros para as famílias que fazem o processamento de alimentos agrícolas, além de serem bastante complexos e divergentes os mecanismos de legislação sanitária, tributária e fiscal, ao ponto de até mesmo os técnicos da EMATER, que são responsáveis pela execução desta política de apoio as AIFAs no estado, não souberem quais as exigências que serão necessárias para a legalização dos empreendimentos.

2.4.3 O termo AIFA (Agroindústria Familiar Alimentícia)

O IBGE utilizou o termo agroindústria rural em 2006 e 2017, este termo, que se aproxima com a definição de agroindústria familiar alimentícia (AIFA), proposta neste trabalho. Mas nessa definição do IBGE se engloba muitas famílias com o processamento caseiro de produtos realizado por agricultores (que tem o cultivo como maior relevância econômica), ou seja, se engloba as famílias sem uma estrutura física de agroindústria, mas que fazem qualquer comercialização de produtos processados na própria UVPF. Além disso, não se sabe até que ponto o Censo Agropecuário do IBGE abrange as agroindústrias familiares de caráter “empresarial” (que não plantam a matéria-prima, mas que processam e comercializam os alimentos), embora destes a maioria se constitua na área rural, mas também existem AIFAs que se constituem nos centros urbanos de municípios, ainda mais quando estas cidades são de pequeno porte.

Quando se investe em uma AIFA, o agricultor se torna dono de um empreendimento que deve seguir as normas sanitárias de infraestrutura, rotulagem, armazenamento e boas práticas de fabricação. Deste modo, a família possui como base principal de renda a comercialização de seus produtos oriundas da agroindústria familiar alimentícia.

Fica evidente que milhares de agricultores familiares optaram por manter o processamento de certos produtos de forma caseira ou até mesmo agroindústrias informais, ou seja, não investiram em uma estrutura e na legalização sanitária, isso é facilmente percebido com a quantificação da tabela anterior e visualizado em feiras rurais dos municípios, onde produtos processados são vendidos sem rótulos. Esta produção caseira por vezes se confunde com o termo agroindústrias familiares, mas são escolhas de vida, de experiência e de produção distintas.

Agroindústria familiar é o termo utilizado pelas políticas públicas nacionais a partir de 2003, sendo usado inicialmente no Programa de Agroindústria Familiar do estado do Rio Grande do Sul no ano de 2000 (BRASIL, 2019; RIO GRANDE DO SUL, 2018). O termo possui outras terminologias utilizadas por outros autores, como agroindústria rural, agroindústria rural de pequeno porte – ARPP, agroindústria familiar rural – AFR, pequena agroindústria, cada qual com suas especificidades. Prezotto (2002) descreve que todas estas denominações são usadas para identificar o modelo de agroindustrialização descentralizado e de pequeno porte.

Outro aspecto corrobora para a caracterização da agroindústria familiar rural, relacionado a localização no meio rural, as máquinas e os equipamentos utilizados em escala menor, a matéria-prima própria ou vinda de vizinhos, a produção artesanal e o trabalho realizado pelos próprios membros familiares. Além disso, essa dinâmica também pode se manifestar por meio de empreendimentos associativos, que reúnem várias famílias produtoras (MIOR, 2005). Mas o que identificamos é que embora a maioria das agroindústrias se localize em áreas rurais ou ainda em municípios rurais, esta condição não é totalitária, existem muitas agroindústrias familiares localizadas em centros urbanos de municípios, e que ainda assim usam matérias-primas da agricultura local.

Segundo Bastian *et al* (2014), recentemente são observadas, assim como em todo o planeta, inúmeras alterações no espaço rural, como a introdução de novas tecnologias, integração agroindustrial e a valorização enquanto lugar de moradia, lazer, produtos saborosos e saudáveis. Na esteira dessas transformações, alguns agricultores começaram a perceber que existem novas possibilidades de geração de renda. Uma dessas novas oportunidades surgiu através do incremento da produção agroindustrial, uma atividade que é típica da agricultura familiar, ou seja, sempre existiu de forma artesanal.

Compreende-se como agroindustrialização o beneficiamento e/ou transformação dos produtos provenientes de explorações agrícolas, pecuárias, pesqueiras, aquícolas, extrativistas e florestais, abrangendo desde processos simples, como secagem, classificação, limpeza e embalagem, até processos mais complexos que incluem operações físicas, químicas ou biológicas, como, por exemplo, a extração de óleos, a caramelização e a fermentação. Inclui, também, o artesanato no meio rural. (SILVA e PREZOTTO, 2008). Embora o termo agroindústria seja tão amplo, em suma, todas as agroindústrias do Rio Grande do Sul se relacionam com o processamento de alimentos.

Neste trabalho visamos utilizar um termo distinto, ainda não utilizado, mas que abrange e identifica as agroindústrias familiares de forma mais precisa para os fins deste estudo. Utilizamos o termo “Agroindústria Familiar Alimentícia (AIFA).

Agroindústria Familiar pois, é o termo comumente utilizado nas políticas públicas federais e estaduais, mas neste trabalho deixo claro que identifica todo tipo de empreendimento, sejam na condição de produtores rurais ou empreendedores pessoas físicas, que tenham o processamento de matérias primas proveniente em sua

maioria da agricultura familiar, com uma estrutura própria (pode ser anexa à residência, mas independente) e que seja de micro ou pequeno porte (o que em termos fiscais atualmente significa uma receita bruta de vendas de até R$ 4.800.000,00/ano).

A palavra “Alimentícia” está englobada ao termo “AIFA”, para que represente de forma mais significativa e didática aquilo que produzem as agroindústrias familiares em questão, todas (até onde se identificou) produzem alimentos, ou seja, representa a função desse tipo de empreendimento na sociedade. Embora o termo agroindústria familiar pudesse servir para o processamento de outros materiais não alimentícios, como o caso de madeira, artesanato, flores, entre outros; não é o que se percebe nos dados sobre agroindústrias familiares, onde todas são produtoras de alimentos. Inclusive, a própria marca do Programa Estadual de Agroindústrias Familiares do estado do Rio Grande do Sul se chama “Sabor Gaúcho”.

Acredita-se que ao estarem em oposição a economia tradicional, ao mesmo tempo, precisam fazer parte dela. Pois necessitam da renda para se manter, assim precisam se articular e dependem do mercado capitalista. O mercado tradicional regula a comercialização das AIFAs. Precisam vender a maioria dos seus produtos por preços médios de mercado (mesmo que concorrentes de maior porte possuem qualidade e custos de produção menores). Desta maneira precisam buscar ao máximo cadeias de comercialização mais curtas e clientes que prefiram alimentos com procedência, tradição e produção mais artesanal, ou seja, faz se necessário um envolvimento ainda maior com a sua região.

Importante ressaltar que as AIFAs estão presentes em todas os territórios do país, mas cada região possui suas especificidades e potencialidades também quanto as agroindústrias. De forma geral, cada agroindústria é única, tem a sua história e as suas dificuldades, mas que podem também servir como base para outros empreendimentos, pois histórias geram conhecimento. Alguns estudos teóricos, como Sulzbacher e Neumann (2014), tentaram entender como os proprietários destes empreendimentos (sobre)vivem e problematizaram a relação entre agroindústria familiar e qualidade de vida. É apenas com o entendimento da forma de vida destes sujeitos que é possível formular políticas públicas mais adequadas para que estas atividades tenham continuidade e avanços significativos.

Silva e Prezotto (2008) destacam também que por ser uma atividade complexa, não se pode conceber que a agroindustrialização seja a solução única e

imediatamente aplicável para a geração e distribuição de renda e agregação de valor à produção dos agricultores familiares. Por outro lado, ao se ter ausência de um planejamento e de apoio adequados os agricultores familiares podem se frustrar, e poderiam proliferar experiências negativas nesse processo. O que obviamente já aconteceu na vida real de várias famílias que apostaram em uma agroindústria e não geraram resultados positivos.

Sulzbacher e Neumann (2014 concluem ainda que a agroindústria como o "carro-chefe" da unidade de produção gera um impacto considerável, porém pode comprometer a reprodução social. Observaram em seu estudo que, inevitavelmente, a opção pela transição para a agroindústria familiar implica investimentos, mudanças na lógica de trabalho e de gestão da unidade de produção familiar e, assim, com elas, algumas consequências indesejáveis, que passam muitas vezes despercebidas ou não são discutidas aos agentes envolvidos.

2.4.4 Condições de vida em agroindústrias familiares

Agroindústrias familiares alimentícias são, no entendimento deste trabalho, empreendimentos de micro e pequeno porte de processamento de produtos agrícolas da agricultura familiar, que em sua própria forma de estruturação preservam as seguintes cinco características:

- Gestão familiar ou associativa/cooperada;
- Membros da família ou da associação participando como mão-de-obra;
- Matéria-prima predominante da agricultura familiar da região;
- Produtos que preservam a história e a cultura da região;
- A região como praça principal de comercialização.

Uma das primeiras considerações a serem destacadas é a concepção da "mudança social" como propulsora do "impacto social" e, estes, como frutos de projetos ou planos de intervenção (SULZBACHER E NEUMANN, p.96, 2014). Esta mudança social se reflete, na prática, em mudança de condições de vida dos atores ou beneficiários atingidos, visando desenvolvimento econômico-social-ambiental no território, causando impactos em um ramo de atividade, em uma comunidade de forma geral ou em uma região como um todo.

Vanclay (2002) faz alertas quanto ao processo de avaliação de impacto social, uma vez que muitas mudanças sociais, por ela mesmas, não são impactos de programa ou projetos de desenvolvimento. O autor acrescenta que impactos sociais indiretos resultam propriamente de mudanças no ambiente biofísico, ou seja, de qualquer processo de mudança social que pode se envolver com as intervenções planejadas, enquanto os impactos sociais diretos resultam dos processos de mudança social planejadas, que elevam o bem-estar social, a fim de trazer um ambiente humano mais sustentável e equitativo biofisicamente (VANCLAY, 2002).

O mesmo autor propõe uma lista com sete categorias, afim de contribuir para a reflexão sobre as possibilidades de impacto social[11], ou seja, de impacto nas condições de vida dos indivíduos. É importância de que a lista seja ampla, tendo em vista que impactos sociais abrangem uma grande variedade de questões:

(i) Indicadores de Impactos na Saúde e Bem-Estar Social;
(ii) Indicadores de Impactos na Qualidade do Ambiente Vivido;
(iii) Indicadores de Impactos Econômicos e de Bem-Estar Material;
(iv) Indicadores de Impacto Cultural;
(v) Indicadores de Impacto na Família e na Comunidade;
(vi) Indicadores de Impacto no Ambiente Institucional, na Legislação, na Política e na Equidade; e
(vii) Indicadores de Impacto nas Relações de Gênero.

Nesse sentido, Sulzbacher e Neumann (2014) apresentaram alguns dos impactos diagnosticados na escala da unidade de produção familiar e no grupo familiar, tendo em vista as mudanças que aconteceram em função do processo de agroindustrialização:

> Os principais impactos observados foram na garantia de manutenção e de reprodução econômica e social da unidade de produção e do grupo familiar. Tanto no caso da produção artesanal (casos informais), como nas “AIFs” (casos formais), a geração de renda aparece como um impacto capaz de desencadear outros ou que, ao menos, promove articulação entre as outras variáveis: renda, educação, saúde e aquisição de infraestruturas (domésticas e para propriedade). Há, sem dúvida, mudanças qualitativas com o acréscimo na renda familiar, em especial nas condições de vida do grupo familiar (SULZBACHER E NEUMANN, p. 232, 2014)

[11] Vanclay (2002) explica que os impactos sociais (isto é, todos os impactos nos seres humanos) são sentidos ao nível de um indivíduo, outros ao nível da unidade familiar ou doméstica, outros pelas organizações sociais, instituições, ou comunidades, etc. Alguns, ainda, são físicos, outros são perceptivos ou emocionais. Alguns impactos podem até estar além da população, como no meio físico, mas ainda assim são impactos sociais.

.

Percebe-se que há mudanças positivas referentes a questões econômicas, que quando a agroindústria se torna produtiva, claro com intenso trabalho, esta renda gerada modifica outras condições de vida, como acesso a estruturas e materiais, saúde, educação, entre outros. Mas é importante destacar aqui que é relevante desvendar quais experiências vividas foram importantes para o empreendimento se manter e prosperar. Por exemplo, a busca por cursos e estudos por parte dos membros da AIFA pode ser de fundamental importância nesse sentido.

Um estudo de WESZ JUNIOR et al (2009), abordou treze estudos empíricos em agroindústrias familiares do sul do Brasil, entre 1999 e 2005, que totalizaram na somatória 3.244 empreendimentos analisados (nesse valor podem estar agregadas algumas unidades que participaram em mais de um estudo) onde obteve uma conclusão importante:

> Mesmo com as especificidades temporais, regionais e setoriais que sempre serão encontradas com esse tipo de empreendimento (pequenas agroindústrias rurais) e com esse público (agricultores familiares), pode-se perceber que muitas questões relacionadas à agroindustrialização apareceram de forma comum nos vários estudos. [...]De forma pontual, tendo por base os estudos empíricos abordados, pode-se dizer que as agroindústrias agem positivamente através da elevação/ complementação da renda familiar, diminuição da vulnerabilidade socioeconômica dos agricultores, diversificação e fomento das economias locais, valorização e preservação dos hábitos culturais, estímulo da proximidade social entre produtor-consumidor, geração de emprego no campo, redução do êxodo rural, valorização das especificidades locais e alteração nas relações de gênero (WESZ JUNIOR et al, 2009, p.80-81).

Wesz Junior (2009) aponta que proprietários de agroindústrias pesquisados possuem elevação na qualidade de vida devido a um aumento de renda, diminuição de vulnerabilidade, diversificação local, valorização de hábitos culturais, e outros ganhos sociais após apostarem em uma AIFA.

Outra contribuição importante da agroindústria familiar é a qualidade dos seus alimentos, que beneficia seus consumidores. Os produtos oriundos das pequenas agroindústrias, além de serem competitivos, se diferenciam dos demais pelo seu processo de produção e suas características intrínsecas. Um conjunto de características – ecológicas, sociais, culturais, organolépticas nutricionais, éticas, artesanais entre outras – que podem ser incorporadas aos alimentos e, assim, materializar a diferenciação dos produtos da pequena agroindústria, numa associação

com o local de sua produção e com o saber-fazer dos agricultores, conferindo-lhes sabor peculiar, apreciado por uma fatia cada vez maior da população.

A diferenciação dos produtos da pequena agroindústria tem sido apontada como uma importante estratégia para a inserção e ampliação do espaço no mercado. Esta diferenciação, entretanto, não é suficiente. É necessária a promoção de uma nova relação mais estreita da pequena agroindústria com os consumidores. Esta relação teria base em um “conceito referencial” de qualidade, com uma categorização dos produtos, constituindo e fortalecendo marcas locais da agricultura familiar, associadas à sua cultura e à sua realidade. Isto pode representar o início de um processo de consolidação de uma nova visão de qualidade dos alimentos, associada à saúde e à qualidade de vida. A qualidade, assim, pode representar também uma contribuição para um processo de (re)educação dos hábitos de consumo e a ampliação do espaço da agroindústria dos agricultores familiares no mercado.

Enquanto forma de organização e em relação ao cotidiano das famílias que são proprietárias de AIFAs não se tem pesquisas. Não se sabe ao certo quanto a mudança de agricultor para empreendedor com processamento de alimentos modificou a qualidade de vida de seus atores.

2.4.5 Penosidade do trabalho

Um teórico, denominado Alexander Chayanov, em contraponto há estudos marxistas, relatava que a função da agricultura não era a de prover apenas matérias-primas para as indústrias, nem que a inclusão da agricultura à indústria era o modelo mais correto de se entender a lógica camponesa. Para este autor, o que definia a lógica do trabalho agrícola-camponês não era a necessidade de intensificação do trabalho oriunda da exigência da indústria em produzir sempre mais ao menor custo, mas um balanço entre as necessidades da família camponesa e a penosidade do trabalho. “O grau de auto exploração é determinado por um peculiar equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a própria penosidade do trabalho” (CHAYANOV, 1981, p. 138 e 139).

Segundo Chayanov (1981), a base do comportamento dos agricultores, o que pode também ser estendido aos empreendedores de agroindústrias familiares, é um balanço, subjetivo, entre as necessidades dos membros da família e as dificuldades para a realização do trabalho, como relata:

> Cada rublo adicional do crescente produto do trabalho familiar pode ser considerado de duas maneiras: em primeiro lugar, do ponto de vista de sua importância para o consumo, para satisfazer as necessidades da família; em segundo lugar, do ponto de vista da penosidade com que foi obtido. É evidente que com o aumento de produção obtido por trabalho árduo diminui a avaliação subjetiva do significado de cada novo rublo para o consumo, mas a penosidade do trabalho para ganhá-lo, exigirá uma quantidade cada vez maior de auto exploração, aumentará. Enquanto não se atingir o equilíbrio entre os dois elementos que estão sendo avaliados (ou seja, enquanto a penosidade do trabalho for subjetivamente estimada como inferior à importância das necessidades que o trabalho suportado satisfaz), a família que trabalha sem utilizar trabalho pago tem todo o tipo de motivos para prosseguir em sua atividade econômica. Quando atinge este ponto de equilíbrio, porém, não terá interesse em continuar trabalhando, já que todo dispêndio adicional de trabalho torna-se mais difícil de suportar, pelo camponês ou artesão, do que a renúncia a seus efeitos econômicos" (CHAYANOV, 1981, p.139).

O autor inicia a discussão da penosidade na produção agrícola familiar. Para ele, a família trabalha até o ponto de equilíbrio entre as necessidades da família (que podem ser necessidades físicas, de infraestrutura, ou necessidades psicossociais, de conforto), e a penosidade do trabalho em si, ou seja, o quanto o trabalho do dia-a-dia traz desconfortos ou males à família (perda de saúde, doenças, desconfortos musculares ou psicológicos, perda de lazer, de convívio comunitário ou mesmo familiar, entre outros).

Percebe-se desta maneira a importância do estudar no cotidiano a penosidade do trabalho de famílias que se relacionam diretamente as questões de condições de vida de agricultores e empreendedores rurais visto que embora as AIFAs sejam estudadas como um trabalho menos penoso do que a agricultura, é importante refletir que esta afirmação pode não ser verdadeira. Por ser um trabalho bastante manual e com produtos "frescos" que são pesados e perecíveis, o processamento de alimentos pode ser bastante penoso e envolver muitas horas de trabalho por dia, até mais do que o recomendado pela legislação brasileira, que são 44 horas semanais.

De outro modo, a vida de empreendedor familiar pode causar muitas doenças devido ao estresse e a falta de tempo de descanso. É preciso atender bem os clientes e fornecedores, resolver os problemas, ir atrás da burocracia de legalização das agroindústrias, planejar o dia/mês/ano de trabalho da família e de possíveis funcionários, investir em equipamentos, lidar com problemas nos seus produtos e na infraestrutura, entre muitos outros.... Por envolver muitas atividades a vida dos empreendedores é bastante afetada.

3 OS ATORES DE AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES ATRAVÉS DA PESQUISA EXPLORATÓRIA

A partir deste momento buscaremos buscar aliar à discussão das agroindústrias familiares alimentícias (AIFAs) e do desenvolvimento regional. Dados empíricos obtidos através de uma pesquisa exploratória de caráter qualitativo, onde analisaremos questões sobre as condições de vida, cotidiano e experiências vividas pelos proprietários de AIFAs.

Primeiramente foi necessário definir um recorte geográfico, pois embora as agroindústrias familiares estejam espalhadas em todo o Brasil, se faz necessário definir um local delimitado, pois cada região possui características que merecem ser analisados e levados em conta pois implicam em demandas e dados obtidos diferentes, devido a formação sociocultural, econômica e política e delimitações físicas de cada região.

3.1 Recorte geográfico: o Vale do Rio Pardo

O conceito de região é definido como resultado de um processo de regionalização. Uma região que resulta de um processo de regionalização, mostra-se como importante categoria de análise para uma realidade particular de um sistema universal. A região é a mediação entre o local e o global (LENCIONE,1999). Ela deve ser entendida como um conceito dinâmico onde há “a necessidade de abandonar as abordagens mais preocupadas com os limites e adotar aquelas mais orientadas a entender os processos” (SILVEIRA, 2010, p.75). Entendemos que uma regionalização que configurou uma região, não a torna imutável. A região é formada por distintos organismos e agentes. Não pode ser entendida apenas como uma área espacial.

Já no contexto do desenvolvimento regional entende-se a região como parte de uma totalidade (LENCIONI, 1999), totalidade não mais orgânica ou lógica, nem uma totalidade harmônica e sim uma totalidade histórica, entendida à luz da concepção de Formação Econômico-Social.

Ao longo da segunda metade do século XX o debate sobre desenvolvimento regional no Brasil recebeu atenção especial, principalmente, entre economistas e geógrafos. Assim, dois enfoques principais se destacaram no debate: um, que entende a promoção do desenvolvimento regional a partir da redução/eliminação das

desigualdades regionais; outro, que propõe a compreensão da diversidade regional como potencialidade para o desenvolvimento de regiões. Enquanto para o primeiro enfoque as desigualdades regionais e a própria região são tomadas como obstáculos a serem superados ou descartados, para o segundo, são tidas como particularidades que podem e devem ser potencializadas, como forma alternativa e endógena de desenvolvimento regional. (ETGES e DEGRANDI, 2013).

A redução das desigualdades é algo evidentemente positivo para a sociedade, mas a problematização é no modo como ele é pensado e como age sobre a região. O discurso oficial e hegemônico prega a redução das desigualdades sem tocar nas suas causas e sem tocar na manutenção da diversidade cultural e social. É fundamental compreender que, à medida em que vai se apropriando de determinado território, a sociedade vai imprimindo as suas marcas; quanto mais desenvolvida ela for, no sentido de dispor de tecnologia para intervir na natureza, mais ela vai moldando o território, visando atender às suas necessidades ou interesses.

Portanto, o território tem que ser visto como algo que está em processo, uma forma-conteúdo, o traço de união entre o passado e o futuro imediato. Ele tem que ser visto como um campo de forças, como um lugar de exercício, de contradições entre o vertical e o horizontal, entre o estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos (ETGES e DEGRANDI, 2013).

Uma região, para que exista de fato, segundo Boisier (1999), tem que ser construída socialmente, a partir de laços comuns, de traços de identidade que se expressam no âmbito do cultural, do econômico e do político, que permitam vislumbrar desafios comuns à comunidade envolvida. Construir socialmente uma região significa potencializar sua capacidade de auto-organização, transformando uma sociedade inanimada, segmentada por interesses setoriais, pouco perceptiva de sua identidade territorial e definitivamente passiva, em outra, organizada, coesa, consciente de sua identidade, capaz de mobilizar-se em torno de projetos políticos comuns, ou seja, capaz de transformar-se em sujeito de seu próprio desenvolvimento.

A partir do que foi descrito anteriormente, necessitamos delimitar uma região de pesquisa que servirá de base para este estudo sobre as agroindústrias familiares. Um mesmo território pode ter diversas regionalizações, formando recortes geográficos diferentes. Normalmente uma região de pesquisa é concebida por uma soma de municípios vizinhos com características geográficas, históricas e/ou sociais

semelhantes e que possuem fluxos de serviços dentro dessa região, que os distingue de outra região.

Selecionamos o município de Santa Cruz do Sul, ele faz parte de diversas regionalizações. O estado do Rio Grande do Sul foi dividido em regiões chamadas de Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), onde os próprios municípios criaram alianças políticas afim de desenvolver seus territórios de maneira integrada. Santa Cruz do Sul faz parte do COREDE Vale do Rio Pardo, formado por mais 22 municípios.

Mas além desta regionalização, Santa Cruz do Sul faz parte de outras regionalizações, como o do Território Rural do Vale do Rio Pardo, que abrange 28 municípios, destes apenas 12 municípios são os mesmos do que no COREDE Vale do Rio Pardo. O território rural é usado como base para as políticas públicas de assistência técnica e extensão rural.

Existe também a regionalização da bacia hidrográfica do Rio Pardo formado por Santa Cruz do Sul e mais 11 municípios. Outra regionalização distinta é a microrregião de Santa Cruz do Sul formado por 16 municípios e utilizado pela Fundação Estadual de Economia e Estatística. Há também as regiões de saúde, onde Santa Cruz do Sul e mais doze municípios formam a 13ª Coordenadoria Regional de Saúde. Assim, poderíamos citar diversas outras regionalizações formadas onde Santa Cruz do Sul faz parte.

Desta maneira, utilizaremos como recorte geográfico base a região do COREDE Vale do Rio Pardo, pois conseguimos mias dados específicos sobre esta regionalização. Mas como a região é bastante abrangente, delimitaremos um pouco mais a região de pesquisa, que foi definida como a região centro (que pode ser dividida em três microrregiões – norte, centro e sul), do COREDE Vale do Rio Pardo. Chamaremos aqui esta regionalização de região de Santa Cruz do Sul (formado por oito municípios e abrangendo mais de 60% da população e 24% da área do COREDE).

A região dada do COREDE Vale do Rio Pardo é um conglomerado de municípios onde são dissipadas políticas públicas de abrangência regional. A Região do COREDE[12] Vale do Rio Pardo, localizado na região centro-oriental do estado do Rio Grande do Sul, possui um total de vinte e três cidades. Segundo FEE (2021) sua

[12] Conselho Regional de Desenvolvimento.

população total estimada é de 440.316 habitantes (estimativa 2020) em uma área de 13.173,5 km². A base econômica regional é a agricultura familiar, com seu principal produto o tabaco (produção e industrialização), mas também a comercialização de alimentos é forte e vem crescendo de ano em ano, também devido a demanda. A expansão urbana, com centralidade no Município de Santa Cruz do Sul, aumentou os serviços, o comércio e a indústria na região.

O conceito de economia ou região sustentável assenta-se em cinco dimensões, segundo APLVRP (2016, p.01):

> I) na Econômica, me que a realização do potencial econômico se dá simultaneamente com a distribuição da riqueza e com a redução de externalidades socioambientais negativas; II) na Social, com a busca da equidade de riquezas e de oportunidades, através do combate à exclusão, à discriminação, à reprodução da pobreza e do respeito à diversidade em todas suas formas de expressão; III) na Ambiental, com a manutenção da integridade ecológica através da prevenção da poluição, da parcimônia de utilização de recursos naturais, da preservação da biodiversidade e do respeito à capacidade de carga dos ecossistemas; IV) na Cultural, com o desenvolvimento de mecanismos de acesso à educação, aos meios de comunicação e equipamentos culturais e valorização das manifestações e práticas culturais próprias da região; e V) Política, com o desenvolvimento de mecanismos que viabilizem a participação da sociedade nas tomadas de decisões, reconhecendo e respeitando os direitos de todos, superando as práticas e políticas de exclusão e permitindo o desenvolvimento da cidadania ativa.

Nesse contexto, inúmeros atores políticos e sociais colaboraram para o incremento destas atitudes que geram maior sustentabilidade há uma região, dentre eles estão os próprios atores internos de desenvolvimentos, os empreendedores, tanto rurais (agricultores, agroindústrias, turismo,..), quanto urbanos. Segundo o mesmo texto, uma tendência mundial é a que se expressa pelo crescente número de pessoas interessadas em consumir alimentos produzidos localmente, e que passou a ser chamado de *Locavorismo*. Este movimento visa o estreitamento das relações entre o consumidor e o agricultor e, implicitamente, entre o meio urbano e o rural.

É importante ressaltar a relevância das agroindústrias familiares, geridas por agricultores ou grupos familiares rurais, na região do COREDE Vale do Rio Pardo. Segundo a Associação de Fumicultores do Brasil (2013), a criação do Arranjo Produtivo Local (APL[13]) das Agroindústrias desta região identificou em seu estudo

[13] Arranjos Produtivos Locais (APLs) são aglomerações de empresas e empreendimentos, localizados em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva, algum tipo de governança e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa. (BRASIL, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/observatorioapl.

pelo menos 254 estabelecimentos de processamento de produtos da agricultura familiar local, demonstrando o peso deste setor para o desenvolvimento local e regional (foi considerado pela entidade um conceito de agroindústria familiar como estabelecimentos físicos “empresariais” de processamento de produtos agrícolas).

Como relatado, existe no Vale do Rio Pardo desde 2012 o Arranjo Produtivo Local do Vale do Rio Pardo. Seu tema inicial era “Agroindústrias Familiares” e em 2018 foi atualizado para “Agroindústrias e Alimentos da Agricultura Familiar”, visto o enorme potencial econômico e a importância destes setores para este território. Ela se constitui de uma governança de diversas instituições para o fortalecimento desta cadeia produtiva. Veja o que a entidade fala sobre o Vale do Rio Pardo, a agroindustrialização e do porquê se constitui um arranjo nesta região:

> “A vocação da região Vale do Rio Pardo em produzir alimentos agroindustrializados veio com a colonização de imigrantes europeus e seus descendentes, a partir do ano de 1845. Esses colonizadores constituíram, na região, propriedades rurais de pequeno porte, tendo como base a mão de obra familiar, características dos agricultores familiares de hoje. O surgimento das agroindústrias familiares da região aconteceu a partir das tradições culturais de seus colonizadores, com a industrialização de produtos cárneos e panificação pela cultura alemã, de derivados de cana-de-açúcar pela cultura açoriana, de frutas e de vitivinicultura pela cultura italiana. Essa prática de produção teve início para suprir, primeiramente, o autoconsumo das famílias e o excedente passou a ser comercializados para aquelas pessoas que se dedicavam a atividades não agrícolas. Ao longo desse tempo, várias iniciativas de formação e legalização dessas agroindústrias familiares surgiram na região, com mais força na década de 1990. No entanto, a grande exigência em termos legais para regularização daqueles empreendimentos desestimulou grande parte das iniciativas, tendo em vista que as normas estabelecidas nas legislações federal e estadual adequavam-se somente à produção em grande escala. (APLVRP, 2018, *site*)

Este trecho revela que a região do VRP possui uma forte vocação para a agroindustrialização de alimentos, visto que foi formado por imigrantes alemães, italianos, portugueses e africanos, em pequenas glebas rurais, que constituíram em seus conhecimentos o processamento de alimentos para mantê-los acondicionados por mais tempo.

O ‘APL’ do Vale do Rio Pardo é composto atualmente[14] por 459 (APLVRP, 2019) estabelecimentos agropecuários familiares, onde foram incorporados produtores de alimentos, sendo que destes, 157 possuem atividade industrial (de processamento de alimentos), as chamadas agroindústrias familiares. Estima-se que na região existam

[14] Este número de agroindústrias familiares na região do Vale do Rio Pardo vem mudando ao decorrer do tempo, pois a própria definição desta está sendo estudado e alterado constantemente pela entidade.

32.848 estabelecimentos com receitas agropecuárias, destes, 3.200 com agroindústria rural (aqui englobando o processamento caseiro), mostrando uma clara vocação ou especialização agroindustrial do território. Para APLVRP (2019) a questão "local", além de localização geográfica em si, leva em conta a formação de uma atmosfera industrial, "grife regional" e “afinidades culturais", que propiciam às relações de cooperação.

Na região, também o Programa Estadual de Agroindústria Familiar – PEAF, coordenado pela Secretaria Estadual do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR), e executado em conjunto com a EMATER/RS, tem como objetivo a implantação e a legalização de agroindústrias familiares e agroindústrias familiares de pequeno porte de processamento artesanal, com vista ao desenvolvimento rural sustentável. Realiza o fomento e a capacitação das agroindústrias familiares buscando a formalização através do atendimento à legislação sanitária, ambiental e tributária.

São inclusas no PEAF as agroindústrias familiares que realizarem a solicitação de inclusão e envio do registro sanitário, licença ambiental, laudo de portabilidade de água e comprovação de enquadramento tributário (RIO GRANDE DO SUL, 2018). Desta maneira atualmente, apenas cinco empreendimentos do município de Santa Cruz do Sul estão cadastrados e inclusos no PEAF (SDR, 2019). Mas cabe destacar que não existem apenas estas cinco agroindústrias familiares legalizadas no município, pois existem pelo menos mais cinco empreendimentos registrados como empresas comuns de processamento de alimentos.

O olhar abordado sobre o tema da agricultura familiar aponta que existem inúmeras dificuldades também na região de Santa Cruz do Sul, pois o processo homogêneo capitalista levou o agricultor familiar a perder grande parte do protagonismo sobre seu modo de vida e seu modo de produção. Esse processo gerou resistências e alternativas aos sistemas integrados de produção.

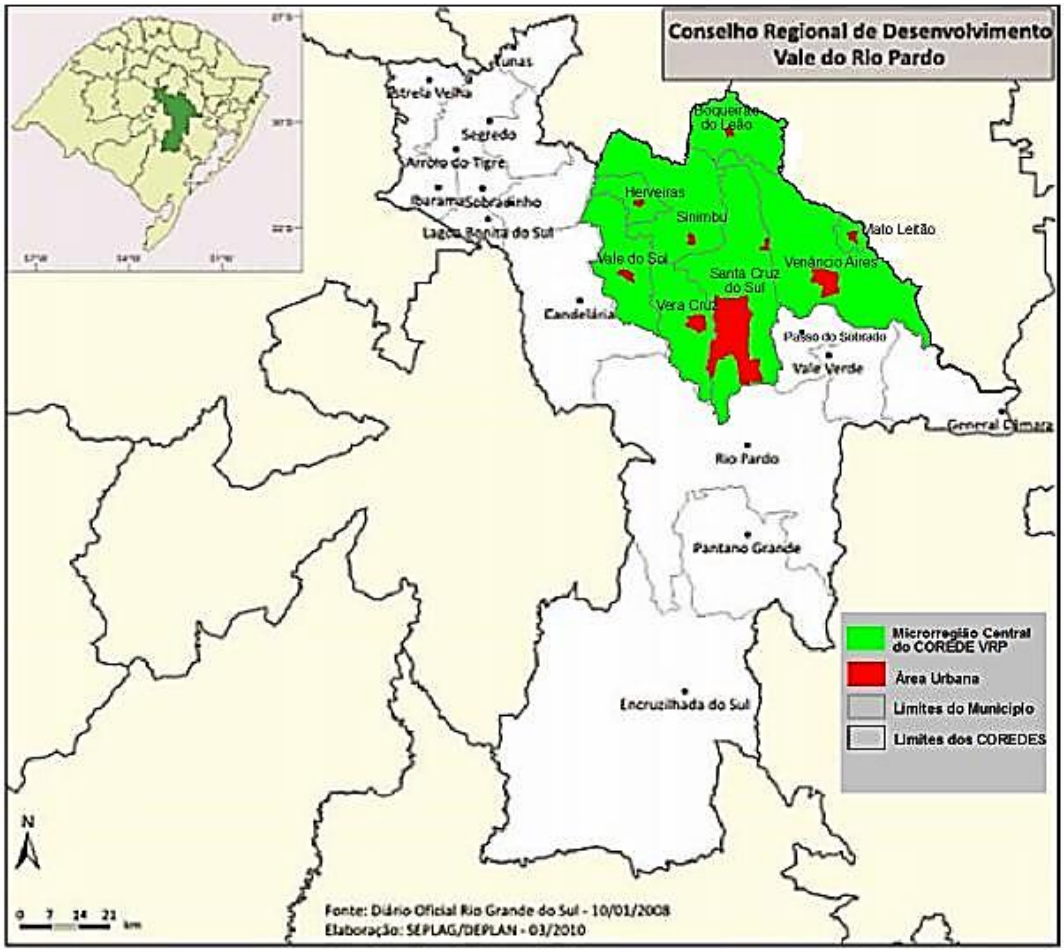
Uma dessas alternativas foi que famílias apostaram na agroindustrialização de sua pequena produção, principalmente na década de 1990 no Rio Grande do Sul por incentivo da EMATER/RS-ASCAR. Estas famílias ao perceber que o valor de sua força produtiva estava sendo gerenciado pelas grandes empresas integradoras, especialmente de tabaco, decidem empreender; indo ao encontro a um novo movimento de microempresas de fabricação de produtos já processados

caseiramente em muitas casas rurais (cultura e conhecimento existentes, mas em escala de produção de subsistência).

3.2 Aspectos da região de Santa Cruz do Sul

A abrangência espacial em que a pesquisa foi aplicada foi a região que denominamos de Região de Santa Cruz do Sul (Figura 02), formada pelos municípios de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Mato Leitão, Sinimbu, Herveiras, Boqueirão do Leão, Vera Cruz e Vale do Sol. Entende-se que esta região construída na pesquisa compreende um território que se aglutina e que possui características muito semelhantes entre seus municípios, referente a construção socio-histórica da região.

Figura 02 - O COREDE Vale do Rio Pardo e a Região de Santa Cruz do Sul



Fonte: Elaborado pelo autor (2019), com base em PETRY e SILVEIRA (2017)

Este recorte, compreende o mesmo espaço geográfico dado chamado de região centro do Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo. A pesquisa se dará em uma região, ao que em um município apenas, por considerar que regiões são espaços geográficos mais eficazes para compreender as dinâmicas sociais e culturais.

A microrregião de Santa Cruz do Sul possui 34.156 estabelecimentos com instalação de beneficiamento familiar, ocupando a quinta posição nacional (IBGE, 2021a). Ou seja, nesta região foi iniciado e ampliado um processo de empreendedorismo rural, aliado a valorização da cultura alimentar local. Mesmo assim, em regiões como esta, com maiores potencialidades devido a características do território, os empreendimentos familiares de processamento de alimentos se localizam à quilômetros de distância, ou seja, teoricamente pouco se comunicam ou criam relações para melhorar suas condições de vida e de trabalho e para fortalecer sua atividade/ramo.

Identificar o território pesquisado é importante porque cada região possui qualidades intrínsecas ao seu modo de produção, as suas identidades culturais, a sua política e as suas limitações físicas-naturais. Assim, o estudo em regiões significa que seus resultados não podem ser aplicados a outros territórios, mas podem sim servir como base de análise e discussão para estudos em outros locais.

Santa Cruz do Sul é o município polo da região. Este se tornou em um grande polo urbano da região do Vale do Rio Pardo, com a economia baseada nas indústrias do fumo, turismo, comércio e serviços. Mas a base econômica da região e o motor da expansão urbana é a agricultura, existem aproximadamente 100.000 agricultores familiares na região do Vale do Rio Pardo. São 134.000 pessoas (estimativa de 2014) morando no meio rural do Vale do Rio Pardo (PETRY e SILVEIRA, 2017).

Ao longo do tempo, a cultura do fumo permitiu um acúmulo de capital, especialmente a partir do desenvolvimento de suas possibilidades de exportação, dando origem às atividades de beneficiamento e de industrialização deste produto nos municípios de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires. Entretanto, este capital foi sendo concentrado pelas grandes indústrias transnacionais, que hoje controlam de forma oligopsônica todo o mercado fumageiro. Decisivamente as corporações transnacionais têm um grande impacto no território (KARNOPP et al, p.676, 2016).

Deste modo é importante ressaltar a relevância das agroindústrias familiares, geridas por agricultores ou grupos familiares rurais, na região do Vale do Rio Pardo.

Segundo a Associação de Fumicultores do Brasil (2013), a criação do Arranjo Produtivo Local (APL) das Agroindústrias desta região aponta que existem 254 estabelecimentos de processamento de produtos da agricultura familiar local, demonstrando o peso deste setor para o desenvolvimento local e regional.

O Arranjo Produtivo Local da região do Vale do Rio Pardo, possui como tema “Agroindústrias e Alimentos da Agricultura Familiar”, visto o enorme potencial econômico e a importância deste setor para esta região. Esta articulação iniciou em 2012, atualmente fazem parte do APLVRP 165 agroindústrias familiares cadastradas e 90 instituições dos 23 municípios (APLVRP, 2019).

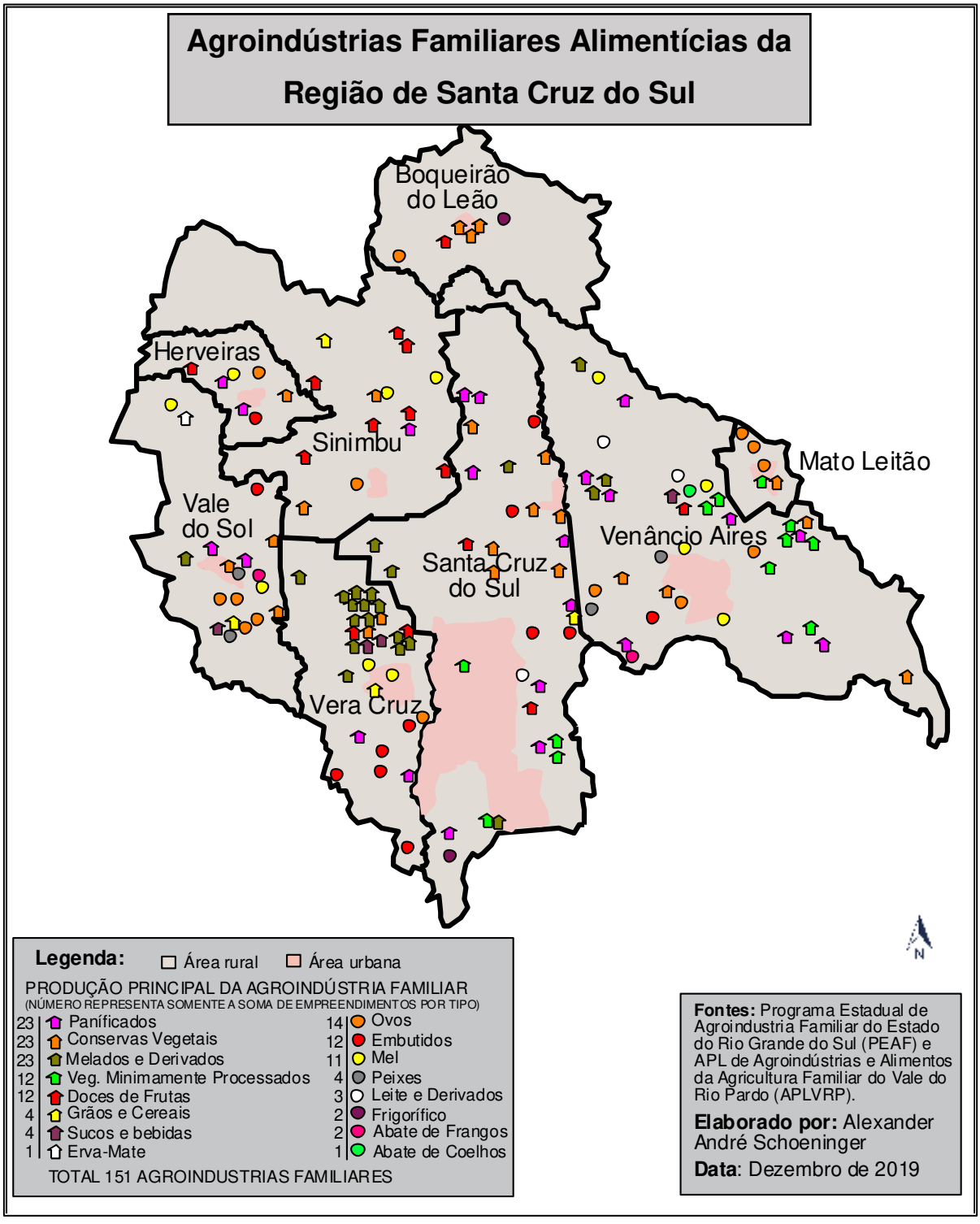
Segundo o Programa Estadual de Agroindústrias Familiares (SDR, 2019) existem, em 2019, na região de Santa Cruz do Sul, 136 agroindústrias cadastradas no programa. Entretanto, muitos destes empreendimentos podem estar em fase de implantação, formalização, renovação de cadastro, ou mesmo, não deram certo e estão fechando as portas. Apenas 23 destas AIFAs estão realmente inclusas no programa, ou seja, operando formalmente e com o cadastramento 100% concluído. Assim, percebemos que muitas AIFAs estão na fase de implantação e de experimentação da formalização, pois muitas famílias rurais preferem vender seus produtos processados de forma caseira e sem registro e em muitos casos, ao tentar legalizar a agroindústria, podem não se sustentar (falir) ou mesmo ver que vale mais a pena financeiramente voltar a informalidade.

Neste momento conseguimos analisar que embora muitas famílias tentem empreender com as AIFAs e apostar em uma atividade de processamento de alimentos de forma mais intensiva e formal, poucas conseguem realmente sobreviver, o que nos revela perguntas como quais as dificuldades de manter uma AIFA. As respostas podem estar entendendo como se dá o cotidiano destas AIFAs, compreendendo quais experiências e aprendizados foram necessários para se manter e se alguns ramos das condições de vida, por exemplo, renda, lazer, prazer, penosidade do trabalho estão sendo prejudicados ou não.

Como o PEAF é executado pela entidade EMATER/RS entidade de assistência técnica rural (focados na parte agrícola) e conforme a legislação atual do programa, todas as famílias das AIFs cadastradas deveriam ser também agricultoras. Para o programa, apenas podem ser registrados agroindústrias com matéria-prima toda da família (comercialização por intermédio do bloco de produtor), como atividade não agrícola da família agricultora (com CNPJ próprio) ou como associação ou cooperativa

(onde mais de 70% dos membros devem ser agricultores familiares). Desta maneira, outras AIFAs que não possuem ou deixaram de possuir atividade agrícola não são cadastradas no PEAF.

Figura 03 - As Agroindústrias Familiares da Região de Santa Cruz do Sul



Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Foi feito um levantamento para identificar todas as AIFAs da região de Santa Cruz do Sul, pegando como base os dados primários obtidos do PEAF e de APLVRP. Além das 136 agroindústrias familiares citadas no PEAF, o Arranjo Produtivo Local de Agroindústrias do Vale do Rio Pardo cita, entre os oito municípios da região de pesquisa, mais 15 empreendimentos que não fazem parte do PEAF, mas provavelmente há mais que não foram identificados pelo APL. Assim, totalizam, segundo dados obtidos de SDR (2019) e APLVRP (2019) um total de 151 agroindústrias familiares (FIGURA 03) que estão implantadas ou em fase de implantação na região de Santa Cruz do Sul.

Como demonstra a 'Figura 03', foi realizado uma pesquisa para verificar quais as atividades principais das AIFAs da região pesquisada; considerando que possa haver famílias que possuem mais de um ramo de atividades, como conservas e doces ou embutidos e frigorífico, entre outros.

As atividades que as AIFAs da região de Santa Cruz do Sul executam em maior quantidade são fábricas de panificados (23 empreendimentos), fábrica de conservas vegetais (23) e fábrica de melados e derivados (23). Também são bem relevantes numericamente as agroindústrias de ovos (14), embutidos (12), vegetais minimamente processados (12), doces de frutas (12) e fábricas de processamento de mel (11). Outras atividades também estão presentes, mas em menor número, como processamento de grãos e cereais, indústria de sucos e bebidas, abatedouro de peixes, processamento de leite e derivados, abate de frangos e coelhos, frigoríficos de pequeno porte e processamento de erva-mate. Esses dados revelam as características regionais do povo, onde determinadas atividades são mais usuais devido a história e cultura territorial. Além disto, demonstra a variedade de produtos da agricultura familiar, pois são, no conjunto, mais de 15 atividades diferentes só nesta região pesquisada.

Importante destacar que as 151 agroindústrias encontradas na região de Santa Cruz do Sul usam matéria-prima de origem predominante da própria região, além dos demais insumos serem em grande parte adquiridos no próprio território, e a mão-de-obra usada é totalmente local, gerando um desenvolvimento endógeno.

É necessário entender que as agroindústrias familiares estão em contraponto a hegemonia do modo de produção capitalista, pois busca o ser para viver por meio de uma alimentação mais saudável e natural, de um contato com o alimento e os sabores, com uma mão-de-obra menos mecanizada que valoriza o saber-fazer, com uma

interação com a comunidade e a região que vem de dentro para fora (endógeno). Os alimentos destes empreendimentos possuem herança cultural.

3.3 A metodologia de pesquisa

Buscamos analisar principalmente quais as percepções de condições de vida de cada membro de famílias proprietárias de cinco agroindústrias familiares da região pesquisada. Para isso, utilizaremos de três questões norteadores:

- Como ocorre o cotidiano dentro de agroindústrias familiar e quais são suas condições de vida?
- Quais as experiências vividas dos proprietários de agroindústrias familiares que os fazem prosseguir no empreendimento?
- Qual a relação entre uma agroindústria familiar e o território em que atua?

Utilizando a Região de Santa Cruz do Sul como base de pesquisa, é necessário entender o dia-a-dia destes empreendedores, como funciona seu cotidiano, suas relações de trabalho entre a família e colaboradores, se existe penosidade ou precariedade no trabalho, e quais as principais dificuldades e também as necessidades que poderiam melhorar algum processo.

Buscamos também compreender as experiências vividas destes agricultores que apostaram na agroindustrialização. Como as agroindústrias familiares surgiram e como se mantiveram no território pesquisado (foram pesquisados AIFAs com mais de 10 anos de atuação), o que os motivou e quais políticas foram importantes para isso. Compreender quais as dificuldades que enfrentaram e como superaram. Ver quais atores e colaboradores foram importantes para dar continuidade ao empreendimento. Além disso, compreender como cada membro da família proprietária participa da agroindústria e como isso impactou em suas vidas. Pretendemos conhecer como as experiências vividas do empreendedorismo rural foram essenciais para a melhoria ou não de condições de vida, tendo como foco desta pesquisa, apenas a família proprietária, mas sem deixar de lado, todo o efeito territorial. Encontramos também como e quais experiências vividas destes atores contribuem para que outras agroindústrias se constituam e se fortaleçam.

Uma das questões importantes foi verificar o que mantém as agroindústrias familiares funcionando. Quais são os pontos positivos para a vivência individual e familiar dos proprietários de AIFAs. Também foi analisado se a questão econômica,

se a renda da agroindustrialização permite a continuidade do negócio e se houve endividamento ou financiamento nas agroindústrias pesquisadas. Convém pensar também em quais as percepções de educação e desenvolvimento dos filhos das famílias que empreenderam com uma agroindústria. O que pode ter os levado a ampliar sua visão de mundo ou a buscar se qualificar. Será que as pessoas mais jovens pensam em dar continuidade o negócio dos seus pais? Será que ainda estão trabalhando ou ajudando na agroindústria e de que maneira?

Por fim, as questões mais macro se fazem de suma importância. Como as AIFAs criam uma rede de relações de benefícios mútuos (ou não) às condições de vida da população do território que atuam? Será que atuam junto as suas comunidades e comunidades vizinhas ou de forma individual, existe associação de produção de matéria-prima, será que a relação de comercialização em cadeias mais curtas interfere na condições de vida dos proprietários e também dos consumidores (do ponto de vista do proprietário) e será que as políticas públicas podem ajudar no desenvolvimento das AIFAs.

O objetivo geral que se pressupõem este trabalhar é analisar as experiências vividas, o cotidiano e as condições de vida em agroindústrias familiares de Santa Cruz do Sul/RS. Isto foi possível por meio dos objetivos específicos que são investigar o cotidiano em agroindústrias familiares; compreender como experiências vividas dos proprietários de agroindústrias familiares modificaram suas condições de vida; e compreender a relação entre agroindústrias familiares e o território em que atuam.

É importante ressaltar que é a agricultura familiar que sustenta a maior parte da economia regional de Santa Cruz do Sul, assim como ocorre em praticamente todo país. Ela necessita de alternativas que visem a diversificação da produção e de renda, que se afastem do sistema tradicional, como o sistema integrado de produção, que enxergam a agricultura apenas como empresa pois além de comprar o produto primário sem agregar valor (*comodities*), não se preocupam com a saúde, educação e cultura local e o preço de venda fica sob o controle dos grandes capitalistas.

Os produtos das agroindústrias familiares geram agregação de valor as matérias-primas, criam empregos e sonhos, possibilitam uma identidade regional, tem baixo impacto ambiental, mas, contudo, ainda são pouco reconhecidos no próprio território. Perceba como Silva e Prezotto aborda esse tema:

> A implantação de agroindústrias é uma das alternativas econômicas para a permanência dos agricultores familiares no meio rural e para a construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, que pensa o rural como um todo e não mais apenas ligado à produção agrícola. Oportuniza a inclusão social, promovendo a participação no desenvolvimento, e a equidade, especialmente de segmentos menos privilegiados, como, por exemplo, as mulheres, os idosos e os jovens. Para essas pessoas pode representar o (re)início da construção de cidadania, bem como uma oportunidade de resgate de valores sociais e culturais, indo muito além do que usualmente é confundido com cidadania, a qual pode ser entendida aqui principalmente como oportunidade de trabalho e, consequentemente, de obtenção de renda suficiente para se viver com boa qualidade. É uma importante alternativa para promover a participação dos agricultores familiares no processo produtivo e no mercado. Para eles, a industrialização dos produtos agropecuários não se constitui em uma novidade. Isto já faz parte da sua própria história e cultura. (SILVA e PREZOTTO, 2008, p.7).

As agroindústrias familiares tornaram se, mesmo espalhadas nos territórios, uma construção social importante para os agricultores familiares das regiões que atuam. De acordo com Sulzbacher e Neumann (2014) a aproximação entre a temática da agroindustrialização e da avaliação de impacto social se faz necessária à medida que a atividade ganha respaldo diante das políticas públicas (como o PNAAF e PEAF) e, principalmente, enquanto uma estratégia de reprodução social dos agricultores. Observamos que, inevitavelmente, a opção pela transição para a agroindústria familiar implica investimentos, mudanças na lógica de trabalho e de gestão da unidade de produção agrícola e, com elas, algumas consequências indesejáveis, que passam muitas vezes despercebidas (ou não são discutidas) aos agentes envolvidos.

Esta pesquisa se torna importante quanto a necessidade de estudos que analisem com maior qualidade os efeitos da constituição de agroindústrias familiares para seus atores e sua região. Significativo também uma definição mais próxima da realidade de o que é e quem são as agroindústrias familiares e quais suas necessidades e dificuldades.

Para o autor deste projeto é uma missão importante desenvolver esta pesquisa. Como filho e neto de agricultores familiares, o autor sente a importância de revelar suas experiências e conhecimentos empíricos e os aliar a conhecimentos científicos, a fim de tentar realizar estudos sociais com maior proximidade entre teoria e prática.

Os pais do autor, constituíram no ano de 2000 uma agroindústria familiar (até hoje existente) criando uma pequena estrutura física e desenvolvendo uma pequena rede de agricultores para auxílio na produção de hortaliças. Segundo o pai do autor, foi a primeira agroindústria familiar da região a conseguir o alvará sanitário e de

operação através do governo estadual, depois de muito debate e perseverança no poder executivo e legislativo em Porto Alegre.

Com as políticas públicas em prol das agroindústrias familiares, o autor, além da vivência prática do empreendimento em toda sua infância e juventude, participou de inúmeros grupos de pesquisa sobre o tema. Participou de reuniões da agência gaúcha de desenvolvimento, da Associação Gaúcha de Agroindústrias de Conservas (AGROCON), do Arranjo Produtivo Local do Vale do Rio Pardo de Agroindústria e Alimentos da Agricultura Familiar (APLVRP) e da Cooperativa Regional de Alimentos Santa Cruz (COOPERSANTA).

No ensino médio, na Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul, o autor começou a desenvolver a percepção do quanto a economia regional é dependente da produção primária, de como o processamento de alimentos pode agregar valor aos produtos tradicionalmente produzidos na região, da contribuição das articulações regionais e políticas e da importância de alimentos limpos e saudáveis na mesa dos cidadãos. Desta maneira, acredita que a experiência empírica é mola propulsora e embasadora de estudos teóricos. Com um olhar profundo e realista de quem vive as carências e dificuldades das agroindústrias familiares na pele, percebe que possa ter pontos de vista mais emblemáticos e assertivos sobre o tema.

Percebe-se que, mesmo com a formação do APLVRP (2012) e a criação do Programa Estadual das Agroindústrias Familiares (1998, mas reformulado em 2012), nesta última década, este programa público pouco auxilia de forma concisa as agroindústrias familiares a se legalizarem, a se manterem ou a ampliar suas produções, e não tendem a estimular a cooperação e união entre estas.

Em 2017 e 2018 o autor desenvolveu seu trabalho de conclusão de curso sob o título “Gestão Ambiental em Agroindústria Familiar de Conservas Alimentícias: Desafios e Potencialidades”, no qual focou o trabalho na agroindústria da sua família e nas interações desta com o ambiente natural e social. Reconhece que existem muitas dificuldades e necessidades para o empreendimento, o qual acredita que também exista nas outras agroindústrias da região. Depois da formação do autor como bacharel em Administração na Universidade de Santa Cruz do Sul em 2018, este compreende que são as articulações regionais e políticas assertivas que podem melhorar a vida de muitas famílias, que acreditam em uma agricultura familiar forte e em produtos das agroindústrias familiares do Vale do Rio Pardo valorizados e reconhecidos em todo o território nacional.

3.3.1 Método de abordagem

Enxerga-se a agroindústria como caminho para a produção de alimentos e valorização da agricultura familiar, mas também como algo maravilhoso, sem problemas aparentes, cegando todo o esforço que donos de Agroindústrias Familiares fazem para manterem seus negócios. Existe uma certa positividade sobre, como fala Pelegrini e Gazolla (2008), a agroindústria familiar passa a ser uma estratégia de reprodução social, pois materializa atividades e oportunidades de agregação de valor na produção das famílias rurais, gerando receitas e complementando rendas, além de oferecer empregos para produtores que optam pelas atividades de transformação das matérias primas que já produzem. Ou seja, há a ideia de que quem vive de agroindústrias familiares possui maior nível de condições de vida, assim como seu entorno, mais quais suas implicações e desafios?

A pesquisa buscou investigar de forma qualitativa como estão as condições de vida dos proprietários de agroindústrias familiar e o que interfere nisto. Como mencionado, a mesma terá uma abordagem qualitativa, ou seja, busca-se dados específicos, peculiares, profundos e fidedignos de alguns atores, nesta pesquisa se buscará cinco agroindústrias, o que não nos permitirá generalizar a pesquisa para todo o contexto amplo das AIFAs, mas sim analisar e compreender como que processos internos e externos, como o cotidiano, as experiências vividas e a relação com o território, das AIFAs pesquisadas atuam e colaboraram para a continuidade da atividade das famílias.

O objeto de estudo é o próprio fenômeno, isto é, as coisas em si mesmas e não o que é dito sobre elas, assim sendo a investigação fenomenológica busca a consciência do sujeito através da expressão das suas experiências internas.

A pesquisa foi não experimental, onde há somente a descrição do fenômeno e a descrição da realidade social. Foram entrevistadas e observadas cinco famílias proprietárias de agroindústrias familiares. A pesquisa se aplicará em toda a família que se envolve com a agroindústria. Estima-se que em torno de 15 pessoas colaborem na pesquisa. Neste estudo, não ocorreu uma pesquisa em uma agroindústria sob forma de organização em associação, o que demandaria outro tipo de pesquisa e análise.

O método de abordagem utilizada nesta pesquisa terá como base a fenomenologia. Irá se buscar as percepções, captar sentimentos, angústias e outros fatores, não simplesmente práticos e teóricos.

Enquanto método de abordagem, a fenomenologia se desenvolveu com Edmund Husserl, no começo do século XX. Husserl pretendeu fazer uma ciência do "mundo vivido" pelos sujeitos. A fenomenologia pode ser entendida como uma ciência descritiva, rigorosa, concreta, que mostra e explicita o ser nele mesmo e se preocupa com a essência do vivido.

Segundo Moreira (2002) se o pesquisador pretende compreender a "experiência vivida", então o método fenomenológico tem "aplicabilidade", pois os "métodos tradicionais" não conseguem responder perguntas como: o que significa tal ou qual experiência? Qual é o sentido que os indivíduos atribuem às suas ações, às suas relações, às diferentes situações que vivenciam no dia-a-dia?

Para Serpa (2019) o mundo-vivido abrange os seres humanos com toda ação e interesse, trabalhos e sofrimentos. O mundo-vivido, social e/ou cultural é um contraponto ao mundo natural predeterminado.

> Foi Edward Relph, porém, o primeiro geógrafo a buscar na fenomenologia de Husserl um suporte filosófico para uma aproximação "humananística" da Geografia. Relph defendeu a ideia de que os significados originais do mundo-vivido estão constantemente sendo obscurecidos por conceitos científicos e pela adoção de convenções sociais; para o autor, o mundo-vivido não seria absolutamente óbvio, e os seus significados não se apresentariam por si mesmos, mas deveriam ser descobertos. (SERPA, 2019, p.15)

Esta abordagem qualitativa sustenta o aprofundamento, a compreensão e a análise das ideias, das experiências e das opiniões dos proprietários das agroindústrias familiares. O delineamento da pesquisa se constituiu pela pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo.

3.3.2 Procedimentos de coleta e sistematização de dados

Os procedimentos de coleta e sistematização de dados se dividem em quatro etapas. Primeiramente foi feito a revisão bibliográfica sobre o termo agroindústria familiar no Brasil, sobre os termos condições e qualidade de vida, cotidiano e experiências vividas e sobre a região de pesquisa.

A segunda etapa foi um levantamento das agroindústrias da pesquisa, da Região de Santa Cruz do Sul, em dados secundários, como o PEAF (Programa Estadual de

Agroindústrias Familiares). Desta maneira, já se limita a pesquisa, pois as AIFAs pesquisadas tinham que ser registradas no PEAF.

Após se escolheu agroindústrias familiares da região para realizar a pesquisa, mas que se enquadrem dentro de alguns parâmetros para o aprofundamento da pesquisa. As AIFAs que foram entrevistadas se enquadram em aspectos considerados importantes para a análise, são formalizadas e estão em funcionamento, são localização no meio rural, processar alimentos, e possuem mais de dez anos de funcionamento (para compreender quais experiências fizeram a família dar continuidade ao empreendimento) e tem em seu modo de vida atual ou anterior a agricultura familiar. Com base nesses princípios, se tenderá a ter uma visão mais significativa dos impactos da agroindústria familiar nas condições de vida dos sujeitos (da própria família) e do seu entorno.

Com base no levantamento das agroindústrias foi realizado contato com os proprietários de agroindústrias que se enquadrem no perfil descrito. Ema alguns casos, onde foi possível, foi feito uma primeira visita de reconhecimento. Foram usados como base de estudos as primeiras cinco famílias que aceitarem fazer parte da pesquisa.

O método de coleta foi a entrevista e a observação participante. Foi realizado uma entrevista com a família sobre percepções desta com sua agroindústria, conhecendo aspectos de sua história, do seu cotidiano, das experiências vívidas e da percepção de condições de vida destas famílias. Após, em outro momento seriam realizadas entrevistas individuais com cada membro da família que possua relações de trabalho com a agroindústria familiar, de modo a compreender de forma individual as percepções de cada pessoa, mas devido a pandemia e as dificuldades de contato, as entrevistas foram apenas de modo ampliado na família.

Os dados empíricos foram coletados mediante estas entrevistas com roteiro semiestruturado e, após foi feito a transcrição. Foi realizado três visitas nas agroindústrias como parte da pesquisa. Nestas visitas foram realizados a observação participante e a rediscussão das perguntas bases da pesquisa, pelas entrevistas semiestruturadas.

3.3.3 Procedimentos de análise de dados

A técnica de análise foi a análise de conteúdo que buscou analisar de forma analítico-descritivo os dados obtidos. Por se tratar de estudo com método de abordagem fenomenológico percebe-se como adequado a utilização desta técnica, por buscar captar as percepções dos atores envolvidos e tentar captar o que envolve as situações apresentadas, a partir do próprio conteúdo criado por estes. Visamos interligar o que os entrevistados apresentam e o que foi encontrado através de teóricos.

Os resultados, a partir da análise, podem apontar a consolidação de estratégias entre os atores em suas respectivas agroindústrias familiares, em torno da matéria-prima, instalações, recursos financeiros e comercialização. Desta forma em torno dos projetos individuais podem se consolidar novas formas de organização social com base nas relações horizontais apresentadas.

3.4 Atores das agroindústrias familiares em foco

Durante o mês de abril de 2021 foi realizado a pesquisa de campo utilizando a metodologia estudada. Através de dados secundários conseguiu-se um universo entre 25 a 30 agroindústrias familiares alimentícias na região de Santa Cruz do Sul, ativas, legalizadas e com mais de 10 anos de fundação.

Percebeu-se que entre estas, grande parte das agroindústrias, da referida região, foram fundadas na segunda metade da década de 1990, ou seja, entre 1995 e 1999. E uma outra fatia, surgiu no começo da última década, entre 2010 e 2013. Evidentemente cada agroindústria possui sua história individual, mas estes anos de crescimento do número de agroindústrias, que fundamentalmente sobrevivem até os anos atuais, se devem fundamentalmente as políticas públicas de assistência técnica e extensão rural na região, executadas pelas EMATER/RS, que foram fomentadas com maior força nestes períodos, com primeiramente na década de 1990 um incentivo por parte da Emater que culminou com a criação da Política Estadual de Agroindústria Familiar com o selo “Sabor Gaúcho” em 1999. E após anos com esta política abafada, em 2011/2012 ela ressurge como uma nova Política Estadual de Agroindústria Familiar, com a criação de novas legislações estaduais. Isso fez com que a Emater/RS, executora da assistência técnica, divulgasse mais a PEAF, criasse cursos

de capacitação e auxiliasse em projetos de financiamentos (com novos recursos liberados pelo governo estadual) de infraestrutura e de equipamentos para as agroindústrias.

O auxílio dessas políticas públicas foi fundamental para espalhar a ideia de "agroindustrializar" no meio rural, serviu de pavimento para as ideias de empreender e aumentar uma produção caseira que já sabiam fazer, afim de aperfeiçoar e poder sobreviver da comercialização deste produto. Mas apostar em uma agroindústria familiar era um grande risco, pois o casal (a maioria das AIFAs iniciou assim) era obrigado a investir em uma estrutura física de alto custo para seus padrões de vida, e conseguir conhecimentos de legislação, de boas práticas de fabricação, de busca de fornecedores, de busca e atração de clientes e de formação de preços, de tributação, e de comercialização que não possuíam. O risco de conseguir retorno da AIFA e de pagar os investimentos (em sua maioria financiados) era totalmente do casal empreendedor.

Foram contatados mais de quinze (15) AIFAs, da região delimitada, para a busca de dados primários, através de contato telefônico. As primeiras cinco agroindústrias que conseguiram marcar um dia e horário para responder a entrevista semiestruturada foram as selecionadas. Devido a complexidade da entrevista e a delimitação de tempo para a realização deste trabalho, além de perceber também uma congruência e repetição nas respostas, não se fez necessário entrevistar mais agroindústrias.

Ao total foram entrevistadas duas agroindústrias com fabricação e comercialização de melados e açúcar mascavo, uma agroindústria de fabricação de conservas vegetais, uma de embutidos (linguiças) e uma AIFA de fabricação de aipim (ou mandioca) congelado. Elas se localizam nos municípios de Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vera Cruz, Vale do Sol e Venâncio Aires.

Quanto a forma de organização, três AIFAS são compostas por um casal fundador e o filho/filha e seu cônjuge, uma só pelo casal e uma agroindústria é de forma individual. Todos empreenderam estando na condição de agricultores, ou seja, vivendo no meio rural. Isto demonstra uma das características das agroindústrias, que é a aposta de um casal de agricultores em um empreendimento, e isto, ao conseguirem dar continuidade envolve seus filhos desde jovens e que depois tem a chance de escolher ficar ou não trabalhando na agroindústria e fazendo a sucessão do empreendimento.

Quanto a questão de forma de organização, ao pesquisar as agroindústrias da região de Santa Cruz do Sul a grande maioria é de forma individual-familiar e foram identificados apenas três AIFAs com gerenciamento através de um grupo de agricultores, mas elas não possuíam pelo menos 10 anos de fundação, como este trabalho sugere estudar, o que pode ser fruto de uma posterior investigação. Estas três AIFAs estão organizadas em cooperativas ou associações e surgem a partir da necessidade de os municípios terem uma cooperativa de agricultores para atender a alimentação escolar (PNAE), entidades carentes (PAA) e a CONAB com principalmente alimentos frescos, mas também alimentos de agroindústria familiar, ou seja, esses empreendimentos cooperativos viram a necessidade vinda de seus associados e do mercado consumidor, e a oportunidade de criar estruturas centralizadas a partir de incentivos públicos (e onde o agricultor não precisaria investir isoladamente), criando agroindústrias dentro das cooperativas de agricultores familiares.

Assim, identificamos que embora esteja surgindo uma nova forma estrutural de agroindústria familiar a partir de cooperativas, a principal forma de organização em mais de 90% dos casos é a forma individual-familiar, a partir de um casal de agricultores.

Dos cinco *cases* entrevistados, todos começaram com um casal de agricultores e com venda através do talão de produtor.[15] Quanto à forma empresarial atual, dois empreendimentos trabalham com venda em dois blocos de produtores (ou seja, de duas famílias, como agricultores), uma agroindústria possui apenas um bloco de produtor, outro empreendimento possui CNPJ e eventualmente ainda vende com o bloco de produtor (como agricultor) e uma família comercializa seus produtos exclusivamente através do CNPJ. Esta maneira diferente de organização das agroindústrias entrevistadas foi importante para analisar diversos aspectos que permeia cada tipo de forma estrutural das AIFAs.

[15] Como já relatado, segundo a classificação nacional de atividades econômicas (CNAE) o processamento na unidade de produção agrícola apenas pode se classificar no mesmo código da atividade da produção somente quando é oriunda de produtos agrícolas ou pecuários provenientes de produção própria. Quando parte da produção é desempenhado por terceiros, classifica-se na seção C - indústrias de transformação. (IBGE, 2021c).

3.4.1 O histórico das agroindústrias e experiências vividas

Quanto ao histórico das agroindústrias familiares entrevistadas elas iniciaram suas produções com uma estrutura definida em 1997, 1999, 2002, 2012 e 2013. Percebeu-se que embora estes sejam os anos de início dos seus empreendimentos, muitos já vendiam de modo informal seus produtos, pois evidentemente não apostariam em uma ideia de empreendimento sem ter nenhum conhecimento sobre o produto. Mas também, se percebeu que estes anos de fundação foram marcantes para estas famílias, porque foi quando decidiram investir o restante do dinheiro que possuíam em um negócio, a princípio promissor, mas que sabiam que teriam inúmeras dificuldades, pois não tinham estudo formal e tampouco conhecimentos informais que os qualificavam. Tinham apenas a vontade de trabalhar e de criar uma marca e um produto da família, o investimento inicial (para construir a estrutura física), o apoio da comunidade (dos vizinhos) e apoio da assistência técnica rural por parte da Emater/RS e da Secretarias da Agricultura dos municípios.

No início, as famílias tinham a matéria-prima de produção própria e por vezes de vizinhos. Também sabiam como fazer seu produto, tinham as receitas e as etapas de produção de seus produtos, mas muitas coisas foram aprendendo na prática. Os clientes foram surgindo aos poucos, pois os empreendedores sabiam que tinham demanda do produto na região.

Para o entrevistado 01 (ENTR.01) sua agroindústria surgiu como uma alternativa de renda ao tabaco, pois a família tinha problemas de saúde na cultura do tabaco, além de acreditar que trabalhar na cultura do fumo tinha muita penosidade e a família ficava muito presa a produzir aquilo que a empresa de tabaco exigia e não possuía avanços na parte de comercialização, pois os preços do tabaco eram tabeladas pelas empresas de tabaco.

Todas as cinco agroindústrias entrevistadas investiram primeiramente na estrutura física, pequenas entre 40 e 80m² de área interna. Mas evidentemente, com o apoio da entidade Emater/RS na elaboração da planta baixa e de licenças ambiental e de operação. Com isso foi necessário ir atrás de todos os alvarás necessários, principalmente do alvará sanitário que é renovado ano a ano. “Fomos legalizar por causa da exigência sanitária e porque a exigência do mercado é de produto legalizado” (ENTR.02).

Conseguir renovar o alvará sanitário ano a ano é uma das grandes dificuldades para todas as agroindústrias entrevistadas, pois as exigências para estas pequenas fábricas são praticamente as mesmas para as grandes fábricas. Identificamos que apesar de praticamente todo ano a fiscalização sanitária exigir mudanças estruturais, de equipamentos e na rotulagem dos produtos das AIFAs; de modo geral, as famílias proprietárias relatam que a fiscalização, apesar de exigente, é respeitosa; pois sempre concede um bom prazo para que as agroindústrias se adequem as novas normas e exigências relatadas pela fiscalização.

O Entrevistado 04 relatou sobre as dificuldades para constituir sua agroindústria, ainda mais por se tratar de origem animal, onde as exigências sanitárias e de estrutura são maiores. Ele relata que com muita garra, perseverança e investimento conseguiu colocar seu empreendimento para funcionar dentro das normas sanitários, mas acabou contraindo problemas financeiros, pois os investimentos iniciais foram bem superiores ao que havia programado.

> "Mas acabei apostando mesmo na agroindústria. Bastante dificuldade e muito burocrático mesmo. Encontrei muita dificuldade para buscar o objetivo de regularizar a agroindústria, pessoas que te colocam numa posição muito difícil, te pediam uma coisa, tu ia fazer e depois mudavam e tu não tinha um projeto para seguir. São pessoas técnicas, mas de pouco conhecimento. Mas ao longo de um ano consegui registrar 17 produtos, todos com código de barras e tabela nutricional, como é exigido por lei, um responsável técnico e uma estrutura construída dentro da normalidade. Foi bem dificultoso. Eu fiz um investimento de R$ 200.000,00, eu não tinha esse dinheiro, acabei fazendo financiamentos, ou encontrei problemas depois para me manter, estou ainda hoje com sério problema financeiro." (ENTR.04)

As exigências que as agroindústrias familiares alimentícias da região de Santa Cruz do Sul precisam seguir são: venda com nota fiscal de bloco de produtor (CPF e inscrição estadual) ou de CNPJ na comercialização para outro CNPJ, estrutura física em dia, rótulos (com todas as informações do produto, peso, data de fabricação, validade e lote, valores nutricionais, código de barras), alvará de funcionamento/operação, alvará ambiental, alvará sanitário (do órgão responsável dependendo do tipo de processamento da agroindústria), alvará do corpo de bombeiros, laudo de potabilidade da água, desintetização e limpeza da caixa d'agua a cada seis meses, curso de boas práticas de fabricação e manual de boas práticas de fabricação. Ainda, em caso de agroindústrias de origem animal, as exigências são ainda maiores, pois necessita de um responsável técnico e do registro de cada um de seus produtos no órgão responsável. Essas exigências se aplicam a quase todas as AIFAs do Brasil, claro dependendo das normas e leis estaduais e municipais.

Sobre as dificuldades que as agroindústrias enfrentam percebeu-se que a principal queixa são a burocracia e os impostos. São variáveis macrossociais que escondem diversos outros problemas.

A burocracia se refere exatamente nessas inúmeras exigências que as fiscalizações sanitárias e tributárias atribuem as agroindústrias. Isto gera muita perda de produtividade aos os donos das AIFAs, que necessitarem ir atrás de atender todas as exigências e também um elevadíssimo custo, considerando que a receita bruta desses pequenos negócios é baixa (nas agroindústrias entrevistadas em média 400 mil reais de receita bruta por ano) e a *mark-up* (taxa de lucro) é baixa também (em torno de 10% pelas informações coletadas), em comparação com empresas de outros ramos. Já os impostos também afetam, pois como a agroindústria é legalizada ela precisa vender seus produtos com nota fiscal, o que gera um valor considerável de impostos. Embora, na venda pelo bloco de microprodutor rural o imposto é um pouco menor, de 1,5% do valor bruto dos produtos. Ainda assim, alguns entrevistados relataram como desleal a competição com outras agroindústrias não totalmente legalizadas ou totalmente informais, pois conseguem competir por não pagar impostos.

Outro caso importante a destacar no histórico das agroindústrias pesquisadas é a família entrevistada 02 (ENTR.02) que após 15 anos comercializando pelo bloco de produtor, decidiram abrir um CNPJ, como microempresa. Isto mudou muito toda a forma de trabalhar, mas também trouxe mais segurança financeira e judicial. Estes últimos cinco anos em que trabalham com CNPJ, houveram muitas mudanças. Os funcionários e diaristas que trabalhavam agora possuem carteira assinada e todas as compras, inclusive de matéria-prima de produtores vizinhos, agora são feitos com nota fiscal.

É importante ressaltar que a agroindústria da família ENTR.02 estava bastante consolidada com sua marca e com centenas de clientes fiéis, além de estar em dia na parte organizacional e com cursos de gestão e operação em agroindústrias. Pois, a mudança de identidade empresarial trouxe custos adicionais com contabilidade, com custo de funcionários com carteira assinada (custos trabalhistas) e de impostos (onde os impostos de ICMS e de substituição tributária somam juntos um valor de praticamente 20% sobre o valor do produto comercializado). “O colaborar deveria ganhar mais, mas a empresa não consegue pagar devido aos altos custos extras como os impostos sobre o produto e sobre os funcionários” conta o ENTR.02.

Percebeu-se através das entrevistas e da observação *in loco* nas agroindústrias que as estruturas físicas são higiênicas e funcionais, buscam sempre melhorar o fluxo do trabalho diário, mas também se percebeu que não foram estruturas construídas prontas, elas foram se adaptando com o decorrer do tempo, com as exigências de órgãos sanitários e com as exigências de espaço interno para trabalhar. Como são agroindústrias com trabalho antigo entre 10 e 22 anos, a estrutura foi se adequando com o tempo e como foram persistindo na sua produção foram necessárias ampliações. Uma das agroindústrias, a mais recente inclusive, cita que “A estrutura continuou praticamente a mesma, ainda não consegui ampliar pelo alto custo, mas preciso, pois aumentou a produção com o tempo” ENTR.05.

Algo que todos as famílias proprietárias das agroindústrias citam como de suma importância e como “marca registrada” de seus produtos para que tenha anos de mercado é a qualidade. É através da qualidade dos seus produtos que conseguiram se manter ativos com os empreendimentos. Se preocupar em atender bem os consumidores e ouvi-los, o feedback dos clientes é fundamental para melhorar a qualidade dos produtos e também na criação de produtos diferenciados e assertivos.

Quanto aos clientes, as agroindústrias iniciaram vendendo de porta a porta e em pequenos estabelecimentos como bares e minimercados. Com o tempo, os mercados e supermercados foram demandando os produtos. Atualmente o principal cliente dessas AIFAs são os supermercados do município e de municípios vizinhos, além de restaurantes e lancherias, mas ainda mantém diversos clientes pessoas físicas.

Outro ponto de venda importante para as agroindústrias familiares do Brasil, como um todo, são as exposições/feiras da agricultura, presentes em quase todos os municípios e que acontecem por uma ou duas semanas em cada local. As cinco agroindústrias observadas já participaram de feiras de exposição de produtos, destas uma ainda participa de alguns eventos e outra tem como local principal de comercialização as exposições. A agroindústria citou exposições como Expoagro Afubra (Rio Pardo), Feira do Mercosul (Santa Maria), Oktoberfest (Santa Cruz do Sul), Expodireto (Não-Me-Toque), Expointer (Esteio), Expovale (Lajeado), entre outros, ao qual participa praticamente todas as vezes que acontecem e são um ótimo ponto de comercialização de produtos das agroindústrias familiares. As outras agroindústrias que não participam mais de feiras relatam que o custo de ir em uma feira/exposição é alto e nem sempre comercializa conforme o esperado, mas que foram muito válidas para a população conhecer sua marca e seus produtos e para encontrar novos

clientes. Percebeu-se que o sucesso na participação nesses tipos de feiras depende muito do tipo de produto que a agroindústria processa, mas é válida também para a divulgação da marca.

Importante frisar também, que as cinco agroindústrias entrevistadas vendem ou já venderam para programas federais como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), todos através de uma cooperativa ou associação municipal que engloba outras agroindústrias e majoritariamente verdureiros (que comercializam hortaliças *in natura*). Estes programas governamentais são de suma importância, pois compram de produtores locais alimentos para consumo local de escolas e entidades públicas. É mais uma forma de distribuição de seus produtos para as agroindústrias, mas estas relatam que na maioria das vezes entregam seus produtos abaixo do preço médio de venda, pois nas cooperativas/associações é descontado uma contribuição de 10 a 25%; mas mesmo assim, se torna uma forma válida de comércio e de geração de renda. Das cinco AIFAS, três comercializam há mais de 10 anos alguma parte de seus produtos através das cooperativas para o PNAE e PAA, uma agroindústria não comercializa mais porque teve problemas internos na associação e não recebeu os valores que a associação devia e outra parou de vender para a cooperativa ao qual participava por julgar que os preços recebidos líquidos pelos produtos não valiam a pena para a agroindústria.

Quadro 04 – Produtos das Agroindústrias Familiares Entrevistadas

Agroin-dústria	Matérias-primas principais	Produto carro-chefe	Produtos secundários
ENTR.01	Cana-de-açúcar	Melado e Açúcar Mascavo	Schmier/Doce de Frutas (diversos sabores); Melasse; Rapaduras; Puxa-puxa; Molho de Tomate; Doces com polpa de frutas
ENTR.02	Pepinos e outros vegetais	Pepinos em Conserva	Mini-milho em conserva; Beterraba em conserva; Rabanete em conserva; Picles em conserva; Cebolinha em conserva; Vagem em conserva; Abóbora/Figo/Pêssego em calda;
ENTR.03	Carne suína e de gado	Linguiça de porco	Outros embutidos como: Linguiça mista, Salame Defumado, Salamito, Salsichão, Carne Defumada
ENTR.04	Cana-de-açúcar	Melado	Açúcar Mascavo
ENTR.05	Aipim	Aipim Descascado Congelado	Aipim Descascado

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Em relação aos produtos comercializados pelas AIFAs foi identificado que embora todas tenham seu produto carro chefe, elas possuem diversos outros produtos secundários para conseguir atender melhor seus clientes. Percebo que importante identificar quais produtos as AIFAs entrevistadas produzem, pois apenas o termo agroindústria torna bastante vago a compreensão do leitor quanto a complexidade e a importância dos produtos de agroindústrias familiares alimentícias.

No quadro 04 percebemos a diversidade de produtos que as agroindústrias familiares produzem e comercializam, levando em conta que são apenas cinco agroindústrias na amostra da pesquisa, mas são mais de 150 agroindústrias na região de Santa Cruz do Sul e são milhares no Brasil inteiro, cada uma com seus produtos, seu sabor, sua receita.

Todas as agroindústrias observadas relatam que atualmente possuem o nome (a marca) reconhecido com bons produtos e muita procura. “Temos dificuldade para produzir, devido a situação financeira (altos custos, falta de capital de giro, margem de lucro baixa). O objetivo é um só, sair dessa situação e manter o produto em alta.” (ENTR.03).

3.4.2 O cotidiano e suas implicações

Quando articulamos sobre o cotidiano de uma agroindústria, estamos falando de um empreendimento familiar, onde a “empresa” e a família são praticamente inseparáveis. Uma depende da outra. E tanto a “empresa” quanto a família dependem e são influenciados pela comunidade local, tanto em questão de mão-de-obra, como de matéria-prima, de clientela e também de envolvimento social da família com a comunidade/localidade ao qual pertencem.

Anes (2017, p.188) relata que “O pensamento substantivo, neste ponto, predomina na dinâmica das agroindústrias, pois as relações familiares e de trabalho se entrelaçam, de maneira não definida, normatizada ou formalizada”.

Como já relatado anteriormente, das cinco agroindústrias entrevistadas, três AIFAS são compostas por um casal fundador e o filho/filha e seu cônjuge, uma só pelo casal e uma agroindústria é de forma individual, por ocasião do casal ter se separado. Quanto a forma de trabalho, são bastante distintas, mas todas as agroindústrias observadas possuem algum tipo de mão-de-obra externa e alguma parte da matéria-

prima de origem de agricultores da região ou mesmo de fora da região; algumas em pequena e outras em maior quantidade.

Uma das agroindústrias que trabalha com menor quantidade de auxilio externo descreve que: “Até agora (são 25 anos) nós quatro iniciamos e trabalhamos nela (na agroindústria). Hoje temos apenas um diarista que ajuda no corte da cana, uma a duas vezes por semana. E a cana-de-açúcar vem praticamente toda da nossa propriedade” ENTR.04. Percebeu-se que mesmo relatando que a matéria-prima é totalmente própria, quando necessário a agroindústria utiliza de cana-de-açúcar advinda de outros agricultores da vizinhança.

Por outro lado, a família entrevistada 02 trabalha hoje com mais 12 (doze) colaboradores, além dos quatro familiares proprietários que também trabalham na agroindústria. Destes existem parentes entre os colaboradores, porém eles têm carteira assinada com os mesmos direitos e deveres que os demais (precisam seguir todas as regras e horários). Esta mesma agroindústria trabalha com produção própria de matéria-prima, mas também conta com vários produtores parceiros ao qual compram a produção excedente.

O entrevistado 05 trabalha ele e mais três diaristas, que são contratados conforme tiver serviço naquele dia. A maioria da sua matéria prima vem de origem própria, mas possui cinco famílias de agricultores parceiros ao qual compra a matéria-prima. A agroindústria 03 trabalha com as quatro pessoas da família e mais dois diaristas, e além da produção própria conta com mais de 40 famílias parceiras. Já o ENTR.03 trabalha da mesma forma, mas apenas o casal trabalha (na agroindústria) da família, os filhos saíram de casa.

Todas as famílias proprietárias de agroindústrias observadas relatam que trabalham bastante, em média 45 horas por semana, mas que é preciso para se manter no negócio. Relatam também que sempre estão sobrecarregados, pois precisam gerir a produção na lavoura, gerir o processamento dentro da agroindústria os funcionários, a burocracia de se manter legalizado, atender bem todos os clientes, fazer as entregas, conversar com fornecedores de insumos e de matéria-prima, melhorar os processos internos, precificar os produtos, entre outros assuntos. Mas procuram organizar da melhor forma entre os membros da família, para que tudo aconteça dentro do esperado.

Perceba o relato do ENTR.04 “O cotidiano? É a semana inteira bem corrida e de trabalho, para atender bem os clientes e bastantes encomendas, sempre estamos

correndo". O que identificamos é que essa "correria" precisa ser feita de forma inteligente e organizada, e foi isto que fez estas agroindústrias se manterem ativas.

As cinco agroindústrias possuem entre 50 e 400 clientes cada uma. A maioria dos proprietários das AIFAs relata que não possui horário fixo para trabalhar, mas que em média são 10 horas de trabalho diárias. "Não é fácil, mas também não é tão difícil de trabalhar", descreve o entrevistado 4. Se referindo que mesmo sendo cansativo, o trabalho em agroindústrias familiares, em sua maioria, não é um trabalho extremamente debilitador, perigoso ou prejudicial à saúde, salvo alguns casos e evidentemente, acidentes podem acontecer.

Existem dois casos encontrados que aconteceram após a empresariazação dos empreendimentos. O primeiro caso relata que a família agora está trabalhando bem mais do que antes quando não estava legalizado, porque tem a pressão dos mercados em atender bem e fazer o possível para atender a todos. Mas esta AIFA não possui funcionários fixos. Já o outro caso, onde a agroindústria funciona com mais de dez colaboradores, os proprietários revelam que trabalhavam mais horas antes de legalizar, ao que agora, porque se trabalha mais com funcionários, respeitando a hora comercial. Outra agroindústria revela que mesmo trabalhando com diaristas, mesmo naqueles dias em que contrata os diaristas, os proprietários trabalham mais horas e nos serviços mais "pesados" do que os colaboradores.

O ENTR.03 reflete sobre o ritmo de trabalho e a relação com a saúde: "Muitas vezes o ritmo intenso da agroindústria já provocou alguns problemas de saúde (queimaduras, dores de coluna, outras dores...) geralmente precisamos pagar algumas consultas médicas devido ao ritmo intenso". Além de dores musculares como de coluna, o estresse pode causar problemas físicos e mentais aos proprietários de agroindústrias. Também houve relatos de que o trabalho em família contribuí para brigas familiares, mas que para o bem de todos são resolvidos da melhor maneira possível. "As brigas na família, até 2018, eram quase diárias, graças a Deus, neste ano fiz um treinamento em Curitiba que nos ajudou muito" ENTR.02. Estas questões revelam que há uma certa penosidade presente no trabalho diário dos proprietários de AIFAs que muitas vezes não é visualizada externamente.

Outro fator primordial para o sucesso das agroindústrias foram as experiências adquiridas. Foram os aprendizados do dia-a-dia, durante o trabalho de processamento, na relação comercial com os clientes e em todos os outros aspectos. "O enraizamento destas experiências em redes de relações interpessoais com ênfase

nas relações comerciais, no contexto social/histórico local/regional, também ficou evidente" (ALBARELLO, 2019, p. 152).

Para as famílias, que antes possuíam como atividade principal a produção de tabaco, milho e/ou suínos, foi muito 'diferente' trabalhar com sua agroindústria. Também declararam que houveram muitas dificuldades para legalização, não tinham conhecimento para fazer o registro da empresa e foram construir sem noção real das exigências sanitárias. "Foram custos enormes para se manter as exigências sanitárias, quase impossível se manter de tanta exigência" ENTR.04. Mas, tudo serviu como experiência para a família. "Melhorando os processos, consegui aumentar a produção/hora/pessoa" ENTR.05.

A questão financeira é outra que engloba muitas peculiaridades dentro das agroindústrias. Uma das famílias entrevistadas expõem que não separa dinheiro da agroindústria e do particular, pois uma coisa está ligada a outra, porque trabalham com sua própria mão-de-obra e com a produção de matéria-prima na lavoura. Além disso, boa parte do dinheiro é reinvestido na agroindústria com compra de equipamentos, reformas, manutenções, compra de veículos de transporte, entre outros. "A gente sempre tenta trabalhar com o dinheiro que a gente tem, tenta não pegar muito empréstimo para não passar por dificuldades futuras" ENTR.04.

As outras AIFAs também revelam que grande parte do que sobra é reinvestido na agroindústria para o crescimento da empresa. Mas também revelam que nem todos os produtos sempre geram lucro, muitas vezes vendem um produto com preço de custo para poder manter o cliente e o giro de capital. Além de acontecer de cair em golpes e clientes que não pagam conforme o combinado, o que gera grandes prejuízos para os empreendimentos, que são os maiores afetados nesses casos.

O entrevistado 02 menciona que o dinheiro da empresa é separado totalmente do particular desde que foi criado a empresa como CNPJ. Estes trabalham com um valor de pró-labore fixo para as quatro pessoas da família. Já o ENTR.03 informou que "Sim, graças a Deus!. Conseguimos nos manter financeiramente". Afirmando que a sua agroindústria está sendo capaz de gerar resultados positivos.

Quanto a contabilidade e administração das agroindústrias, em se tratando de agroindústria com venda e produção própria sem funcionário fixos, estas são feitas exclusivamente pela família proprietária. Normalmente uma pessoa é responsável por emitir as notas fiscais, outros fazem a parte de compras, custos e organização da produção. Algumas AIFAs revelam que na parte das notas fiscais, tinham assessoria

de pessoas da receita estadual e na administração obtiverem o suporte do Sebrae. Agora, as duas agroindústrias que possuem CNPJ contam com escritório de contabilidade terceirizado que cuida a parte legal de notas/taxas/funcionários.

3.4.3 Condições de vida encontradas

O que se observou das condições de vida das famílias proprietárias de agroindústrias foi que apresentam relativa boa saúde, boa relação com a comunidade e uma estabilidade financeira (na maioria dos casos). Apresentam bastante conhecimento tanto na parte prática que vivenciam no dia-a-dia, como de formação teórica de estudos e cursos. Em relação aos patrimônios que possuem, pode-se dizer que em todos os casos encontrados, todo o dinheiro fora investido em sua agroindústria, nos equipamentos, instalações e veículos. Sendo estes os únicos patrimônios financeiros destas famílias, mas que em comparação com a maioria dos vizinhos os eleva a um status de classe média-alta trabalhadora. Veja o relato do entrevistado 02:

> "A condição de vida é boa, porém de muitas horas de trabalho e num ritmo muito intenso. Tanto a família como os colaboradores precisam trabalhar rápido, o serviço tem que bem planejado, pois a margem de lucro é baixa" (ENTR.02).

O entrevistado 04 complementa: "atualmente a agroindústria significa muito para nós, porque é dali que a gente tá tirando toda nossa fonte de renda para ambas as duas famílias que residem em casa viverem." As famílias se consideram em uma condição boa de vida, porque a agroindústria hoje está dando uma boa renda, que as sustenta e torcem par que nos anos seguintes continue assim.

Já outra família, do entrevistado 05 está um pouco mais preocupado: "Estamos melhorando, mas muito devagar". Esta agroindústria busca aumentar sua lucratividade, para poder fazer obras estruturais necessárias na agroindústria. "Financeiramente a gente consegue se manter bem, a gente sabe a renda que cada um tem e tenta não gastar mais que isso e tenta reinvestir tudo na agroindústria, para melhorar equipamentos, tratores, carro de entrega" ENTR.03. Isto demonstra a preocupação dos empreendedores em sempre buscar melhorar a sua agroindústria.

Em relação aos estudos percebemos uma grande importância que as famílias donas das agroindústrias possuem. Todas as agroindústrias já fizeram cursos de 40 horas de boas práticas de fabricação de alimentos, além de participarem de diversos outros cursos de gestão, de precificação, de treinamento emocional, de associativismo, entre outros. Em uma das famílias a filha e o genro são formados como Técnicos em Agroindústria. Em outras três famílias, os filhos estão ou irão fazer nível superior (faculdade). Isto revela a preocupação destas famílias em sempre se manterem atualizadas com o mundo externo e de criar oportunidades para os filhos, sendo uma delas na própria sucessão da agroindústria.

“As novas instalações e a ampliação das atividades constituem um incentivo para a próxima geração permanecer no campo, devido aos investimentos realizados” (CARLOS, 2020, p.135). Há apenas um dos casos observados em que os filhos não estão trabalhando na agroindústria, onde se formaram em outras áreas e possuem outros empregos, para este casal está claro que a única forma de sucessão seria em alguns anos vender a agroindústria para outra família que tenha interesse no empreendimento.

Quanto ao sono, a maioria dos pesquisados revelou que dorme bem, com o dever comprido e ajudando muitas pessoas com o seu empreendimento. Mas relatam que evidentemente algumas vezes não conseguem dormir direito, por ocasião da correria do dia-a-dia, na preocupação de atender bem um cliente ou de alguma situação complicada que tivera que enfrentar naquele dia. Um dos membros de uma família observou que sua rotina de sono é bastante tumultuada por fazer muitas viagens a trabalho.

Referente aos lazeres, uma das respostas foi: ”Poderia melhorar, poderia ter mais tempo para isso” (ENTR.05), ou seja, estes percebem que deveriam ter mais tempo livre. Outra pessoa indaga sobre existirem poucos momentos de lazer, geralmente algumas viagens, visitas a familiares ou amigos, o que de certo modo já é bastante agregador. Já o ENTR.04 discursa que lazeres há muitas em sua comunidade, que ajudar na comunidade nos clubes sociais, esportivos e religiosos é gratificante e renovador.

O entrevistado 01 descreve que: “Quanto aos lazeres da família a gente se sente bem, da minha parte levo o trabalho na nossa agroindústria como um lazer”. Isto demonstra o amor e apreço que a pessoa tem com sua agroindústria, mas também demonstra preocupação, pois o trabalho não pode virar o lazer de uma pessoa, ela

não pode se focar integralmente no trabalho e deixar de lado outros lazeres, isto pode ser muito prejudicial à saúde.

Uma pessoa da agroindústria 03 revela que como o trabalho é em família muitas vezes os sonhos individuais não são respeitados ou mesmo são deixados de lado. Já as demais entrevistadas citam que os sonhos individuais são respeitados e buscados. Todos se sentem orgulhosos da agroindústria familiar que construíram e revelam que nunca pensaram em desistir.

O ENTR.02 proferir as seguintes palavras: “A nossa agroindústria significa uma fonte de renda e um sonho realizado”. Percebe-se com esta fala um sentimento de gratidão pela agroindústria existir e um sentimento de comprometimento para que o empreendimento funcione da melhor forma possível.

3.4.4 Relação com o território

Percebemos que as agroindústrias familiares possuem uma forte ligação com o território em que atuam, pois é dela que retiram a matéria-prima, a força de trabalho e grande parte dos insumos, e é neste território em que está sua principal praça de comercialização de seus produtos. Também as famílias quanto ao aspecto particular, possuem traços de pertencimento e historicidade com a localidade/comunidade em que vivem. Outrossim, os produtos das AIFAs resplandecem o saber e o sabor local, através de seus produtos, criando uma identidade cultural e alimentar.

Quatro das cinco agroindústrias possuem vários produtores parceiros dos quais compram toda a matéria-prima excedente. Perceba a fala do entrevistado 01:

> “Geralmente temos um acordo verbal com preços sempre combinados antes da entrega e tudo com nota fiscal (não compramos mais de produtor que não fornecem a nota). Combinamos com o produtor que dependemos de vendas assim o produtor fica no compromisso de fornecer matéria prima quando temos bastante vendas. (ENTR.01)”

Como relatado, esta agroindústria também comprava muita matéria-prima de agricultores da vizinhança sem nota fiscal, como a maioria das outras agroindústrias ainda faz, embora as vezes consiga emitir a nota. Mas esta questão perpassa por conhecimentos tributários, fiscais e legais. Mas possivelmente, se todas as compras fossem feitas com nota fiscal as agroindústrias poderiam reinvindicar mais direitos (pois recolheria mais impostos), mas ao mesmo tempo, segundo a legislação,

somente produtos próprios podem ser processados e comercializados na mesma CNAE de produção, caso contrário terá que abrir uma empresa com o CNAE de indústria de transformação.

As agroindústrias revelam que embora a demanda seja maior que a oferta, existe muita matéria-prima (aipim, cana-de-açúcar, pepino, carne) produzidos dentro da região e é por isso que existem as agroindústrias, pois há a produção da matéria-prima local e a demanda do produto processado na própria região. Estes relatam que possuem uma boa relação com todos os agricultores parceiros e também com os clientes.

Embora as agroindústrias locais tenham uma boa relação entre elas, e em muitos casos trocam informações sobre fornecedores de insumos, sobre normas de produção, sobre equipamentos, entre outros, as agroindústrias são consideradas concorrentes também, pois atuam em um mesmo mercado e disputam pelo preço, e muitas vezes agroindústrias não calculam o preço de custo de maneira correta o que gera prejuízos para os outros, pois precisam minimante se manter na média de preços.

Entretanto, um dos principais problemas relatados nas entrevistas foi que existem muitas agroindústrias clandestinas ou informais, que em sua maioria não tem os custos para a legalização, não possuem higiene em suas instalações, vendem produtos sem rótulos e produtos adulterados, mas disputam os mesmos clientes das agroindústrias dentro da lei.

Segundo o ENTR.02 “Cada agroindústria tem os seus custos, mas a gente tem que ficar na média de preço da concorrência, pois os clientes, mesmo buscando a qualidade, olham muito para o preço”. Isto significa que, apesar de serem produtos diferenciados em sabor e qualidade, as forças de mercado fazem com que o preço de venda dos produtos das agroindústrias familiares tenha que se manter na média de produtos similares, competindo até com produtos concorrentes de médias e grandes indústrias alimentícias de todo o país. Isto faz com que a margem de lucro seja pequena e o esforço do trabalho do dia-a-dia seja constante.

3.5 Demandas e implicações das agroindústrias

As agroindústrias familiares encontradas discursam bastante sobre as dificuldades que enfrentam no dia-a-dia e sobre suas necessidades, muitas destas implicações e demandas podem ser resolvidas pelo poder público-político, como

capital de giro e infraestrutura de estradas, energia elétrica e água, bastando um olhar especial sobre estes empreendimentos.

A família entrevistada 03 revela suas perspectivas de futuro:

> "Atualmente vamos tentar se manter na agroindústria, porque todo o dinheiro que investimos temos que tentar tirar primeiro, opções de outras atividades tem muitas, mas tentamos manter a agroindústria que já é uma tradição familiar por assim dizer. (ENTR.03)"

Percebemos que as famílias proprietárias de agroindústrias familiares as tratam como uma tradição familiar, pois a maioria já está na transição para a segunda geração a frente do negócio, a agroindústria se tornou um modo de vida da família. Como perspectivas citam manter a qualidade dos produtos, aumentar as vendas e aumentar a margem de lucro.

Uma das agroindústrias, que trabalha com todas as entradas e saídas de mercadoria com nota fiscal, cita que um dos grandes sonhos é a redução dos impostos, o que seria muito benéfico para sua agroindústria.

Outro ponto em que foi bastante citado é a oferta e demanda de insumos e matéria-prima. "Atualmente os seguidos aumentos de preços nas matérias primas e principalmente nos insumos, além da falta das mesmas, é o que nos preocupa bastante. (ENTR.02)". Embora esta questão atualmente tenha forte ligação com a pandemia que o mundo enfrenta os últimos dois anos.

As agroindústrias relatam que tem se dedicado na procura de novos fornecedores e agricultores parceiros, pois há escassez de certos produtos e também oscilações muito grandes de preços. Por ocasião disto, as revisões nos preços de venda dos próprios produtos são constantes, pois as agroindústrias citam que muitas vezes fazem os cálculos e percebem que estão comercializando abaixo do preço de custo, sem repassar os aumentos dos fornecedores.

As dúvidas tributárias, fiscais e trabalhistas são um grande problema, existe muita burocracia e uma emaranhado de leis que até para um especialista é complicado de entender na questão das agroindústrias, então imaginemos para leigos, como a maioria dos proprietários das agroindústrias. Comercializar pelo bloco de produtor é a maneira mais simples e com os menores impostos, mas esta forma limita a ter no máximo um funcionário e exige que a matéria-prima provenha totalmente da própria unidade de vivência e produção familiar (UVPF). Por isso, com o tempo, outras formas de organização se tornam necessários, como um

microempreendedor individual, uma microempresa ou uma empresa de pequeno porte. “A formalização traz tranquilidade, pois apesar dos altos custos é na minha visão a única maneira de crescer, porque é um caminho seguro (as outras maneiras são atalho.” (ENTR.04). A formalização é o ato de tornar os processos da agroindústria dentro das leis e normas vigentes, independente se o empreendimento ser de pessoa física ou pessoa jurídica, deve possuir todos os alvarás necessários para seu funcionamento.

As cinco agroindústrias observadas sempre se localizaram no mesmo local, dentro das propriedades onde, anteriormente a estes empreendimentos, trabalhavam apenas com uma produção primária. Ambos citam que a localização é benéfica, pois em suas proximidades há um bom número de famílias que produzem a matéria-prima necessária de cada AIFA. Percebe-se que todos possuem uma boa relação com vizinhos e com toda sua comunidade.

Os produtos se diferenciam pela qualidade. Já as agroindústrias se qualificam pelas boas relações com os clientes e pela pontualidade e agilidade na entrega dos produtos. “A empresa não foca nos preços e sim na satisfação total do cliente. A empresa pesquisa e produz os produtos que os clientes precisam (que tem demanda)” (ENTR.01). Percebeu-se que como são agroindústrias mais antigas, com boa jornada histórica, relatam muito a importância do produto de qualidade e de bom atendimento aos clientes.

As famílias entrevistadas demonstram muita preocupação em gerar um lucro em seu negócio, pois a partir daí consegue melhores condições de vida da própria família, mas também consegue investir em marketing, em conhecimento, em tecnologias, em estrutura física e nos seus funcionários. O entrevistado 03 relata problemas quanto a expansão de vendas:

> “Atualmente o aumento de produção tem a ver com a velocidade de expansão das vendas, quanto mais rápido conseguir melhor. Muitas redes grandes de supermercados pedem grandes bonificações para abrir cadastro de novos produtos. Para uma empresa de pequeno porte, isto é um alto risco, pois se o cliente desiste da compra depois, não tem como reaver o valor (as vezes em produtos). (ENTR.03)

Assim identificamos que o foco das agroindústrias é aumentar as vendas, pois não conseguem diminuir nem os custos fixos e tampouco os custos variáveis, para assim conseguir gerar mais renda. Essa renda se transforma em novos investimentos

para a AIFA. O entrevistado 02 reflete sobre o papel de sua agroindústria e da sua vida perante a sociedade:

> "O que me faz querer trabalhar na agroindústria hoje é ajudar outras pessoas. Não existe satisfação maior do que ver um cliente satisfeito ou um fornecedor/parceiro sorrindo com a transferência do valor referente da sua matéria prima. Melhor ainda, ver todos os dias pela manhã o sorriso no rosto de cada um dos colaboradores/colegas. Financeiramente me permitiu algumas conquistas, sou muito grato por isso, porém apenas isso não me motiva a continuar (se estivesse numa empresa privada estaria ganhando no mínimo o dobro pelas funções aqui dentro). Vejo que a melhor parte do crescimento ainda está por vir pois existem projetos em andamento." (ENTR.02).

A família da agroindústria 02 demonstra a gratidão de poder trabalhar e de ter um negócio próprio, que promove a circulação, além de bens (alimentos) e dinheiro, de amizades, satisfação e alegrias. Também observa que se exercessem os mesmos cargos e funções dentro de uma empresa de maior porte, ganharia pelo menos o dobro de salário. Ou seja, não são partes da agroindústria pela questão financeira, mas pela construção de uma marca e um empreendimento e de um circuito regional de vivência e de trocas de conhecimentos, de capital e de sentimentos.

Entretanto, sobre as demandas, as agroindústrias necessitam de melhorias infraestrutura local. Boa parte das agroindústrias mencionam que a estrutura que mais faz falta é a estrada asfaltada até a agroindústria. Uma estrada de boa qualidade seria benéfica para centenas de pessoas que são clientes ou fornecedores, pois um dos custos principais é a manutenção dos veículos de entrega, além do próprio combustível.

Duas agroindústrias demonstraram que necessitam de luz trifásica, ambos estão com os projetos em tramitação na concessionária de energia por diversos anos. A luz trifásica é necessária para utilização de mais equipamentos na agroindústria, como câmaras-frias, caldeira, entre outros. "A principal dificuldade para gente hoje é conseguir a luz trifásica para conseguir aumentar a produção, estamos no limite de produção com a luz bifásica" (ENTR.04).

Outro caso, relata que mesmo possuindo a luz trifásica, o alto preço da energia elétrica e projeta que planeja investir em energia "infinita", a fotovoltaica. Já em outra agroindústria, um grande problema é a água: "Temos no verão o problema da falta de água, o custo de um poço artesiano particular é de 40 mil reais, então estamos

buscando ajuda da Emater e da prefeitura". Água é um item essencial para o funcionamento de uma agroindústria.

Por fim, para encerrar este capítulo de análise de dados, cabe lembrar que convém fazer um resumo das ideias principais apresentadas pelos entrevistados. Com base nos diversos autores já citados, os principais itens revelados nos conteúdos das falas dos entrevistados foram:

a) Quanto ao cotidiano nas agroindústrias e o modelo de agroindustrialização: todas as agroindústrias: iniciaram com o casal; a agroindústria está relacionada com o saber da família, tendo forte relação com a sobrevivência da família; o sustentáculo da agroindústria está relacionado com a sobrevivência do grupo familiar; tanto a família como o empreendimento são influenciados pela comunidade e por isso, buscam respeitar o meio ambiente; a maioria dos entrevistados revelou que possui um cronograma e uma estruturação para atender a produção, possuindo esperança positiva em dias melhores, reforçando as características do modelo de agroindustrialização adotado pelos entrevistados.
b) Quanto às experiências vividas: os entrevistados tentam não adquirir empréstimos para não passar por dificuldades financeiras, entretanto muitas vezes é necessário para manter a agroindústria tecnologicamente atualizada e produtiva. Sempre buscam produzir da melhor forma e primam pela qualidade; além disso, no conteúdo das falas é possível perceber que na maioria dos casos não há separação real entre o dinheiro pessoal, o dinheiro destinado à lavoura e o dinheiro destinado à agroindústria, pois ambas fazem parte de um conjunto interligado de vivência.
c) Condições de vida: nos relatos dos entrevistados ficou explicito que é da agroindústria que estes estão retirando a principal, e por vezes a única, fonte de renda. Todos revelaram que gostariam que estivesse sobrando mais dinheiro para investir, revelando a dimensão econômica; além de estarem empregados na atividade, sendo uma oportunidade de emprego, revelando a dimensão social; apresentando uma preocupação com a manutenção dos recursos naturais utilização correta desses, revelando a forma tratam a dimensão ambiental; estabelecendo uma relação com o saber fazer e a cultura da família para confeccionar os produtos agroindustrializados, revelando a dimensão cultural; participando da sociedade e respeitando os

direitos de todos, apesar das dificuldades encontradas, como o pagamento dos impostos, a concorrência, o comprometimento com o trabalho (carga horária), a busca de melhorias constantes nos processos internos de fabricação e de comercialização, e o risco de fazer funcionar um empreendimento de forma produtiva e lucrativa, buscam contribuir ativamente com a comunidade a qual pertencem como cidadãos, revelando a dimensão política.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em decorrência da pesquisa teórica relevou-se necessário e de suma importância definir com maior clareza o objeto de pesquisa, que são as agroindústrias familiares alimentícias (AIFAs). Embora todos os termos abrangem a agroindustrialização de caráter familiar e sejam focados em um público-alvo semelhante, cada definição se limita de uma maneira diferenciada.

Vejamos alguns exemplos, o Censo Agropecuário de 2017 encontrou 140.462 estabelecimentos com agroindústrias rurais no Rio Grande do Sul, destes 121.694 declarados da agricultura familiar. Este termo abrange todos os tipos de processamentos de alimentos realizados por agricultores no meio rural, por isso seu número é tão expressivo. Já o Programa Estadual de Agroindústria Familiar identifica apenas 1.523 agroindústrias como registradas ou em processo. O PEAF utiliza de estabelecimentos assistidos pelo programa estadual, com estrutura física individual, que em sua maioria são ou iniciaram como de micro porte, mas que podem ser tanto localizados em área urbana, quanto rural, desde que utilizem de matéria-prima da agricultura familiar e que se mantém dentro das normas do programa. Agora, para um arranjo produtivo local (APL) a definição de agroindústria familiar poderá ser qualquer empresa que processe produtos da agricultura familiar. Teóricos como Prezotto, Wesz Junior, Pellegrini e Gazolla, entre outros, utilizam outros termos que podem nos confundir ainda, como: agroindústria rural de pequeno porte – ARPP, agroindústria familiar rural – AFR e pequena agroindústria.

Assim, torna-se necessário criar uma definição delimitadora, como foi realizado ao decorrer deste trabalho, para que a pesquisa seja consistente e que se conheça a abrangência dos sujeitos aos quais se está trabalhando.

A indefinição do conceito de agroindústria nos termos teóricos gera grande prejuízos ás pesquisas, ás políticas públicas de incentivo e aos próprios proprietários de agroindústrias, que muitas vezes não sabem o que fazer na questão tributária, fiscal e previdenciária, pois a própria legislação não conhece a figura do proprietário de agroindústria familiar. Isto foi percebido nas próprias pesquisas empíricas.

Embora na classificação nacional de atividades econômicas (CNAE) o processamento na unidade de produção agrícola pode se classificar no mesmo código da atividade da produção quando é oriunda de produtos agrícolas ou pecuários provenientes de produção própria, percebo como necessário uma separação daquilo

que é cultivo da terra, do que o que é processamento de alimentos para fins comerciais. Podem existir imbróglios jurídicos e previdenciários, mas ao nosso olhar, mesmo sendo uma mesma unidade familiar, deveria separar fiscalmente produção agrícola e processamento de alimentos. Pois, como pesquisado, a “indústria de transformação” possui outra classificação de atividade econômica.

Desta maneira, caso uma mesma unidade de produção cultive e processe todo o produto, poderá “vender” (transferir) sua produção agrícola para seu próprio empreendimento. Percebemos também, nas entrevistas, que grande parte das AIFAs trabalha com agricultores parceiros, ou seja, dezenas de famílias de agricultores vizinhos ou da região que produzem matéria-prima para que a agroindústria compre e faça o processamento do produto.

Acreditamos que, em tempos próximos, todas as agroindústrias familiares precisem possuir um CNPJ (uma empresa), podendo iniciar com uma MEI (Microempresário Individual) de faturamento de até R$ 81.000,00 anuais, ou também já como uma microempresa ou empresa de pequeno porte. Esta padronização das AIFAs facilitaria o incremento das políticas públicas para o setor, além de gerar maior clareza para incentivos na questão de impostos e de exigências sanitárias, que como veremos, causam custos enormes para as famílias proprietárias de agroindústrias familiares.

Temos conhecimento que existem milhares de agroindústrias informais, que não querem se formalizar, justamente pela questão dos problemas previdenciários, tributários e fiscais que isto gera, além da dificuldade das exigências sanitárias hoje impostas, mas em um mundo ideal todas as transações econômicas necessitam estar dentro da lei. Não queremos, com esta discussão, acabar com a informalidade, mas tentar criar condições para que a informalidade não seja necessária.

Sabemos que muitas famílias de agricultores processam alimentos de forma caseira, que eventualmente vendem para seus vizinhos ou até mesmo em feiras em pequena quantidade de forma mais recorrente; estas sim, sendo fundamentais para a diversidade e a sustentabilidade no meio rural, poderiam comercializar na condição de agricultor e sem cumprir todas as necessidades sanitárias e legais de uma agroindústria, e sim na condição de um processamento caseiro.

Por fim, após as diversas pesquisas e a análise empírica, vamos conceituar de forma sucinta uma AIFA (Agroindústria Familiar Alimentícia): é o empreendimento de micro ou pequeno porte de processamento de produtos da agricultura familiar afim de

gerar alimentos pouco processados tradicionais da sua região. Não há problemas em usar apenas o termo ‘agroindústria familiar’, o termo ‘alimentícia’ serve apenas para fins didáticos.

A existência de agroindústrias familiares alimentícias, dezenas de milhares em todo o país, se mostra de suma importância para o desenvolvimento de cada região do Brasil, pois além de agregar renda ao produto primário, participam de uma economia local, com matérias-primas, insumos, mão-de-obra e comercialização dentro da própria região. Os sujeitos, que decidem empreender e apostar na ideia de uma agroindústria familiar, carregam consigo a história familiar e da comunidade, formando produtos únicos, mas também carregam muito esforço, trabalho e a busca de conhecimentos que não possuíam antes.

Esta pesquisa visou analisar as experiências vividas, o cotidiano e as condições de vida em agroindústrias familiares da região de Santa Cruz do Sul/RS, afim de, através de uma análise profunda, qualitativa e fenomenológica, em uma pequena amostra de um recorte geográfico específico, contribuir para o estudo das AIFAs no país inteiro. Os objetivos específicos de investigar o cotidiano em agroindústrias familiares, compreender como experiências vividas dos proprietários de agroindústrias familiares modificaram suas condições de vida e compreender a relação entre agroindústrias familiares e o território foram atendidos.

Todas as agroindústrias pesquisadas possuíam questões a melhorar, mas ao se manter ativas por mais de 10 anos de história possuíam muito a contribuir com suas experiências vividas. Foi percebido um esforço enorme pelos sujeitos para manter funcionando os empreendimentos, tanto em carga de trabalho, de estresse e de ceder recursos financeiros. Embora todos relatassem cargas horárias de 60 horas semanais, ninguém se sentia cansado, mas sim orgulhoso de seu empreendimento.

Quanto aos benefícios, foram encontradas fortes ligações afetivas e de comprometimento com a comunidade e entre a própria família, a busca constante de inovações/conhecimento por parte dos integrantes da família e uma acumulação de bens de baixa para mediana, mas que é fundamental para a sustentação de tais empreendimentos.

No entanto, se encontrou muitos problemas que as agroindústrias enfrentam, como altos custos de legalização/formalização, baixa rentabilidade (taxa de lucro, devido aos altos custos da matéria-prima, de insumos e da mão-de-obra), falta de segurança quanto a legislação (quando é de pessoa física não pode comprar matéria-

prima de vizinhos, dúvidas quanto aos impostos, quando vira empresa tem impostos absurdamente altos) e necessidades de melhorias de infraestrutura nas regiões.

Sob o olhar dos próprios proprietários de agroindústrias familiares alimentícias, conseguiu-se sentir um pouco daquilo que sentem no seu dia-a-dia, além de ampliar a visão nas oportunidades que estes tipos de empreendimentos geram nas regiões em que atuam e também captar as dificuldades e as necessidades para que estes, que são fundamentais nas economias de cada região, resistam funcionando.

Foi percebido uma busca constante de conhecimento, de estudos, de se atualizar, de se manter no mercado, de atender as normas sanitárias, por parte dos proprietários das agroindústrias. Alguns dos filhos dos entrevistados possuíam inclusive nível superior, enquanto os pais nem concluíram o ensino fundamental na infância, e mesmo assim, a grande maioria dos filhos permanece trabalhando junto as AIFAs e alguns já assumiram a sucessão do empreendimento da família.

A agroindústria familiar mescla muitos conceitos, como: agricultura familiar, indústria alimentícia em uma estrutura de micro ou pequeno porte, empreendedorismo e saber local. Tudo isso através de muito trabalho, dedicação, esforço e aprendizado, afim de criar produtos de qualidade e com geração de uma economia local; sempre se preocupando com seus clientes.

Quando perguntados sobre o que faz a pessoa manter a atividades da sua agroindústria, a resposta clara e única foi que apostaram nessa atividade e dela tiram o sustento. Ou seja, as agroindústrias que possuem mais de 10 anos de história sentem se orgulhosos de tudo que já fizeram e pretendem continuar por muitos e muitos anos o seu empreendimento.

Este trabalho consistiu em uma abordagem qualitativa das agroindústrias familiares, analisando as peculiaridades e a percepção de cada família sobre suas condições de vida e das experiências que vivenciaram e que podem agregar para que as políticas públicas sejam mais assertivas em suas ações. Este trabalho contribuiu para a questão social e acadêmica por trazer uma inovação ao analisar o cotidiano em agroindústrias familiares, realizando uma análise microssocial.

Pode-se futuramente procurar identificar outras agroindústrias, inclusive as que tem menos de dez anos de funcionamento, para analisar a situação e percepção destas famílias. Também poderá se realizar uma pesquisa quantitativa em toda uma região, estado ou país, onde a partir do termo agroindústria familiar alimentícia, aqui definido, se poderá identificar a quantidade numérica de agroindústrias existentes, o

número de pessoas empregadas, a receita total, o quanto é comercializado via pessoa física, via pessoa jurídica ou informalmente (sem nota fiscal), além de verificar se as demandas e necessidades identificadas neste trabalho são realmente reflexo de todo o ramo das agroindústrias familiares no país.

Como já citado as maiores dificuldades citadas pelos proprietários de agroindústrias são os altos impostos e taxas, como hora de renovação de alvarás, e a taxa de mark-up (taxa de lucro) baixa. Isto também se deve a muita concorrência, onde muitas agroindústrias familiares competem entre si, e ao mesmo competem contra grandes indústrias alimentícias, necessitando comercializar seus produtos de acordo também com a concorrência, e não apenas com seus custos. São reinvindicações dos sujeitos pesquisados possuir linhas de crédito para capital de giro (pois necessitam pagar dívidas ou melhorar a estrutura física), além de estradas de acesso as agroindústrias melhores e com asfalto, além de luz trifásica e um poço artesiano para acesso a água abundante.

A experiência nos mostrou que o empreendedorismo é para pessoas persistentes, que aceitaram fazer as mudanças necessárias, que aceitaram os riscos, que conseguiram colocar em prática o que aprendem com o tempo e que nunca desistiram.

A contribuição de cada família, que decidiu empreender e apostar em agroindústria familiar, para a sua região é incalculável e de suma importância para o meio em que atuam. Criam-se fluxos dentro das regiões, o que as torna mais sustentáveis e menos dependentes do ambiente externo, embora na atualidade esta dependência do mundo seja irreversível.

REFERÊNCIAS

ALBARELLO, E. P. *A força dos laços na dinamização do território: estudo das agroindústrias familiares na região do Codemau-RS.* 184 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2019.

AFUBRA - ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL. *Plano de Desenvolvimento Arranjo Produtivo Local Agroindústrias Familiares Vale do Rio Pardo.* Santa Cruz do Sul: Entidade Gestora do APL: Ed. AFUBRA, 2013.

APLVRP. *APL de Agroindústria e Alimentos da Agricultura Familiar do VRP.* 20 de out. de 2018 <http://www.aplvrp.com.br/>

APLVRP. *Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) do APL Agroindústria e Alimentos da Agricultura Familiar do Vale do Rio Pardo.* Santa Cruz do Sul: Ed. América, 2016.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. *Lei nº 13.921, de 17 de janeiro de 2012 (atualizada até a Lei n.º 14.880, de 17 de junho de 2016)*. Estado do Rio Grande do Sul 2012: p. 01.

ANES, C. E. R*. Pensamento instrumental e substantivo da dinâmica produtiva das agroindústrias familiares na região das Missões - RS* / Carlos Eduardo Ruschel Anes. 207 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2017.

AZEVEDO, E. As Relações entre Qualidade de Vida e Agricultura Familiar Orgânica: da Articulação de Conceitos a um Estudo Exploratório. Dissertação de Mestrado em Agroecossistemas. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

BASSO, D.; TRENNEPOHL, D. *Planejamento Estratégico de Arranjos Produtivos Locais: Plano de Desenvolvimento do APL Agroindústria Familiar da Região Celeiro 2014-2020*. Org. David Basso, Dilson Trennepohl. Coleção Gestão e Desenvolvimento. Ijuí: Ed. Unijuí, 344 págs, 2014.

BASTIAN, L.; WAQUIL, P. D.; AMIN, M. C.; GAZOLLA, M. *Agroindústrias Rurais Familiares e Não Familiares: Uma Análise Comparativa.* REDES, Santa Cruz do Sul, v.19, nº 3, p. 51 - 73, set./dez. de 2014.DOI:10.17058/redes.v19i3.2679.

BIANCHINI, G. N.; AREND, S. C.; KARNOPP, E. *A Política Estadual de Apoio as Agroindústrias Familiares de Pequeno Porte de Processamento Artesanal na Região da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS*. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, [s. l.], v. 13, n. 2, 2017. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/3001>. Acesso em: 16 maio. 2021.

BOISIER, S. *Post-scriptum sobre desenvolvimento regional: modelos reais e modelos mentais.* Planejamento e políticas públicas, n. 19, p. 307-343, jun.,1999.

BRASIL. *Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006*. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, v. 1, n. 141, p. 1, 25 jul. 2006. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 21 dez. 2021.

BRASIL[2]. *Programa de Agroindústria Familiar*. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. Consulta em: 02 set. 2021. Disponível em: < https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agroindustria-familiar>.

CAVALCANTI, C. *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas.* Ed. (Org.). Vol. 3ª ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2001.

CARLOS, A. JR. *Agroindústrias Familiares Rurais: A Percepção dos Atores no Processo de Sucessão Intergeracional.* 172 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2020.

CARMÉLIO, E.; SILVA, J. B; PREZOTTO, L. L. *A Agroindustrialização da Produção da Agricultura Familiar Sabor de Brasil - Edição 2003/2006 Documento Referencial.* Brasília, jun. de 2004.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CHAYANOV, A. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas, in: SILVA. J. G. da & STOLKE, V., (orgs), A questão Agrária, São Paulo: Brasiliense, 1981.

COCCO, G.; URANI, A; GALVÃO, A. P. *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália.* Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 1999.

CORRÊA, R. L. *Região e organização espacial.* 7. ed. São Paulo: Ática, 2000. 93 p. (Série Princípios; 53) ISBN 85-08-01962-9

DORNELLES, M. *Dinâmicas territoriais na região de Santa Cruz do Sul – RS.* VII Seminário Internacional de Desenvolvimento Regional: Globalização em Tempos de Regionalização – Repercussões no Território – Universidade de Santa Cruz do Sul: Santa Cruz do Sul/RS, 9-11 de set. de 2015.

DUARTE, A. S. *Qualidade de Vida: Percepção e Satisfação em Viver as Condições Disponíveis.* Universidade Federal De Santa Catarina: Florianópolis, abr. de 2012.

EMATER. *Agroindústria Familiar*. EMATER/RS-ASCAR. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/area-tecnica/agregacao-de-valor/agroindustria-familiar.php#.YK0BTqhKjIU>. Acesso em: 25 maio. 2021.

ETGES, V. E.; DEGRANDI, J. O. *Desenvolvimento regional: a diversidade regional como potencialidade.* Revista Brasileira De Desenvolvimento Regional, PPGDR- Universidade Regional de Blumenau: Blumenau, p. 85-94, out. de 2013. ISSN 2317-5443, DOI: 10.7867/2317-5443.2013V1N1P085-094.

ETGES, V. E.; KARNOPP, E. *A agroindústria familiar no contexto do sistema agrário colonial no Sul do Brasil.* Redes, [s. l.], v. 25, n. 1, p. 268–283, 2020. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/14255/pdf>. Acesso em: 17 maio. 2021.

FEE - FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *Perfil Socioeconômico. Rio Grande do Sul:* 27 de outubro de 2021. <https://dados.fee.tche.br/>.

FLECK, M.; LOUZADA, S.; XAVIER, M.; CHACHAMOVICH, E.; VIEIRA, G.; SANTOS, L; PINZON, V. *Aplicação da versão em português do instrumento abreviado de avaliação da qualidade de vida "WHOQOL-bref".* Revista de Saúde Pública. Universidade de São Paulo - Faculdade de Saúde Pública: São Paulo. Vol. 34, Nº 2, P.178-183, abr. de 2000.

FREITAS, T. D., RAMBO, A. G.; SCHNEIDER, S. *Meios de Vida e Produção de Tabaco: Uma Análise das Condições de Vida na Perspectiva do Desenvolvimento Humano.* Blumenau: Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, ed.4, p.247-273, 2016. Disponível em: < https://proxy.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/5101/pdf>

GOMES, K. B.; GOMES, M. C.; FERNANDES, L. O. *Perspectiva orientada ao ator na análise da capacidade instalada dos empreendimentos agroindustriais no município de São Lourenço do Sul/RS-Brasil.* 10 de out. de 2018 <http://periodicos.uff.br/pca/article/view/11348>

GONÇALVES, C. W. P. *O Desafio Ambiental.* Ed. Emir Sader. 4ª. Vol. Os porquês da desordem mundial: mestres explicam a globalização. Rio de Janeiro: Record, 2013.

GONÇALVES, M. S.; SANTOS, L. B. *Sistema de Gestão Ambiental (SGA): uma proposta de implantação em um mercadinho de bairro.* XI Congresso Nacional em Excelência da Gestão. 13 de ago. de 2015: p.18.

GOUVÊA, J. B.; ICHIKAWA, E. Y. *Alienação e Resistência: um Estudo Sobre o Cotidiano Cooperativo em uma Feira de Pequenos Produtores do Oeste do Paraná.* Vitória/ES: Ver. Gestão&Conexões, v.4, n.1, p.68-90, jan./jun. de 2015.

GUIA SOCIOECONOMICO VRP. *Guia Socioeconômico do Vale do Rio Pardo e Centro-Serra.* Santa Cruz do Sul, RS: Ed. Gazeta, 2019.

KARNOPP, E.; VOGT, O. P.; BERNARDY, R. J.; ETGES, V. E. *Agroindústrias Familiares no Sul do Brasil: O Território na Perspectiva do Desenvolvimento.* Revista de Desenvolvimento Econômico (RDE) - Ano XVIII – V. 2 - N. 34: Salvador/BA, ago. de 2016, p. 666 – 684. DOI: http://dx.doi.org/10.21452/rde.v2i34.4262.

KARNOPP, E.; DOEGE, F.; DA SILVA, J. V. L.; UMANN, V. A. K. *Formalidade x informalidade: análise sobre as dinâmicas das agroindústrias familiares do Vale do Rio Pardo (RS/Brasil).* COLÓQUIO - Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat - Taquara/RS - v. 16, n. 1, jan./jun. 2019, p.55-81.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021a). *Censo Agropecuário 2017. SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática: Tabela 6960: Agroindústria Rural nos Estabelecimentos*. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6960#resultado>. Acesso em: 17 maio 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021b). *Censo Agropecuário 2006.Tabela 1278: Agroindústria rural nos estabelecimentos agropecuários, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar - FAO.* Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1278#notas-tabela>. Acesso em: 17 maio 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021c*). CONCLA – Comissão Nacional de Classificação, CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas.* Disponível em: https://cnae.ibge.gov.br/?view=divisao &tipo=cnae&%20versao=9&divisao=01>. Acesso em: 17 maio 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021d). *Site do IBGE.* Disponível em: < https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 12 ago. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016). *Demografia das empresas: 2014 / IBGE*. Coordenação de Metodologia das Estatísticas de Empresas, Cadastros e Classificações. Rio de Janeiro: IBGE, 2016

LENCIONE, Sandra. *Região e geografia: A noção e região no pensamento geográfico.* In:CARLOS, Ana Fani A. (Org.). Novos caminhos da geografia. São Paulo: Contexto, 1999. p.187-204. ISBN 85-7244-106-9.

MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Brasil: 70% dos alimentos que vão à mesa dos brasileiros são da agricultura familiar*. Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário atualmente extinto), redação de 02 de out. 2017. Disponível em: < https://www.sna.agr.br/brasil-70-dos-alimentos-que-vao-a-mesa-dos-brasileiros-sao-da-agricultura-familiar/> Acesso em: 17 dez. 2021.

MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. *Qualidade de Vida e saúde: um debate necessário.* Ciência & Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v. 5, n.1, 2000, p. 7-18.

MIOR, L. C. *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural.* Chapecó: SC, Editora Argos, 338 p., 2005.

MOREIRA, D. A. *O método fenomenológico na pesquisa*. São Paulo: Pioneira Thompson, 2002.

NETO, J. P.; CARVALHO, M. C. B. *Cotidiano: conhecimento e crítica.* 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

OBSERVADR. *Banco de Dados Regional do Vale do Rio Pardo (Unisc)*. Disponível em:<http://observadr.org.br/portal/banco-de-dados-regionais/vale-do-rio-pardo> Acesso em: 10 maio 2019.

OLIVEIRA, C. W. (Org). *Arranjos produtivos locais e desenvolvimento.* RJ: IPEA, 2017.

PELEGRINI, G.; GAZOLLA, M. *A agroindustrialização da produção como estratégia de reprodução social da agricultura familiar.* In.: Cadernos do Ceam/Estudos Rurais III / Flávio Borges Botelho Filho (organizador) Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Agrários v. 8. n. 32, 2008.

PETRY, H. A.; SILVEIRA, R. L. L. *Plano estratégico de desenvolvimento regional do Vale do Rio Pardo (2015-2030).* Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 2017.

PREZOTTO, L. L. *Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte*. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, n.31, p.133-154, abr. 2002. Disponível em:<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/viewFile/25195/22152>. Acesso em: 30 ago. 2019.

PREZOTTO, L. L. *Experiência da rede Agreco de agroindústrias da agricultura familiar.* Programa de Agroindustrialização da Produção da Agricultura Familiar. Ministério do Desenvolvimento Agrário: Brasília, set. 2010.

PREZOTTO, L. L. *Agroindústria da Agricultura Familiar Regularização e Acesso ao Mercado.* Brasília, DF: CONTAG, 1ª ed. 2016. <http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_1879374735_13122016174616.pdf>

PREZOTTO, L.L. *Qualidade ampla: referência para a pequena agroindústria rural inserida numa proposta de desenvolvimento regional descentralizado*. 2008. Disponível em:<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Qualidade_Ampla_e_desenvolvimento_Regional.doc>

RIO GRANDE DO SUL. *Questões tributárias da agroindústria familiar: cartilha tributária / Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo.* Porto Alegre: Emater/RS-Ascar, 2018, p.1-45.

ROSSATO, M. V., et al. *Diagnóstico ambiental das atividades agroindustriais de Santa Maria - RS.* Revista de Administração e Negócios da Amazônia, v.6, n.1 jan./abr. de 2014: p.15.

RURALTINS – Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins. *Agroindústria.* < https://ruraltins.to.gov.br/agroindustria/> Acesso em 03 set. 2019

SANTOS, A. R. dos. *Metodologia cientifica: a construção do conhecimento.* Vol. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2000.

SANTOS, G. R. dos; SANTANA, A. S. *Agricultura e Agroindústria Rural na Região Sudeste Segundo Dados do Censo Agropecuário de 2017.* IPEA. Boletim regional, urbano e ambiental, ed. 23 - Edição Especial Agricultura. 2020. Disponível em:<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10483/1/brua_23_artigo9.pdf>

SANTOS, M. *Por Uma Outra Globalização (do pensamento único à consciência universal).* Rio de Janeiro: Record, 2006.

SCHLEMPER, A.L.; MARINI, M.J.; BERNARTT, M.L. *Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento Regional: Diagnóstico dos APLs da Região Sudoeste do Paraná.* Revista Redes (St. Cruz Sul, Online), v. 21, nº 1, p. 36 - 55, jan./abr.2016

SDR (Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo). *Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF). Estado do Rio Grande do Sul.* <https://www.sdr.rs.gov.br/programa-estadual-de-agricultura-familiar> Acesso em: 28 maio 2019.

SCHLEMPER, A. L.; MARINI, M.J.; BERNARTT, M.L. *Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento Regional: Diagnóstico Dos Apls Da Região Sudoeste Do Paraná.* Revista Redes (St. Cruz Sul, Online), v. 21, nº 1, p. 36 - 55, jan./abr. de 2016.

SEBRAE. *Gestão: Desafio para o Crescimento da sua Agroindústria*. Agroindústria. Escrito por Fabiano Nichele. Atualizado em: 29 nov.17. Disponível em: < https://sebraers.com.br/agroindustria-peq/desafio-para-o-crescimento-da-sua-agroindustria/>.

SERPA, A. *Por uma Geografia dos Espaços Vividos: Geografia e Fenomenologia*. São Paulo: contexto, 2019. 128p.

SILVA, J. B; PREZOTTO, L. L. *A Agroindustrialização da Produção da Agricultura Familiar Documento Referencial Edição 2007/2010.* Brasília, nov. 2007.

SILVA, J. B; PREZOTTO, L. L. *A Agroindustrialização da Produção da Agricultura Familiar 2007/2010.* Ministério do Desenvolvimento Agrário - Secretaria da Agricultura Familiar. Brasília, abr. 2008. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/arquivos/agroindustria/Cartilha%20do%20Programa.pdf>

SILVA, L. A. G. C. *Agroindustrialização na Agricultura Familiar – Nota técnica.* Consultoria Legislativa: Brasília – DF, set. de 2012 < https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/areas-da-conle/tema2/2012_16756.pdf >

SILVEIRA, M. L. *Região e globalização: pensando um esquema de análise.* REDES, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, jan./abr. 2010, p. 74-88. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/1360>.

SILVEIRA, R. L. L.; DORNELLES, M.; FERRARI, S. *Expansão da cultura do tabaco no sul do Brasil (1996-2006): características, mudanças e persistências na produção de tabaco e nos usos do território.* Em Biblio3W: Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, v. 17, n. 987, 05 ago. 2012. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/b3w-987.htm>.

SULZBACHER, A. W.; NEUMANN, P. S. *O Social e suas Dimensões em Agroindústrias Familiares Rurais.* Revista Extensão Rural, DEAER – CCR – UFSM, Santa Maria, v.21, n.3, jul./set. 2014, p. 93-120.

UOL. *Empreendedorismo: de cada dez empresas, seis fecham antes de completar 5 anos, aponta IBGE*. Site UOL Economia: São Paulo, 14 set. 2019. <https://economia.uol.com.br/empreendedorismo/noticias/redacao/2016/09/14/de-cada-dez-empresas-seis-fecham-antes-de-completar-5-anos-aponta-ibge.htm>.

VANCLAY, F. *Conceptualising social impacts*. Environmental Impact Assessment Review, v. 22, p. 183-211, 2002. Disponível em: <www.elsevier.com/locate/eiar>. Acesso em: 28 dez. 2019.

WEBER, J. M. *Dinâmicas informais das agroindústrias familiares no território: o caso do município de Santa Cruz do Sul – RS/Brasil*. Dissertação para o mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), 2020, p.1-131.

WESZ JUNIOR, V. J. *O perfil e a configuração estrutural das propriedades com agroindústrias familiares em nove municípios no noroeste gaúcho*. Monografia (Curso de Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, São Luiz Gonzaga, 2006.

WESZ JUNIOR, V. J. *O Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar no Brasil: Uma Análise a partir do Approche Séquentielle.* SOBER-Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural: Campo Grande, 25-28 jul. 2009. <http://www.sober.org.br/palestra/15/453.pdf>.

WESZ JUNIOR, V. J. *Política pública de agroindustrialização na agricultura familiar: uma análise do Pronaf-Agroindústria*. Revista de Economia e Sociologia Rural vol.48 no.4: Brasília; out./dez. 2010, p.567-596. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid= S0103-20032010000400004& script=sci_arttext&tlng=es#nt02>.

WESZ JUNIOR, V. J; TRENTIN, I. C. L; FILIPPI, E. E. *Os reflexos das agroindústrias familiares para o desenvolvimento das áreas rurais no Sul do Brasil.* Cuadernos de Desarrollo Rural - Pontificia Universidad Javeriana: Bogóta - Colombia, vol. 6, núm. 63, p. 59-85, jul./dez. 2009. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/117/11712705004.pdf >.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro de Entrevista

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL / UNISC – ROTEIRO DE ENTREVISTA	
TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: EXPERIÊNCIAS VIVIDAS, COTIDIANO E CONDIÇÕES DE VIDA EM AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES ALIMENTÍCIAS – UMA ANÁLISE A PARTIR DA REGIÃO DE SANTA CRUZ DO SUL/RS – BRASIL	
Nome da agroindústria familiar (nome fantasia):	
Vendem como empresa (MEI, ME ou EPP) ou com bloco de produtor ou dois deles?	
Data da entrevista:	
Localidade/Município:	
Primeiro nome do(s) entrevistado(s):	
PERGUNTAS DE AMORTECIMENTO E DE PERCEPÇÃO	O que produz atualmente na agroindústria? Quanto por ano em kgs (média por ano dos últimos 5 anos?
	Anos em que obteve a primeira venda? Ano da primeira estrutura? Ano do primeiro registro de órgão de fiscalização sanitária? Por quê iniciou o empreendimento?
	O que significa a agroindústria para vocês?
	Quais as principais dificuldades que possuem atualmente?
	Qual é o objetivo atual da sua agroindústria? Conte mais.
CONDIÇÕES DE VIDA	Como descrevem as condições atuais de vida da família com a agroindústria?
	Quanto aos lazeres da família e ao sono, sentem-se bem?
	Na vossa percepção, as vontades e sonhos individuais são respeitados e objetivados mesmo trabalhando na agroindústria?
COTIDIANO	Quem da família trabalha na agroindústria e desde quando? E quantos funcionários/diaristas não são da família? Alguns desses são parentes ou vizinhos? Alguém mora na casa e não ajuda na agroindústria?
	Algum membro da família, inclusive parentes, já trabalhava na agroindústria e deixou de trabalhar?
	Quantos agricultores parceiros possui? De onde são? O que produzem?
	Quem são os principais clientes (são mercados, supermercados, lancherias, distribuidoras, restaurantes, PAA/PNAE), e onde se localizam? Quantos cliente possui? Quem realiza as vendas?
	Como é o cotidiano de proprietários/donos da agroindústria familiar?
	Vocês percebem que trabalham em média mais ou menos (horas e dificuldade) do que antes de constituírem a agroindústria? Percebem que trabalham mais do que em um emprego CLT?
	O cotidiano da agroindústria contribuiu para dificuldades financeiras, para brigas familiares ou para redução da saúde de membros da família? Fale mais.
	O trabalho na agroindústria causou algum problema de saúde para alguém da família?
	Conseguem se manter financeiramente? Sabem quanto sobra por mês por pessoa nos últimos três anos? Reinvestem na agroindústria?
	Você separa o dinheiro da agroindústria e o particular? Desde quando? Se não, porque faz assim?
	Você faz a contabilidade? Como? Quais os principais problemas/duvidas tributárias/fiscais?

EXPERIÊNCIAS VIVÍDAS	Quais foram as maiores dificuldades que enfrentaram, para manter o empreendimento funcionando? Como superaram? Deixaram resquícios?
	Quais foram as grandes mudanças durante a história da agroindústria (de estrutura, de tipo de produção?
	O que a experiência de empreendedorismo trouxe de conhecimentos e de vivência ao longo dos anos para a família? O que aprenderam?
	Quais as dificuldades e facilidades da formalização? O que isso implica na vivência e na produção familiar?
	Quais os custos em valores de manter o empreendimento funcionando? Alvará licença, ambiental, saúde, bombeiros? Reformas anuais propostas pelos órgãos de saúde? Quais os custos com funcionários? Quantos possuem carteira assinada, desde quando e quais os custos disso? Já teve algum problema com um funcionário?
	Quais as qualificações em cursos e estudos que você ou alguém da sua família foram atrás ou receberam?
RELAÇÃO COM O TERRITÓRIO e PERSPECTIVAS	Por que se localiza aqui? Qual sua relação com os vizinhos? Com a comunidade e a região?
	Qual o diferencial dos seus produtos e da sua empresa? Seus produtos tem uma identidade cultural presente e uma identificação regional ou por que escolheu trabalhar com estes produtos?
	Quais outras agroindústrias familiares conhecem? Há relações? O que isso interfere no dia-a-dia da agroindústria e da vivência da família? Do que você sente falta na relação com outras agroindústrias ou cooperativas?
	Como se relaciona com os agricultores que produzem matéria-prima para vocês? Quanto e o quê por ano compram de agricultores? Se um produtor de matéria-prima vir até sua agroindústria, é feito algum tipo de contrato (nem que seja verbal)? Qual o mínimo e qual o máximo que comprariam em um ano?
	O preço de venda que você pratica, como você avalia em relação aos seus concorrentes e colegas de setor, mais baixo ou mais alto, e porque é assim? Qual a quantidade do seu produto que conseguiria produzir com a estrutura atual? O que lhe impede?
	O que faz você manter a atividades da sua agroindústria? Você já pensou em desistir da agroindústria? Porquê? Quais suas percepções de futuro para a agroindústria? O que acreditam que seja necessário? Avaliando os bens que adquiriu e o dinheiro reinvestido na agroindústria, financeiramente vale a pena trabalhar com uma agroindústria? Quantas e quais agroindústrias você conhece que fecharam as portas e quais os principais motivos? Quais os maiores custos da sua agroindústria? O que você pensa em melhorar em curto prazo em seus produtos? E em sua agroindústria? Quais seus maiores concorrentes? Como isso atrapalha no seu negócio? Você considera agroindústrias locais concorrentes ou companheiras do mesmo ramo? Há falta de infraestrutura na sua região, o que precisa melhorar? Qual órgão público lhe incentiva a continuar com a agroindústria? Sente-se orgulhoso?
COMENTÁRIOS	Sinta-se à vontade para trocar mais algum conhecimento ou sentimento seu conosco.